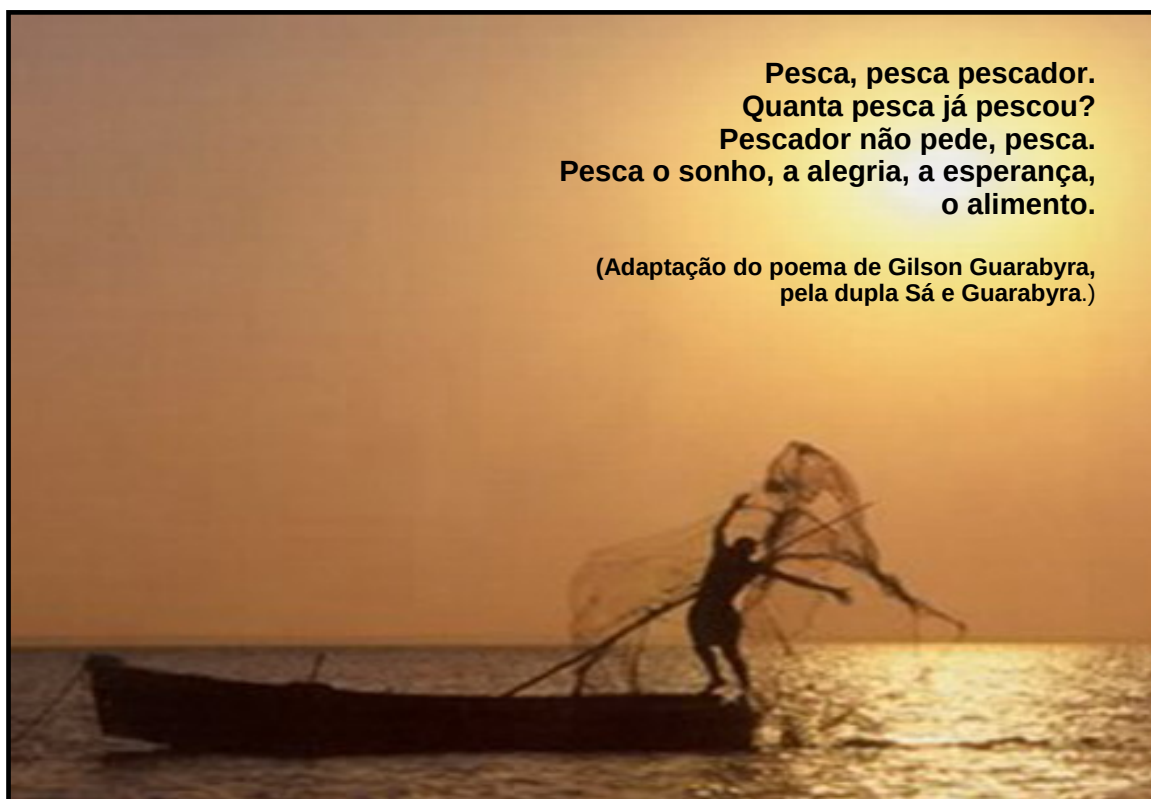


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO**

SÃO FRANCISCO - CAMINHO GERAL DO SERTÃO:
Cenários de vida e trabalho de pescadores Tradicionais em
Pirapora e Buritizeiro – norte de Minas Gerais



**Sandra Regina Tôrres Dumont
Uberlândia/ MG
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SANDRA REGINA TÔRRES DUMONT

**SÃO FRANCISCO - CAMINHO GERAL DO SERTÃO:
Cenários de vida e trabalho de pescadores Tradicionais em
Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Profº. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

**UBERLÂNDIA/ MG
2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- D893s Dumont, Sandra Regina Tôrres, 1963-
 São Francisco – caminho geral do sertão : cenários de vida e trabalho
 de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas
 Gerais / Sandra Regina Tôrres Dumont. - 2007.
 171 f. : il
 Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
 ma de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.
1. Pescadores - Aspectos sociais - Teses. 2. Pescadores - Minas Gerais,
Norte - Vida e costumes sociais - Teses. 3. Geografia humana - Teses. I.
Brandão, Carlos Rodrigues. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-
grama de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 37:504

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sandra Regina Tôrres Dumont

SÃO FRANCISCO - CAMINHO GERAL DO SERTÃO:
Cenários de vida e trabalho de pescadores Tradicionais em
Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais

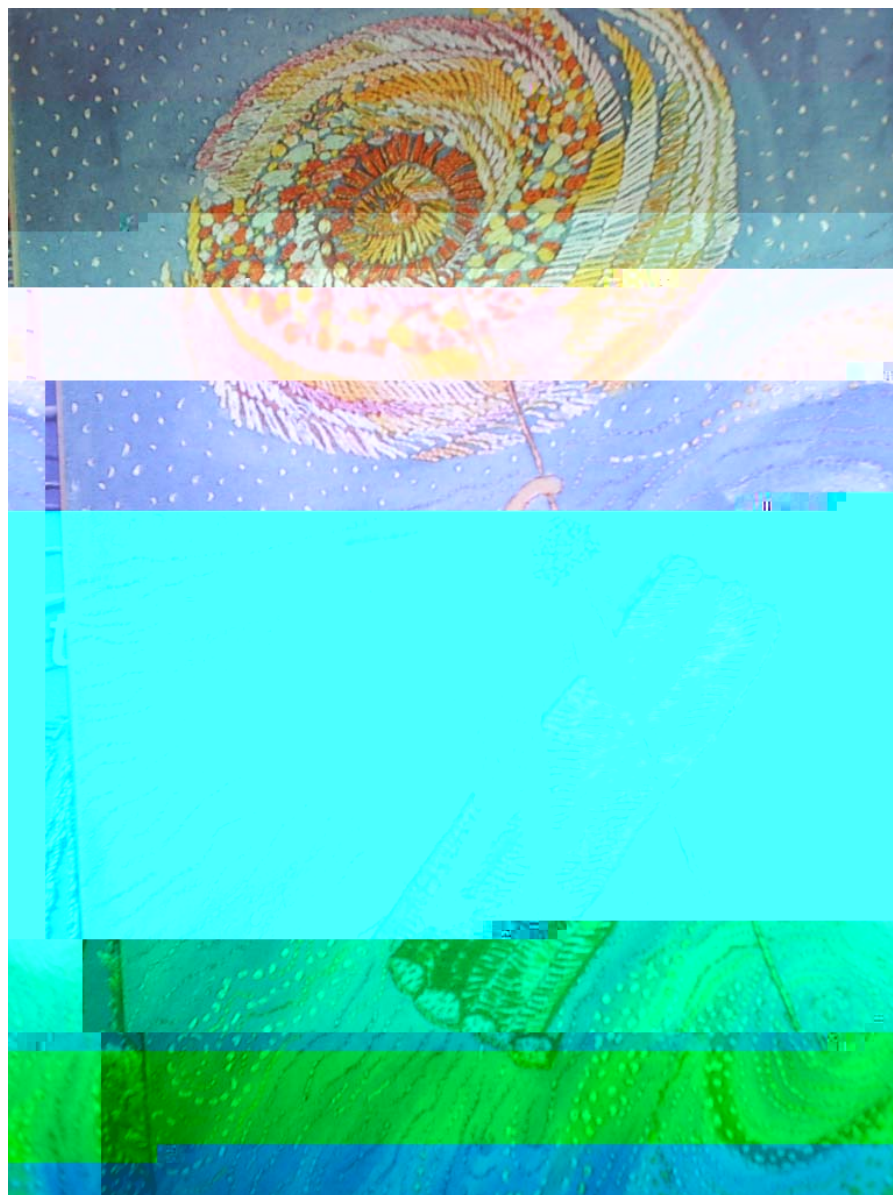
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Prof. Dr. João Cleps Júnior

Prof. Dr. Leopoldo Gabriel Thiesen

Data: ____/____/____

Resultado: _____



Dedico este trabalho aos homens pescadores e a suas famílias das cidades barranqueiras de Pirapora e Buritizeiro, norte de Minas Gerais, que na peregrinação cotidiana são os grandes protagonistas que lutam na busca da sua sobrevivência através da Pesca. E assim traduzem um modo de vida, onde o passado e o presente se misturam, enredando seu modo de ser e de viver.

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes Campus Pirapora-MG pela contribuição na minha formação acadêmica, a todos os seus professores e funcionários, em especial a Verinha, Cidinha, Carlão e Daysy. Muito obrigada por tantos momentos bons.

Ao programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU pela contribuição na realização do meu mestrado, aos seus professores e funcionários.

Ao CNPq por disponibilizar a bolsa de mestrado, o que viabilizou a concretização deste trabalho de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia, em especial o Profº João Cleps Júnior, pelo seu companheirismo, atenção e disponibilidade, sempre me ajudando nas horas que precisei. Muitíssimo obrigada.

Ao Profº Samuel do Carmo Lira, Profª Beatriz e Profª Marlene, por terem contribuído e incentivado durante o tempo da Pós, muito obrigada.

Ao meu querido e estimado Profº Ivo das Chagas, o Pai do Cerrado, que com seu conhecimento me ensinou a importância que devemos dar às pequenas coisas que vivemos. Agradeço sua amizade e me orgulho muito de você fazer parte da minha história acadêmica.

A você minha querida e estimada professora e amiga, Andréa Narciso, que me incentivou nas trilhas da academia e que juntas pensamos, sonhamos e praticamos ações por acreditarmos em dias melhores para os homens e mulheres que partilham do nosso dia-a-dia.

Ao meu grande guia, mestre e orientador Carlos Brandão, que me abriu o horizonte acadêmico, me ensinando um novo olhar sobre o mundo e as pessoas, me

ensinando a pesquisar. Obrigada pela sua amizade você me faz acreditar que um novo mundo é possível.

Ao grupo São Francisco, Rodrigo, meu grande companheiro; Graça pela sua doçura e alegria; Joyce pela amizade e meiguice; Déa companheira de coração; e Paola minha companheira incondicional, que foi ímpar nesta minha caminhada.

Aos companheiros da pós: Sheilinha, Fernandinha, Marcelo, Joelma, Marçinho, Rafinha, Eduardo, Gilson, Gaúcha, Iarinha, Janes, Luz, Maurílio, Priscila, Jack e muitos outros que não foram citados, mas que estão no meu coração. Bons tempos.

A querida Ana Thé, que sempre disponível com sua experiência em pesquisa, muito me auxiliou.

Ao meu grande e querido amigo Cris, que sempre me acolheu, me ajudando, e aconselhando neste caminho.

A minha querida irmã e cunhada Ângela Dumont, por ter me dado sua mão e seu coração, me conduzindo neste trabalho. Você é especial.

Renato Hilário, obrigada pela atenção, carinho, paciência e ensinamentos que fizeram parte deste trabalho.

Ao Henrique Candeias, por sua amizade sempre disponibilizando o espaço do CCN-MG, para nossos estudos em grupos. Antônia pelo carinho e amizade.

A tantos companheiros: Lelinha, Laís, Nanda, Dany, Léo, Lú, Dú, Luz, Déa, Carlos, Ângela, Jonh, Samuel, Cris, Jack que me ensinaram tanto. Demóstenes, obrigada pelos papos e ensinamentos que tanto me ajudaram nesta construção.

Ao grupo Matizes Dumont, bordadeiras de Pirapora, pelo carinho em disponibilizar as imagens bordadas que vieram compor o meu trabalho, sendo tecidas ao longo de uma trajetória artística, com vários livros ilustrados. Várias

oficinas foram realizadas objetivando a geração de emprego e renda dentro do Projeto Bordando o Brasil, viabilizado pela Fundação Banco do Brasil S/A.

Aos pescadores que abriram as portas de suas casas, sempre me recebendo com carinho, sendo os grandes protagonistas desse trabalho. Obrigada.

Aos meus pais pelo colo de toda uma vida, sempre me ensinando compartilhar, ser solidária, ética pela vida afora.

Aos meus irmãos Sil, Binha, Suzi, Edi e Dú, pela amizade, que estejamos sempre juntos buscando os nossos caminhos.

Ao meu querido Redi, pelo seu companheirismo, sempre me amparando nas horas difíceis.

Aos meus amores Huguinho e Carolzinha, que me ajudaram nessa conquista. Que vocês caminhem juntos na busca de seus sonhos e ideais.

E por fim a minha querida tia Alzira que como ser de luz, está presente sempre.

RESUMO

Esta pesquisa parte do desafio de descrever e compreender alguns aspectos do modo de vida e do trabalho de pescadores tradicionais nas cidades de Pirapora e Buritizeiro, às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Os caminhos para a elaboração e sistematização desta pesquisa tiveram como objetivo geral estudar alguns aspectos do modo de vida e do trabalho dos pescadores tradicionais nos municípios de Pirapora e Buritizeiro, Norte de Minas Gerais, com vistas a descrever a organização da vida cotidiana sobre as condições atuais do trabalho do pescador, bem como os fatores de permanência e de modificações das atividades da pesca artesanal no rio São Francisco. Para atender os objetivos propostos, a metodologia adotada se baseou na interação pesquisador/pesquisado utilizando como instrumentos e técnicas de campo: pesquisa bibliográfica, dados primários e secundários com base nos órgãos reguladores da pesca, banco de dados criado a partir do censo Estatístico Domiciliar realizado pela UFSCar, e entrevistas livres direcionadas. As observações diretas em campo deram densidade às entrevistas e, facilitaram os processos de desvelamento das questões colocadas na pesquisa.

Palavras-Chaves: Pesca; Pescador Tradicional; Trabalho; Modo de Vida; Rio São Francisco.

ABSTRACT

This research starts from the challenge of describing and analyzing the way of life and work of groups and communities of traditional fishermen in the towns of Pirapora and Buritizeiro on the margins of São Francisco river in the north of Minas Gerais. The paths traveled for the elaboration and systematization of this research had as a general objective to study the means of life and work of traditional fishermen communities in Pirapora and Buritizeiro municipalities, north of Minas Gerais to describe their perceptions about current work conditions of the fishermen as well as permanence factors and modification of primary fishing activities on São Francisco river. To attend the proposed objectives, the methodology adopted was based on a researcher/researched interaction using as field instruments and techniques, primary and secondary data with basis on government fishing regulating bodies, data bank created from the home statistic census performed by UFSCar and free directional interviews. Direct observation in the field gave density to the interviews and made the process easier to solve the questions set in the research.

Key Words: Fishing; Traditional Fishermen; Work; Way of Life; São Francisco River.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa da Bacia do São Francisco

FIGURA 2: Pólo de Fruticultura

FIGURA 3: Mapa de localização dos municípios estudados

FIGURA 4: Vapor Benjamin Guimarães

FIGURA 5: Ponte Marechal Hermes

FIGURA 6: Sede da colônia Z-1 em Pirapora-MG

FIGURA 7: Tabela informativa para captura de peixes

FIGURA 8: Pesca do Surubim

FIGURA 9-10: Reunião colônia de pesca de Pirapora - MG

FIGURA 11-12: Oficina GT da pesca em Buritizeiro - MG

FIGURA 13: Foto aérea corredeiras em Pirapora e Buritizeiro - MG

FIGURA 14: Representação dos territórios de pesca nas corredeiras dos municípios

FIGURA 15: Pescador tecendo tarrafa

FIGURA 16: Pescador tecendo tarrafa

FIGURA 17: Ponto de encontro pescador à beira do rio

FIGURA 18: Salto de peixes nas corredeiras

FIGURA 19: Verificação da grozeira para pesca do mandim

FIGURA 20: Peixe congelado para comercialização no Frigorífico São Francisco

FIGURA 21: Comercialização de mandim

FIGURA 22: Represa de Três Marias - MG

FIGURA 23: Cia Mineira de Metais em Três Marias

FIGURA 24: Família de Pescador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Densidade demográfica de Pirapora e Buritizeiro

Tabela 2: Número de pescadores profissionais ou artesanais em Minas Gerais e nos municípios estudados

Quadro 1: Características Geográficas da bacia do São Francisco

Quadro 2: Características Físicas dos Municípios

Quadro 3: Sistema Sindical dos Pescadores

Quadro 4: Organograma IEF

Quadro 5: Peixes de Piracema

Quadro 6: Natureza e trabalho

Quadro 7: Categorias de pescadores dos municípios

Quadro 8: Peixes mais pescados

Quadro 9: Calendário anual da vida cotidiana

Quadro 10: Técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores locais

LISTA DE SIGLAS

ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ANA - Agência Nacional de Águas
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEFIP - Comando Especial de Fiscalização da Pesca
CIDA - Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil
EPS - Economia Popular Solidária
FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
FASE - Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
IARA - Instituto Amazônico de manejo Sustentável dos Recursos Ambientais
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDRC - International Development Research Centre
IEF - Instituto Estadual de Florestas
MA - Ministério da Agricultura
MEB - Movimento de Educação de Base
RMNE - Região Mineira do Nordeste
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO	14
A PESQUISA VIVIDA – RELAÇÃO COM O OUTRO	17
A GEOGRAFIA E ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS	18
TÉCNICAS DE CAMPO	20
1. A GEOGRAFIA DO RIO SÃO FRANCISCO NO SERTÃO NORTE MINEIRO	27
1.1. O processo de Ocupação do rio e seus múltiplos sujeitos sociais	33
1.2. O Rio aqui onde estamos.....	37
1.3. Pirapora e Buritizeiro: entre o Sertão e o Velho Chico	40
1.3.1. Buritizeiro	44
1.3.2. Características dos municípios	45
1.4. A Importância da Pesca	51
1.5. O histórico das colônias	56
2. AS INSTITUIÇÕES REGULADORAS DA PESCA E O PROJETO PPA PEIXES PESSOAS E ÁGUAS.....	67
2.1. As instituições reguladoras da pesca.....	67
2.1.1. O Ibama	69
2.1.2. O IEF - Instituto Estadual de Florestas.....	74
2.1.3. As interações dos pescadores com as instituições.....	80
2.2. A atuação do projeto PPA junto às comunidades de pescadores.....	84
3. ALGUNS ASPECTOS DO MODO DE VIDA DO PESCADOR: O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DA CASA.....	94
3.1. O mundo do trabalho.....	94
3.1.1. As diversas categorias de pescadores.....	97
3.1.2. A organização social do trabalho da pesca: permanências e Mudanças.....	101
3.2. O mundo da casa: família, educação e saúde.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do desafio de descrever e compreender alguns aspectos do modo de vida e do trabalho dos pescadores tradicionais nas cidades de Pirapora e Buritizeiro, às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais.

O tempo vivido de banhos de rio, as cachoeiras, as brincadeiras na areia úmida, perto do cais, o pôr-do-sol. Da porta da casa de minha infância, observava os que trabalhavam de sol a sol, nas canoas e barcos; pescadores meninos, tornando-se homens, pais de família. Muitos deles aposentaram-se no convívio cotidiano com o rio, os peixes, a pesca. Assim algumas indagações vêm me acompanhando.

A opção de escolher este tema de pesquisa começou dessa relação estreita com o rio. Desde criança, vivendo sempre às margens do Velho Chico, eu via pescadores e suas famílias, na labuta do dia-a-dia, indo pescar o peixe para sua sobrevivência. Porque não pesquisar o que está próximo e faz parte do meu cotidiano? Como estes homens pescadores usam os seus espaços? Quais são suas práticas concretas? Quais os seus lugares de vida e trabalho? Como era a pesca antes? O que veio mudando ao longo dos tempos? Como vêm as suas condições atuais de trabalho?

Cursar Geografia mobilizou-me profundamente a estudar e a participar de eventos ligados aos homens e mulheres que vivem nesse cenário de água, cerrado, riachos, veredas, rio que liga e desliza entre pedras, e seres e lua prateada. Ser aluna e conviver com colegas e professores que também viviam inquietos com esse tema fizeram da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, em Pirapora, um espaço de construção de saberes, de trocas, de envolvimento com

alunos de outras regiões, na organização e participação coletiva, experiência e conhecimento que estão muito além da sala de aula.

Indagações de vida inteira, a Geografia presente, as vivências na universidade fizeram com que eu buscasse em 2004, como aluna especial, o curso de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, na disciplina ministrada pelo Profº Dr. Carlos Rodrigues Brandão, Natureza e Organização do Espaço Rural.

Em 2005, como aluna regular do mestrado e como bolsista do CNPq¹, pude dedicar-me a pesquisar sobre o tema escolhido: São Francisco - caminho geral do sertão: cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro - norte de Minas Gerais.

O foco central foi tentar descrever e compreender a organização da vida cotidiana dos pescadores locais que vivem da pesca tradicional. O trecho de estudo compreende a região do Médio São Francisco entre a corredeira de Pirapora e Buritizeiro - MG.

Pirapora e Buritizeiro estão situadas ao norte de Minas Gerais, consideradas como área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, pertencem ao Polígono das Secas, ligadas pelo rio São Francisco.

As duas cidades trazem em seu corpo as marcas da beleza natural e das contradições sociais.

Segundo o IBGE, geograficamente essas cidades localizam-se na região Sudeste, mas no âmbito de planejamento federal, estão inseridas na região Nordeste, por apresentar semelhanças entre os indicadores sociais e econômicos como Região Mineira do Nordeste - RMNE.

¹ CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os pescadores que fazem parte do cenário de vida do sertão norte mineiro do São Francisco destacam-se como sujeitos que se constituem e são constituídos no espaço vivido. Enquanto pescam, ocupam espaço entre margens, acham seu lugar, significam sua própria vida vivida.

A determinação da transposição de um espaço para um lugar implica numa carga de afetividade: "(...) o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p.142).

Que sentido os pescadores deram um dia e dão hoje ao seu ofício?²



² As imagens bordadas que ilustram este trabalho são de autoria do Grupo Matizes Dumont - Bordadeiras de Pirapora-MG (Disponível em: <http://www.matizesbordadosdumont.com.br> > 2006).

A PESQUISA VIVIDA - A RELAÇÃO COM O OUTRO

A pesquisa como espaço dialogal entre os pescadores e o pesquisador oportunizou a criação de novos sentidos e significados, do grupo envolvido, enredado nesse pescar que é rio, é vida, é arrumação de redes, é descer e subir as corredeiras, superando juntos obstáculos cotidianos.

Os caminhos para a elaboração e sistematização desta pesquisa tiveram como objetivo geral estudar alguns aspectos do modo de vida e do trabalho dos pescadores tradicionais nos municípios de Pirapora e Buritizeiro, Norte de Minas Gerais, com vistas a descrever e compreender a organização da vida cotidiana; as condições atuais do trabalho do pescador; bem como os fatores de permanência e de modificações das atividades da pesca artesanal no rio São Francisco.

Esta dissertação está estruturada em 03 capítulos para atender aos objetivos específicos, a saber:

- Delinear um breve histórico de ocupação e povoamento do rio São Francisco que se estabeleceram por meio da atividade de pesca, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro – MG, norte de Minas Gerais;
- Descrever as instituições reguladoras da pesca e a atuação das ONG's, e seus efeitos junto aos pescadores tradicionais na área da pesquisa;
- Analisar os modos de vida dos pescadores e de suas famílias, que vivem da pesca artesanal ou profissional, traçando um paralelo entre as mudanças ocorridas e os fatores que permanecem inalterados no processo de trabalho da pesca.

A GEOGRAFIA E ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

Algumas teorias e metodologias ampliam visões e favorecem discussões voltadas para questões de âmbito teórico na Geografia com o objetivo de aprofundar estudos que venham quebrar a dicotomia existente entre a geografia física e humana.

Por meio de novos paradigmas, a interdisciplinaridade das ciências busca novos conhecimentos e permite à geografia trilhar novos rumos. As categorias geográficas, por exemplo, como território, espaço e lugar ganham novas leituras, mais críticas e amplas, na discussão teórica de autores como Claval, Tuan, Raffestin, Milton Santos.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1997, p.26).

Nesse sentido, a questão da pesca tem sido muito abordada em estudos da geografia no Brasil, em que se investigam comunidades litorâneas e ribeirinhas, sem esquecer as contribuições de estudos concretizados de outras ciências como: a biologia, a antropologia, a sociologia. Nesses estudos, o meio natural, as gentes e os peixes são os principais sujeitos do processo de pesquisa.

Dentro dessa tendência, alguns estudos clássicos devem ser citados como Bernardes (1950, 1959) e Lago (1961), pois apontam para as relações da atividade da pesca e a natureza, onde as comunidades desempenham seu papel na estruturação das paisagens litorâneas. Há também estudos realizados no litoral Norte Paulista, em meados do século XX, que descrevem os processos de ocupação e a presença das comunidades de pescadores caiçaras. Dentre os quais se destacam Carvalho (1944) e França (1954).

Apontam-se ainda estudos realizados mais recentemente sobre as populações de pescadores da região do litoral norte paulista que mostram questões ligadas à atividade de pesca e aos processos de urbanização e turismo, como o trabalho de Noffs (1988) e o de Calvente (1993).

Citamos também Diegues (1983), com a publicação de vários estudos que permeiam as áreas úmidas brasileiras e suas “gentes” e que apontam para a dimensão social na apropriação de espaços marítimos.

Destacamos aqui trabalhos realizados na porção do Alto-médio São Francisco em que foram abordados problemas ligados ao rio, a seus peixes e a seus pescadores artesanais como Camargo (1998), Godinho (2000), Valêncio (2001), Thé (2003) e Madeira (2006).

Os pressupostos teóricos dos estudos citados permeiam os capítulos apresentados na construção dessa dissertação. Para estabelecer uma relação mais estreita entre teoria e prática, essas contribuições teóricas serão dialogadas com as falas dos sujeitos da pesquisa.

TÉCNICAS DE CAMPO

Para atender os objetivos propostos, a metodologia adotada baseou-se na interação pesquisador/pesquisado utilizando como instrumentos as técnicas de campo que foram realizadas em duas etapas, a saber:

- Um primeiro momento de observação direta em campo para uma melhor interação entre o pesquisador e os sujeitos focais da pesquisa. Essa observação foi realizada no período de novembro e dezembro de 2005. Participamos de algumas oficinas, palestras e seminários realizados pelo Projeto PPA – Peixes, Pessoas e Águas. Atuando na região, esse projeto trabalha diretamente com a comunidade de pescadores no Alto-Médio São Francisco em uma parceria firmada entre Brasil e Canadá, tendo a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, através do sub-projeto “Rumo à Co-gestão da pesca no Vale do São Francisco.”³, como parceira.
- A outra etapa foi realizada em outubro de 2006. Utilizou-se uma metodologia para atender os objetivos propostos, baseada na interação pesquisador/pesquisado, utilizando como instrumentos técnicas de campo. Adotamos um pequeno roteiro de investigação, na tentativa de manter um foco na abordagem para direcionar o olhar e a sensibilidade desta pesquisadora diante das informações e dos relatos dos sujeitos sociais envolvidos.

O roteiro de entrevistas, contendo os temas levantados para a pesquisa, possuía os seguintes tópicos:

³ Esse projeto objetiva a troca de experiências entre as comunidades pesqueiras da Amazônia com comunidades pesqueiras do Alto-médio São Francisco, para atuação na gestão participativa da pesca.

- A criação das colônias.
- Contar um pouco da história da colônia.
- Quando foi criada?
- Qual sua participação na colônia de pesca?
- Como acontecem as relações entre os pescadores e as instituições reguladoras da pesca?
- Como usam os espaços de pesca?
- Quais as práticas concretas cotidianas no mundo do trabalho da pesca?
- Quando e como começou a pescar? Falar sobre sua vida de pescador.
- Como era a pesca antes nesta região?
- Como vê a pesca hoje?
- Como se organizam para pescar?
- Como comercializam?
- Como vêm o rio hoje?

As entrevistas foram realizadas de forma a construir “conversas informais” para que os sujeitos se sentissem à vontade para emitir suas opiniões. Essa técnica permitiu a liberdade para que o sujeito abordasse os temas e outros assuntos que eram importantes para o entrevistado. O gravador foi utilizado nas entrevistas com a prévia autorização do entrevistado, sendo que aconteceram também entrevistas que foram anotadas em um caderno de campo. Transcrevemos as fitas gravadas para melhor obtermos dados quantitativos e qualitativos clareando os resultados. As informações coletadas foram sintetizadas a fim de apresentarmos na parte textual as categorias de pescadores; direitos de usos dos espaços de pesca; peixes mais pescados; técnicas de pesca mais utilizadas.

Utilizamos também dados com base nos órgãos reguladores da pesca IBAMA⁴, IEF⁵, e o banco de dados criado a partir do censo Estatístico Domiciliar realizado pela UFSCar, no período de janeiro e fevereiro de 2004, como uma das atividades do projeto “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco”, tendo como prioridade o conjunto de famílias de pescadores das colônias Z-1 em Pirapora-MG e Z-21 em Buritizeiro.

Os critérios nas observações em abordagens qualitativas dependem do foco específico que o pesquisador direciona seus estudos. Nesse sentido, Brandão (2003) nos mostra que:

Um dos grandes ganhos daquilo a que damos um nome de pesquisa qualitativa reside no fato de que através dessa abordagem da busca de conhecimentos confiáveis sobre o mistério da pessoa humana, da sociedade em que ela vive, da cultura que ela tece e em que se enreda para viver e conviver, nós recuperamos a confiança em nós mesmos. O que está em jogo não é uma pura e simples questão de escolha metodológica. É uma postura ética e epistemologicamente existencial que de maneira ousada se reescreve (BRANDÃO, 2003, p.184).

O autor acima citado comenta essa confiança como pesquisadora, e na confiança no outro com quem interajo. A pesquisa nessa perspectiva é nascente, crescimento, encontro, descobertas conjuntas, entre águas, peixes e gente que aprende e ensina enquanto vive essa vida ribeirinha.

A visão da totalidade deu uma orientação de aspectos que para a pesquisa foram relevantes e importantes, para obtenção de dados que possibilitaram uma análise mais completa do problema.

É nesse envolvimento que o pesquisador trilha caminhos de interação, lembrando sempre que cada Cultura tem suas particularidades diante de fatos e processos acontecidos na vida de homens e mulheres.

⁴ IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁵ IEF - Instituto Estadual de Florestas.

Assim, a organização de entrevistas livres direcionadas possibilitou um caminho onde os sujeitos pesquisados e o pesquisador conseguiram manter uma relação dialogal, favorecendo a interação, a troca de saberes que estão muito além de uma mera técnica de pesquisa.

Complementamos as observações com as entrevistas livres direcionadas, sistematizando assim a dinâmica vivida entre os múltiplos sujeitos, segundo Brandão (2003)

A oposição sujeito/objeto é uma construção arbitrária de um modo entre tantos outros de praticar a ciência. O verdadeiro conhecimento científico nasce bem mais de integrações do tipo sujeito/objeto, parte/ todo, objetividade/ subjetividade, neutralidade/ participação do que de oposições que nos excluem daquilo de que somos parte viva e ativa, como pessoas que sentem e pensam e como cientistas que pensam, e sentem (BRANDÃO, 2003, p.49).

A pesquisa de campo foi realizada com visitas de observação *in loco*, com a participação em oficinas junto às colônias de pescadores, e junto ao projeto de Pesquisa e Extensão “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco”, realizado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; pelo Instituto Amazônico de Manejo Sustentável de Recursos Ambientais - IARA, com financiamento do International Development Research Center - Canadá.

Foram importantes as visitas de observação e entrevistas livres com pescadores e com os presidentes das colônias de pesca, em que conversas informais na casa de pescadores possibilitaram o reconhecimento desses sujeitos, numa realidade concreta, vivida e contextualizada.

Por já ter acesso a dados estatísticos coletados por Ongs e instituições ligadas à pesca, optamos em trabalhar com 05 informantes, considerando os relatos de experiências cotidianas da vida dos mesmos. Adotamos o critério de trabalhar com 03 pescadores aposentados e 02 pescadores que estão ainda na ativa, com uma experiência de mais de 10 anos de pesca no rio. Para podermos preservar a

individualidade de cada informante, fizemos a opção de não utilizar nomes dos entrevistados.

As duas colônias de pescadores totalizam 854 pescadores, segundo dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP - 2006. A pesquisa secundária/documental foi realizada nas seguintes instituições: IBAMA, IEF, Ministério da Agricultura, Codevasf, Franave, além dos resultados/relatórios das pesquisas disponibilizados pelas ONG's, e alguns dos documentos existentes nas colônias de pesca.

Na realização textual da pesquisa, duas abordagens foram trabalhadas: a diacrônica que apresenta um pouco da história local, documental e oral; e a sincrônica que apresenta o estudo do tempo presente, por meio de suas práticas cotidianas.

O trabalho compreende 03 capítulos, elaborados a partir dos objetivos propostos, em que procuramos descrever e compreender alguns aspectos do modo de vida e de trabalho dos pescadores tradicionais nos municípios de Pirapora e Buritizeiro-MG.

O Capítulo 1 foi estruturado com objetivo de realizar um breve histórico sobre a ocupação do rio São Francisco e a formação dos sujeitos sociais que vivem às suas margens, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro. O propósito foi focar a importância da atividade pesqueira para a população dos dois municípios, o processo de criação das colônias de pesca, narrando a história dessas colônias de forma sucinta.

O Capítulo 2 foi norteado em dois eixos de atuação metodológica:

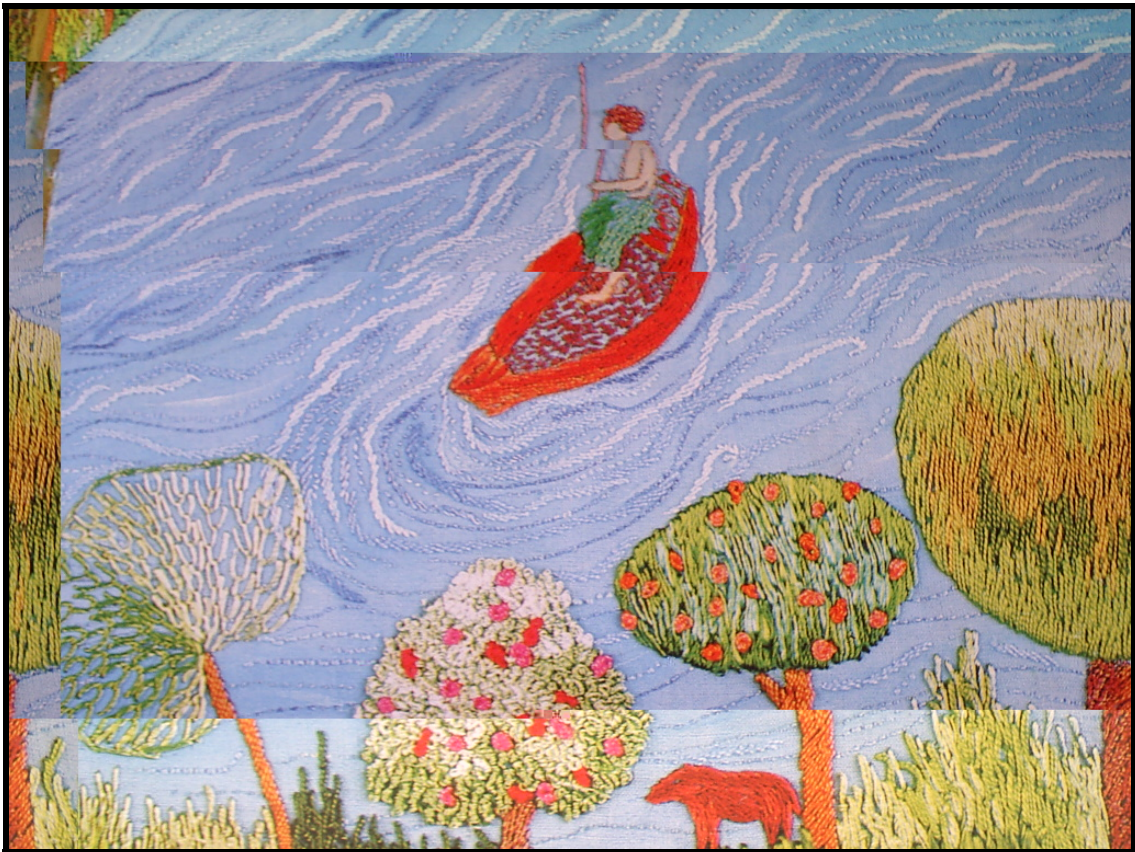
1) Fizemos uma breve descrição do surgimento dos órgãos públicos que estabelecem as leis reguladoras para a prática pesqueira. Foram coletadas informações e dados nos órgãos competentes, como IBAMA, IEF, Codevasf. As

interações dos pescadores com as instituições governamentais foram avaliadas junto aos pescadores integrantes das colônias de pesca.

2) Para analisar a relação dos pescadores junto aos integrantes das ONGs que atuam com projetos no local da pesquisa, objetivando a Co-gestão da pesca no Vale do São Francisco, foram realizadas entrevistas com os pescadores, além de participação em palestras e em oficinas, promovidos pela Ong PPA para as comunidades de pesca.

No Capítulo 3, trabalhamos com as entrevistas livres direcionadas realizadas com pescadores em suas práticas cotidianas. Alguns aspectos do modo de vida e de trabalho do pescador permeiam a discussão; as tradições, os sentimentos, os laços com o rio e objetivam a compreensão sobre as transformações e as permanências do pescador com o mundo da pesca.

Nas Considerações Finais os pressupostos teóricos fazem o alinhavo entre a prática vivida no cotidiano, as relações dos pescadores com a pesca, os dados coletados nos órgãos competentes, as entrevistas livres direcionadas, em que os relatos dos sujeitos sociais, participam na construção do material destinado à elaboração final da dissertação.



CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA DO RIO SÃO FRANCISCO NO SERTÃO NORTE MINEIRO

“Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico.
O resto pequeno é vereda e algum ribeirão”.
(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Este capítulo foi estruturado com objetivo de realizar um breve histórico sobre a ocupação e povoamento do rio São Francisco e a formação dos sujeitos sociais, suas “gentes” que vivem às suas margens, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro. O propósito é focar a importância da atividade pesqueira para a população dos dois municípios, apresentando um histórico do rio e o processo de criação das colônias de pesca, com narrativas de pescadores, coletadas em campo.

No Século do descobrimento do Brasil, a Coroa Portuguesa demonstrou interesse por investigar e documentar o rio São Francisco. A primeira exploração às suas margens aconteceu em 1553 e assim originaram-se os primeiros estudos descritivos sobre o Rio. Estudos técnicos e abrangentes aconteceram somente em meados do século XIX. A mando de Dom Pedro II, o engenheiro francês Emmanuel Liais estudou as possibilidades da navegação das nascentes até a corredeira de Pirapora.

Em seguida, o Engenheiro alemão Guilherme Halfeld explorou e detalhou o São Francisco, de Pirapora até a Foz no oceano Atlântico. Seu relatório deu origem ao primeiro Atlas desse rio, publicado em 1860. Assim, Halfeld, começou sua descrição:

Para dar conhecimento do estado em que se acha a navegação sobre as águas do rio de São Francisco e seus afluentes; das circunstâncias que a favorecem, dos obstáculos que a dificultam ou totalmente impedem; a designação dos projectos e meios que julgo dever-se aplicar ou que se oferecem para efetuar-se o melhoramento do mesmo rio, e a descrição do seu curso, penso convém, para poder fazê-lo com mais clareza explicação e ordem, seguir pelo curso do canal, que os barqueiros e canoieiros costumam navegar indo rio abaixo, analisando légua por légua, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico (1860,p. 1).

Este relatório, de indiscutível expressão, foi resultado de um meticuloso trabalho de levantamento topográfico da região. Outros estudos foram elaborados ao longo da história, em que viajantes visitaram a região. Em 1867 o viajante inglês Richard Burton, figura notável da segunda metade do século XIX, coleta informações desse grande rio que nascia nas montanhas de Minas Gerais e percorre quase 3000 km até o Atlântico.

Vários sujeitos sociais vão compondo suas trilhas da nascente à foz. O rio vai compartilhando suas águas com pescadores, lavadeiras, vapozeiros, artesãos, poetas, cantores, romeiros, tecendo sua cultura sertaneja.

Geograficamente o Rio São Francisco é um Rio de planalto, cuja bacia é totalmente brasileira. Caracteriza-se por sua grande heterogeneidade do meio físico, econômico e social. Nasce no Parque Nacional da Serra da Canastra, no Sudoeste do estado de Minas Gerais, correndo primeiramente em sentido sul-norte e depois leste-oeste.

Com 645.000 Km² sua bacia de drenagem cobre 8% do território nacional.

Cerca de 83% da bacia encontram-se nos estados de Minas Gerais e da Bahia, em seu alto e médio curso.

Sua extensão é de 2.700 km, desde as suas nascentes na Serra da Canastra (Minas Gerais) até a foz no oceano Atlântico, entre os Estados de Alagoas

e Sergipe. Sob o ponto de vista geográfico, o Vale do São Francisco está situado entre as latitudes 21° e 7° e é tradicionalmente dividida em 04 regiões:

- Alto Médio São Francisco: Estende-se da nascente até a cidade mineira de Pirapora, abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará, Indaiá, além das sub-bacias dos rios Abaeté a oeste, e Jequitaí a leste que conformam seu limite. Situa-se em Minas Gerais, abrangendo a Usina hidrelétrica de Três Marias e apresenta topografia ligeiramente acidentada, com serras e terrenos ondulados e altitudes de 1600m a 600m. O divisor leste é formado pelas montanhas da Serra do Espinhaço, com altitudes de 1300m a 1000m. Do lado oeste destaca-se a Serra Geral, cujas cotas oscilam entre 1200m e 800m. Sobressaem ainda, os escalonamentos de superfícies de erosão até a Depressão San Franciscana, em direção à calha do rio e dos principais afluentes, cuja cota, em Pirapora, é de cerca de 450m. A vegetação é constituída de florestas e cerrado. É uma região de muitas chuvas (de 1500 a 1.000 mm anuais) no verão, que caem de novembro a abril. A temperatura média anual é de 23°. As diversas características climáticas classificam a região como tropical úmida, sendo que em algumas partes é temperada.
- Médio São Francisco: entre Pirapora e Remanso-BA incluindo as sub-bacias do afluente Pilão Arcado a oeste, e do Jacaré a leste. Além dessas, há as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Grande, Verde Grande e Paramirim, situados nos Estados de Minas e Bahia. Suas condições climáticas vão se tornando mais características de uma região tropical semi-árida. Sua altitude varia de 2000 a 500 m e é onde se localizam as planícies eluvio-coluvio-aluviais da Depressão San Franciscana. A temperatura média anual é de 24°C, e a evaporação é de 2.900mm anuais. As chuvas caem de novembro a abril com precipitação média anual entre 1400mm a 600mm. A

Vegetação é do tipo Cerrado e Caatinga. A margem esquerda do São Francisco é bem mais úmida, com rios permanentes e vegetação perenifólia. Na margem direita, a precipitação é menor, os rios são intermitentes e a vegetação é típica de caatinga.

- Sub-médio São Francisco: de Remanso até Paulo Afonso-BA e inclui as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do Rio Moxotó, último afluente da margem esquerda. As altitudes variam de 800 a 200 m. A precipitação média anual chega a 350 mm na região de Juazeiro/Petrolina e a máxima é de 800mm, nas serras divisórias com o Ceará. A Caatinga predomina em quase toda a área.
- Baixo São Francisco: de Paulo Afonso até a foz no Oceano Atlântico compreendendo as sub-bacias dos rios Ipanema e Capivara. A altitude varia de 200m até o nível do mar. A vegetação é de dois tipos: caatinga, no trecho mais alto, e mata, na região costeira. Clima tropical semi-úmido⁶.

⁶ Dados referentes a divisão da Bacia do São Francisco foram retirados do almanaque Vale do São Francisco, edição 1^a – 2001, elaborado pela Codevasf – Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Quadro 1: Características geográficas da bacia do rio São Francisco

CARACTERÍSTICAS	ALTO Da cabeceira a Pirapora-MG	MÉDIO De Pirapora-MG, a Remanso-BA	SUB-MÉDIO De Remanso-BA a Paulo Afonso-BA	BAIXO De Paulo Afonso-BA a Foz.
ALTITUDE (m.a.n.m)	1600 – 600	1000 – 400	400 – 300	500 – 0
EXTENSÃO (Km)	630	1.090	680	274
DESNÍVEL(m)	700	50	250	200
CONDIÇÕES DAS ÁGUAS	Rápidas, mais fracas e oxigenadas	Rio de planalto, pouco velozes e sujeito a grandes cheias	Quase inteiramente represadas	Rio de planície, águas vagarosas, sob influência do mar.
TRIBUTÁRIOS	Perenes	Maioria perenes	Maioria temporários	Maioria temporários
CLIMA	Tropical úmido	Tropical semi-árido	Tropical semi-árido	Tropical semi-úmido
ESTAÇÃO CHUVOSA (meses)	Novembro a abril	Novembro a abril	Novembro a abril	Março a setembro
CHUVAS (Média anual; mm)	1500 – 1200	1400 – 800	800 – 400	400 – 1300
TEMPERATURA (média anual; C°)	18	27	27	25
EVAPORAÇÃO (média anual:mm)	2.300	2.900	3.000	2.300

m.a.n.m = metros acima do nível do mar.

Fonte: adaptado pela autora.

Por apresentar características geográficas muito variáveis, apresentamos no quadro acima um pequeno resumo das subdivisões descritas e suas diversas características. Os pescadores locais utilizam uma linguagem que descrevem as divisões do rio: em rio acima (a jusante) e rio abaixo (a montante). Um rio que abrange cinco estados brasileiros, possuindo uma numerosa e diversificada população às suas beiras. Essa população cultua crenças e costumes, em que sua gente, sua flora e fauna, o clima e vegetação divergem-se e ao mesmo tempo se entrelaçam nessa vasta cultura. O rio confirma a vital importância social, cultural e econômica para os homens que aqui se instalaram, tomando suas beiras como morada, tornando o seu espaço e lugar de vivência, sobrevivência e de interação com a natureza.

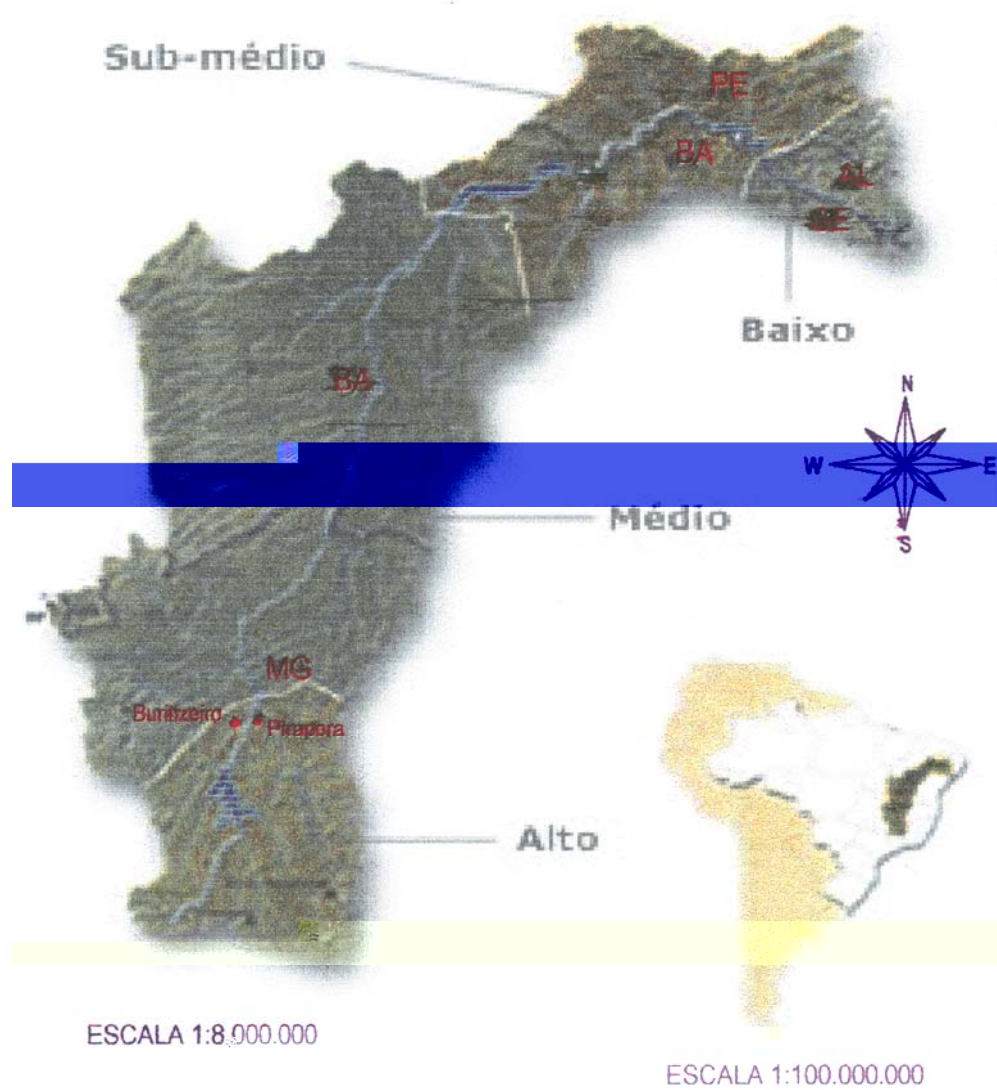


Figura 1: Mapa da Bacia do São Francisco

Fonte: adaptado pela autora - Agência Nacional de Águas – ANA, 2006

1.1. O processo de ocupação e povoamento do rio e seus múltiplos sujeitos sociais

Era o dia 04 de outubro de 1501, quando o europeu Américo Vespúcio, chega a Foz de um grande e caudaloso rio. Por ser aquele o dia de São Francisco de Assis, os exploradores europeus decidiram batizá-lo como rio São Francisco. Até então suas imediações eram habitadas por nações indígenas que o chamavam de Opará – que significava rio-mar.

Richard Burton⁷ (1821-1890), explorador britânico relata:

O autor de “Notícias do Brasil” (1589) informa-nos que as tribos, outrora numerosas e agora extintas, dos caetés, tupinambás, tapuias, as amorpilas, ubirajaras e amazonas – naturalmente havia também amazonas – que viviam nas margens desse rio, o chamavam de “Pará”, o mar. Os antigos exploradores portugueses desceram a costa de calendário em punho, e assim, o São Francisco (de Borja) deve seu nome ao santo jesuíta a quem é consagrado o dia 10 de outubro. Varnhagen atribui a honra à pequena esquadra de cinco caravelas que comandada por João da Nova e tendo a bordo como piloto e cosmógrafo Vespúcio, partiu de Lisboa em meados de maio de 1501 (BURTON, 1977, p.167).

Quando esses viajantes chegam às suas margens, já encontram o Vale do São Francisco, ocupado, inicialmente pelas tribos indígenas dos Caeté, Ubirajara, Tuchá, Tupinambá, Tapuia, Amaiporá, Cariri e Caiapó, que foi sendo substituída a partir do seu descobrimento pelos portugueses, por colonos que acompanhavam o rebanho bovino, estendendo a área da colônia para o interior. Para não danificar os canaviais, o gado precisava sair do litoral e ser tangido para o sertão, tomando cada vez mais as terras dos índios (HALFELD, 1873).

Já no século XII, a notícia de ouro na região das cabeceiras do São Francisco espalhou-se depressa, atraindo um grande contingente de exploradores e aventureiros. O rio firma-se como importante estrada para abastecer de carne e

⁷ Obra Exploration of the highlands of the Brazil, traduzido em português em 1977.

outros gêneros, os homens das minas. Nessa caminhada histórica, vários estudiosos relatam a penetração das primeiras expedições nos sertões do São Francisco.

Vasconcelos (1999, p.49), por exemplo, comenta sobre a expedição comandada por Spinosa em direção ao Jequitinhonha, partindo de Porto Seguro em 1554, tomando o rumo nordeste até a Serra de Grão-Mogol.

Barreto (1995), por sua vez, faz o seguinte relato sobre a expedição de Spinosa:

Em fins de 1553, logo depois que Tomé de Sousa passou o governo de sua Capitania para Duarte da Costa, o castelhano Francisco Bruza Spinosa, por ordem de Duarte da C, atirava-se aos descobrimentos com a 1ª expedição que partiu da Bahia e penetrou os sertões mineiros, em busca das famosas esmeraldas que tanto falavam os índios Tupinaki, por compreenderem a importância que os portugueses davam as tais pedras. Essa expedição “segundo a narrativa do Padre Aspilcueta Navarro, que dela fez parte,” depois de muito andar, chegou a um grande rio (o Jequitinhonha), alongou-se por uma dilatada serra onde nasce o rio das Ourinas (rio Pardo). Daí seguiu até descobrir um rio caudaloso (o São Francisco), do qual retrocedeu exausta e dizimada, depois de cruentas lutas contra os selvagens e contra toda e mutifária agressão da natureza bravia. Spinosa, o primeiro desbravador destas plagas de Minas, se não logrou grande êxito em sua ousada tentativa, em compensação deixou o seu nome indelevelmente ligado aos primórdios da história de nossa civilização. E o Navarro foi o primeiro que pisou as terras de Minas, batizando mineiros e combatendo antropófagos; e o que ergueu a primeira cruz em território mineiro, nessa entrada. Foi também o primeiro geógrafo, cronista e naturalista de Minas, descrevendo alguns dos nossos rios e montanhas, fauna e os aborígenes (BARRETO, 1995, p. 79-81).

Geraldo Rocha (1940) também descreve a ocupação da porção do baixo vale do São Francisco por Garcia d'Àvila, que participou da comitiva de Tomé de Souza:

Garcia d'Ávila, Guedes de Brito e seus sucessores espalham em fins do século XVI e por todo o século XVII os seus curraes pelas margens do São Francisco e nas de seus afluentes, de lá se propagando pelos sertões nordestinos de Pernambuco, Ceará, Goyáz, Rio Grande do Norte, Parahyba, e Maranhão. Foi assim o vale do São Francisco o condutor do desbravamento e aproveitamento econômico da maior parte do território nacional. Na fase açucareira da Colônia, quando o Brasil detinha o cetro do fornecimento de açúcar ao mundo civilizado, era o gado originário do vale do grande rio que abastecia de carne a população lavradora do litoral, acionava as engenhocas ou transportava cana nos pesados carros coloniais para as proximidades das moendas. Por ocasião da descoberta do ouro e do desenvolvimento da mineração no século XVIII já o vale do São Francisco se achava repleto de gado, com várias vilas florescentes a aldeamentos protetores instalados para reduzir os silvícolas (ROCHA, 1940, p. 15).

Diante do histórico descrito fica claro que o processo de ocupação do São Francisco, se estabeleceu ao penetrar pelo vale, do norte para o sul, em direção oposta à corrente:

Garcia d'Ávila um dos grandes vultos da História pátria, escolheu pontos estratégicos e apropriados, construindo currais primitivos, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de eqüinos, lançando assim a semente da maior e mais notável das riquezas nacionais (ROCHA, 1940, p.16).

Na ocupação de suas margens, vários sujeitos sociais, pertencentes a diversas culturas, vão se incorporando e organizando-se com modos de vida diversificados na apropriação do espaço e na identificação do lugar. Nesse sentido, Tuan (1983) mostra que a determinação da transposição de um espaço para um lugar implica numa carga de afetividade que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo vivido.

Na trajetória do processo de ocupação e do povoamento do rio São Francisco, homens e mulheres vão se fixando às suas beiras, incorporando saberes que se manifestam cotidianamente em uma cultura própria. Os espaços são transformados não só em espaços de produção, mas em espaços de vivência e interações com o meio físico-natural, místico; onde lendas, tradições, mitos, memória refazem o caminho cultural desse povo, que segundo Claval (2001) é a:

Soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é a herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram (2001.p.63).

Assim a cultura do povo ribeirinho, sertanejo, barranqueiro (termos utilizados pelo povo das barrancas do velho Chico) vai sendo construída ao longo das relações do homem com o espaço e por suas percepções e interpretações. Na concepção de Neves(2004), o barranqueiro se mostra:

Termo pertencente à linguagem regional do Médio São Francisco. Até os anos de 1960, designava o homem ribeirinho – em geral. O camponês e o pescador – que vivia no barranco à beira do rio. A partir daquela década intensificou-se o processo de urbanização regional, sendo a população urbana atualmente maior que a rural. Assim a palavra Barranqueiro passou a designar indistintamente todos os habitantes da ribeira, sejam do campo ou das cidades (2004, p.8).

Considerando a cultura como interpretação da realidade, Geertz (1989, p.15) afirma que “A relação do homem com o mundo é sempre mediada por suas ferramentas. Ele constrói, aprende e interpreta a realidade a partir dos instrumentos que lhe são fornecidos pela cultura”.

Assim, a interpretação da realidade local pelo povo barranqueiro propiciou a utilização do espaço, através de ferramentas diversas que deram origem a uma cultura própria e diversa, onde a sua sobrevivência se concretiza de várias maneiras, sendo a pesca e o cultivo de vazantes algumas delas. Dessa forma, a presença do rio tem sido o grande vínculo, que até os dias atuais, garante a sobrevivência do ribeirinho atrelada às condições históricas e sociais, de forma específica, e traz à tona uma cultura regional.

1.2. O rio, aqui onde estamos

Até aqui vimos, como em tantos outros trabalhos semelhantes a este, o rio São Francisco descrito e narrado em sua história antiga e em suas grandes extensões, mesmo quando reduzido ao seu apenas trecho “mineiro”, entre a Serra da Canastra, o seu nascedouro e a divisa com a Bahia.

Coloquemos agora, por um breve momento, o nosso rio sob uma grande lente de aumento. O que podemos ver quando olhamos com detalhes a porção do rio compreendida entre o trecho situado um pouco acima da ponte Marechal Hermes e o lugar onde, rio abaixo, o São Francisco sai de Pirapora e de Buritizeiro, em suas duas margens e navega em direção à barra com o rio das Velhas, caminho o mais Norte de Minas, caminho da Bahia, caminho do Nordeste e... rio abaixo, caminho do mar?

Sabemos que o rio separa e as pontes sobre ele unem dois municípios, duas cidades: Buritizeiro e Pirapora.

Saí, vim destes meus Gerais; voltei com Diadorim. Não Voltei? Travessias... Diadorim, os rios verdes. A lua, o luar; vejo esses vaqueiros que viajam a boiada, mediante o madrugal, com lua no céu, dia depois de dia. Pergunto coisas ao buriti; e o que ele responde é; a coragem minha. Buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Por que é que todos não se reúnem, para sofrer e vencer juntos, de uma vez? Eu queria formar uma cidade da região. Lá nos confins do Chapadão, nas pontas do urucuia. O meu Urucuia vê claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes (GUIMARAES ROSA, 1986, p.270-271).

Dos dois lados do rio algumas cenas são muito semelhantes. Imaginemos uma tarde de sábado no mês de janeiro. Reconheçamos que choveu pouco até agora, de modo que o rio não está ainda nem bastante cheio e nem ainda com as suas águas cor de barro. Não chove nesta tarde e o fim do dia promete um belo pôr-do-sol.

De um lado e do outro do rio, diferentes pessoas e diversos grupos de pessoas podem ser vistas ao longo de porções de terra, entre campos de cerrado e, nas duas cidades, ruas de chão de areia e pedra, ou ruas asfaltadas, terrenos vazios na beira do rio e logradouros de Buritizeiro e de Pirapora.

Procuremos, então, conhecê-las. No quase fim-de-tarde alguns homens caminham apressados pelas ruas que em Pirapora chegam ao rio, ou o margeiam. Para eles nem parece um fim de tarde de sábado. São comerciantes, empregados disto e daquilo voltando do trabalho para casa; homens de trabalho no campo e na cidade, para quem mesmo num sábado o “dia de trabalho” termina quase que com o fim do dia. Mas para outros homens e mulheres o “dia-de-trabalho” está apenas começando. Eles são as pessoas que trabalham nos quiosques de bares na orla do rio. Agora limpam as mesas, varrem espaços dentro do bar e ao redor dele, enfim, preparam os locais para a tarde e a longa noite. Algumas pessoas “de folga” já chegaram e ocupam as primeiras mesas. Pares de namorados, ou amantes do fim-da-tarde vão até a murada que, não muito longe dos bares da orla, dá para uma parte do rio onde, em Pirapora, uma pequena barragem (os homens e suas manias de barragens) represa uma porção pequena do rio e forma duchas refrescantes. Vários banhistas do lugar e de fora podem ser vistos por ali.

Mais abaixo, seguindo o curso do rio, há um lugar ainda às margens de Pirapora onde um velho vapor recuperado espera os turistas para o passeio de domingo e, outro, aos pedaços, arruinado, descansa suas memórias sobre a areia. Ali, crianças, jovens, adultos e até mesmo alguns velhos deixam-se ficar pela praia diante de uma pequena ilha que as águas do verão, de vez em quando, fazem desaparecer. Mais rio-abaxo um campo de futebol reúne dois times de homens de pele queimada do sol e de calções e camisetas que estarão jogando futebol até quando quase não for mais possível saber onde a bola está.

Quem olhar com cuidado alguns trechos da orla poderá entrever algumas pedras gastas por anos e anos de ação de sabões e pelo trabalho dos panos de roupa de mesa e de cama que as lavadeiras branqueiam. Serão poucas, pois este não é um trabalho para uma tarde de sábado. Voltarão na manhã de segunda feira em maior número e com mais roupas.

Alguns turistas fotografam o rio que, agora sim, começa a refletir as cores dos poentes do sertão, em águas não tão claras quanto as de julho a setembro. Por um momento o rio São Francisco é pardo e verde, é azul e roxo, é lilás e laranja. Mas logo tudo será noite e o rio então será o espelho da lua e das estrelas que por milênios e milênios vêm ao São Francisco ver e banhar os seus rostos de luz.

Agora, na medida em que escurece, os bares começam a encher de gente. As mesas rodeiam risos e conversas sem rumo. Garrafas de cerveja se sucedem e, em algumas mesas, elas se acompanham de tira-gostos que vão da universal batata-frita a porções de peixes.

Peixes que em maioria chegam do mesmo rio visível de algumas mesas. Ali estão mais nas margens do que dentro do rio, alguns pescadores amadores jogam anzóis e esperam que pelo menos três ou quatro peixes pequenos caiam em suas armadilhas. Mas dentro do rio estão outros pescadores. Eles vieram caminhando entre pedras e escolhem locais das corredeiras mais próximas da margem de Buritizeiro do que da de Pirapora. Bem ao contrário dos pescadores turistas, mais do que amadores e mais parecidos com os pescadores de anzol-e-linha do lugar, eles estão descalços, com calções, bermudas ou calças arregaçadas. Chegam sérios, ora sozinhos, ora aos pares e bem se vê que, ao contrário dos outros, não estão dentro do rio em busca do peixe-da-janta, por esporte ou curiosidade (“dando banho na minhoca”), mas estão ali a trabalho.

São os pescadores profissionais. Quem tivesse por acaso ou por dever do ofício (como no caso de uma pesquisa de campo) passado todo um dia e parte da noite na beira do rio, poderia ver que os mesmos locais de corredeiras raramente ficam vazios por muito tempo. Em seguidos momentos do dia e da noite pescadores chegam, pescam e se retiram. Outros os sucedem e ocupam os seus lugares.

São raras as mulheres e alguns homens que, em vários casos, cresceram dentro do rio e com os seus pais aprenderam os segredos do ofício da pesca. Sabem “ler” o rio São Francisco, sobretudo nos locais costumeiros de suas pescarias profissionais. Sabem “ler” o rio a cada hora do dia, em cada lugar de pesca, a cada estação do ano. Vivem do rio e lamentam que hoje em dia o rio São Francisco tenha bem menos vida do que teve outrora. Do que tinha até alguns anos atrás.

É sobre eles, suas vidas, seu trabalho, seu cotidiano, que falaremos daqui adiante.

1.3. Pirapora e Buritizeiro – entre o sertão e o velho Chico

A origem do nome Pirapora, segundo dados, partem de três hipóteses: Pira-Poré, tendo o sentido de “lugar onde o peixe salta; Pirá-Pora, que significa” morada do peixe “e Pirá-Por” o pulo do peixe⁸.

O atual município era habitado e dominado pela tribo dos índios Cariris, possuindo areias reluzentes, águas cristalinas de suas corredeiras e as verdejantes matas dos Cerrados que margeavam o rio São Francisco.

⁸ Para elaboração do texto, trazendo o processo histórico do município utilizamos a obra “Pirapora: Um porto na história de Minas, e alguns apontamentos do Programa de Desenvolvimento Local –Grande Sertão - Sebrae-MG.

Em 1534, a região hoje correspondente ao norte de Minas pertencia à jurisdição da capitania de Porto Seguro-BA. Na busca de novos territórios, travavam-se assim batalhas entre índios que ocupavam a região e os bandeirantes que vinham desbravar os Sertões. Nessa trajetória o engenheiro Halfeld, em sua viagem descreve:

A povoação de Pirapora é composta por 30 a 33 casinhas cobertas de capim ou palha de coqueiro habitado por pescadores e suas famílias, que se ocupam em apanhar peixe, secá-lo ao sol sob varais, e vendê-lo as tropas que o vão procurar, e leva-lo na maior parte para as cidades, vilas, arraiais e serviço de mineração no Distrito da Diamantina (HALFELD, 1873, p.3).

Começa a chegada sucessiva de alguns pescadores, garimpeiros, aventureiros e pequenos criadores de gado, iniciando-se através da criação de gado, uma atividade econômica fixadora das populações, promovendo o povoamento.

Dentre as diversas atividades, a de maior relevância era a pesca. O peixe secado em varas era comercializado com os tropeiros que vinham de outras regiões. Os moradores de Pirapora foram paulatinamente exercendo e desenvolvendo funções, constituindo suas famílias e fixando residências definitivas.

O Distrito de Pirapora foi criado em 1861. Doze anos depois, a lei provincial nº 1.996 de 1873 agrega ao município de Jequitaiá toda a região de Pirapora e de São Gonçalo das Tabocas, além da própria sede, Guaicuí, que perdeu a condição de vila e volta a ser um arraial. Somente barcos e canoas chegavam até o arraial de São Gonçalo de Pirapora. A navegação a vapor pelo Rio São Francisco, só começaria em 1871. A partir de 1902, o vapor “Saldanha Marinho” iniciaria o tráfego regular com o arraial.

Em 1894 a Companhia Cedro e Cachoeira, de Curvelo-MG, por decisão de seus proprietários, resolvem construir e instalar um grande depósito para a compra de algodão e venda de tecidos.

A instalação do depósito da Cedro Cachoeira em Pirapora deu início ao crescimento desse vilarejo que , mais tarde, como previam os diretores da Cia, seria o local escolhido como ponto terminal da Central do Brasil (...) Quando a estrada de ferro chegou a localidade já era uma cidade próspera (MATA MACHADO, 1991, p.124).

Uma nova fase na vida do lugarejo começaria com a instalação em 1º de junho de 1912 da sede do município. O distrito de Pirapora seria desmembrado do município de Curvelo.

Em 1918, chega à Pirapora a ferrovia, cujo projeto previa a sua extensão até Belém do Pará. Esse fato traz um grande impulso para o município, tornando-o a maior expressão econômica das margens do São Francisco em Minas Gerais. Por muitos e muitos anos a estrada de ferro foi o único meio de transporte e comunicação com os grandes centros. Transportava carga e passageiro sendo fator de progresso para a comunidade. Serviu de referência para os comerciantes que faziam questão de acrescentar em seus anúncios a expressão “EFCB”.

Com a criação da Sudene, Pirapora dá um passo rumo á industrialização e ao crescimento sócio-econômico. Sendo servida pela energia da Cemig⁹ a partir de janeiro de 1965. Nesse sentido, Rodrigues afirma que:

Com o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, no início deste século e depois da metade, com a incorporação do Norte de Minas a área da Sudene, a economia regional teve suas relações comerciais com o resto do país e com o próprio estado de Minas Gerais ampliadas, gerando novas possibilidades econômicas (2000, p. 105).

⁹ CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais.

Já em 1963, constitui-se a Companhia de Navegação do São Francisco – Franave e, a cidade industrial de Pirapora, denominada mais tarde Distrito Industrial em 1964.

Em 1975, criada sob a forma de empresa pública a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf surge para cuidar da irrigação e de projetos agropecuários na Bacia do São Francisco. Conclui-se em 1978 o Projeto de Irrigação que possibilitou a produção de uvas, mamão, pepino, melancia, manga e diversas frutas, constituindo-se em um dos maiores produtores de frutas do estado.



Figura 2: Pólo de fruticultura. Pirapora MG
Fonte: da autora - 2006.

Ao longo de seu processo histórico Pirapora reuniu referências para estabelecer seus marcos culturais em várias obras de escritores e estudiosos que descreveram com precisão elementos característicos da região, de seu povo e de sua cultura. Falamos de um lugar que tem história, de uma cultura diversa, conforme se pode notar no trecho a seguir.

Foi a ressonância da alma barranqueira do Piraporense.
Cada batida de caixa, acorde de viola; sapateado de catira; saracoteio no lundu; cada volta do quatro ou marrada forte no carneiro; a dolência das canções que pareciam brotar na alma do sertanejo, do barranqueiro¹⁰...

1.3.1. Buritizeiro

O Município de Buritizeiro tem sua história ligada ao Rio São Francisco. O bandeirante Manoel Toledo conquistou a tribo Caiapó, habitantes de sua margem esquerda, dando-lhe o nome de São Romão e após outros nomes surgem: Santo Antônio da Manga, São Gonçalo das Tabocas, Santo Antônio das Tabocas e Pirapora d'Além São Francisco. Em 1861 passou a chamar São Francisco de Pirapora, mas só em 1923 recebe seu nome definitivo de Buritizeiro.

O nome de Buritizeiro teve sua origem devido a grande quantidade de palmeiras de Buriti, planta característica das veredas¹¹ e que fez parte do cenário utilizado por Guimarães Rosa (1986).

Pergunto coisas ao Buriti; e o que ele responde: é coragem minha. Buriti quer todo o azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho> Mestre não é aquele que ensina, mas quem de repente aprende (GUIMARÃES ROSA 1986, p.270-1).

Por vários anos foi distrito de Pirapora. Sabe-se que em épocas remotas a região era habitada pelos índios Caiapós, e com a chegada dos brancos esses índios se retiraram. Os primeiros habitantes vieram para cá, atraídos pela possibilidade de cultivarem a terra, de exercerem trabalho de mineração, caça, pesca e pela farta pastagem que facilitaria a criação de gado. O Distrito de São

¹⁰ Trecho publicado no jornal Corrente de 30 maio 2003 pelo autor João Naves de Melo – membro efetivo da Comissão Mineira de Folclore.

¹¹ Dados históricos de Buritizeiro – fonte da Prefeitura Municipal local.

Francisco de Pirapora veio emancipar-se em 30 de dezembro de 1962, pela lei estadual de nº 2764.

1.3.2. Características dos municípios

Pirapora está situada à margem direita e Buritizeiro, à margem esquerda do Velho Chico. Esses municípios apresentam diferenças em relação ao número populacional. Buritizeiro é o quinto maior município em extensão territorial de MG. As temperaturas, altitudes, clima e vegetação são muito parecidos, conforme Quadro 2. Apresentamos as características demográficas desses municípios na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Características demográficas Pirapora e Buritizeiro - MG – 2000

Município	População	Área km	Densidade
Pirapora	50.269	549,27	91,52
Buritizeiro	25.876	7.226	3,58
Minas Gerais	17.146.780	588.384	29,14

Fonte: adaptação da autora, dados do IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pesquisa por amostra de domicílios – 1998.

Os dados apresentados na Tabela 1 confirmam a grande diferença dos municípios relacionados à extensão territorial, população e densidade demográfica. Buritizeiro apresenta vazio populacional em muitas áreas do município, sendo a área urbana mais concentrada.

Quadro 2: Características físicas dos Municípios

Características	Pirapora	Buritizeiro
Área	581 Km	7.255,6Km
Temperatura Anual	23° a 28°	24°a 30°
Altitude	472 metros na sede	538 metros na sede
Precipitações	900/1200 mm	1.078 mm
Clima	tropical	Tropical
Vegetação	cerrado	Cerrado
IDH	0,704	0,499

Fonte: adaptação da autora, dados IBGE 2000.

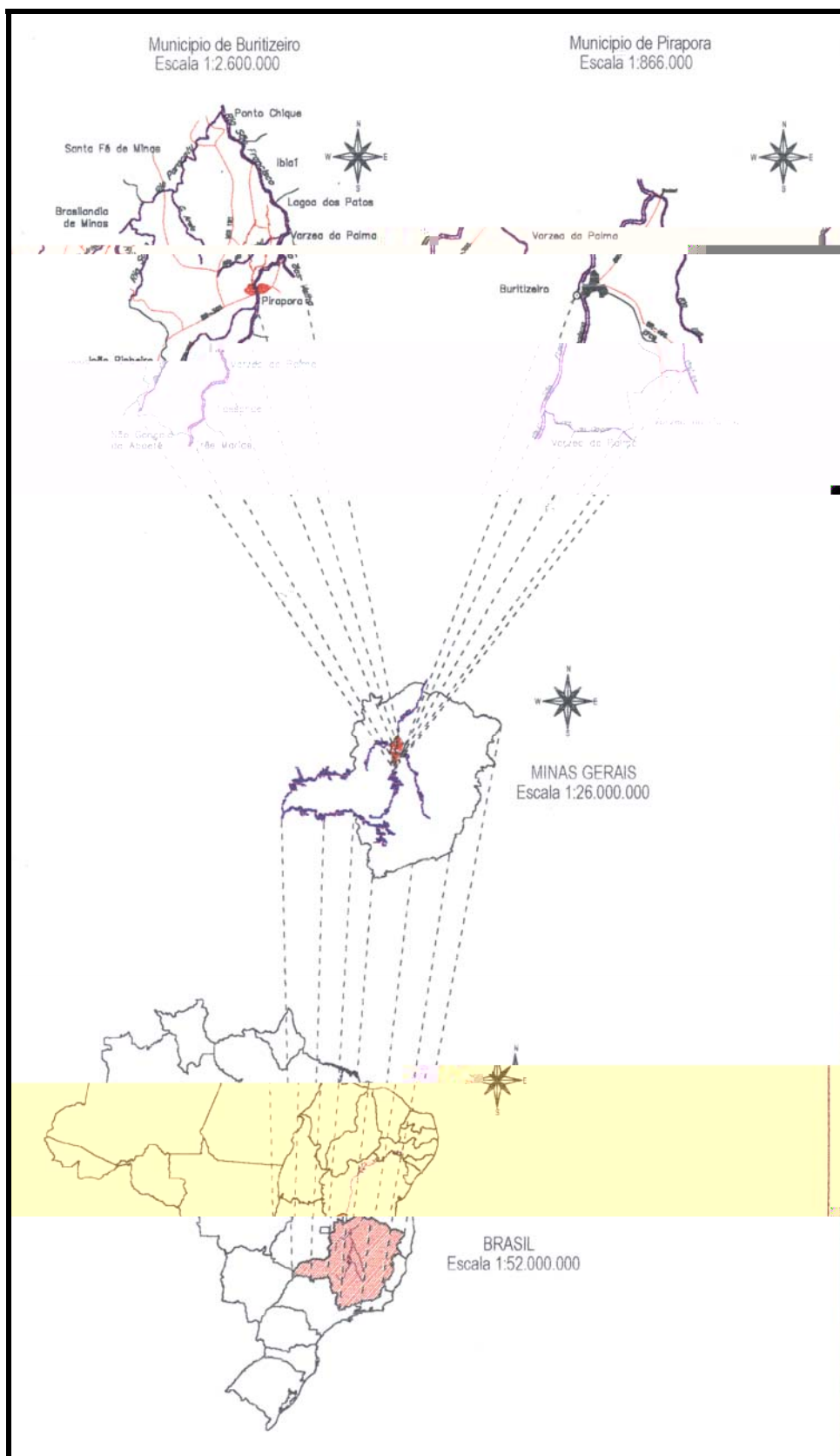


Figura 3: Mapa de localização dos Municípios de Buritizeiro e Pirapora
 Fonte: Programas GPS TRACK MAKERC e GEOOFFICE.

O norte de Minas é considerado como uma região de transição entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro e possui inúmeras características geográficas, sociais e econômicas semelhantes as regiões nordestinas.

Diante do processo de ocupação das cidades norte mineiras – Pirapora e Buritizeiro, unidas pelo Rio São Francisco, situadas em área de Cerrado e separadas pela Ponte Marechal Hermes, fizeram parte de um mesmo processo de ocupação e povoamento, em que o rio se tornou o principal elo físico, econômico e social.

Pirapora desenvolveu-se sustentada em dois fatores determinantes: ponto inicial da navegação do Velho Chico - porto fluvial e a Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB (1918).

“É a partir de 25 de outubro de 1898 que Pirapora passa a ser oficialmente o porto extremo da navegação a vapor do Rio São Francisco.”¹²



Figura 4: Vapor Benjamim Guimarães
Fonte: Prefeitura Municipal de Pirapora – 2006.

¹² Texto retirado do Jornal Corrente Milésima Edição agosto de 2003, escrito por Fernando da Mata Machado, autor do livro Navegação do Rio São Francisco, Topbooks, 2002, 434 páginas.

Buritizeiro veio emancipar-se muitos anos depois, em dezembro de 1962. A partir da criação da Sudene, o modelo de desenvolvimento que vigorou no Norte de Minas nas últimas décadas foi sustentado nos grandes projetos industriais, de reflorestamento e de irrigação. Buritizeiro desenvolveu-se com a implantação de projetos agropecuários, em que proprietários de grandes latifúndios, com monoculturas de soja, café, algodão e grandes plantações de eucalipto. Esse processo acarretou em destruição quase total da área de Cerrados da região, pois é o 5º maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com um potencial hídrico enorme.

O histórico de surgimento das cidades estudadas confunde-se com o histórico do modelo desenvolvimentista nacional, que passa por políticas que estimulam a ocupação dos Cerrados, pela expansão da agricultura e da pecuária. Passa do sistema de estradas de ferro e navegação fluvial para o modelo da implantação de estradas de rodagem e industrialização. Dentro desta perspectiva, foram implementados programas de desenvolvimento, que foram selecionados para a região Norte e Noroeste de Minas, que tivessem caráter relevante para o setor industrial, a agropecuária e o reflorestamento regional.

Nesse sentido, deve-se destacar a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, pela Lei nº. 3.962 de 15 de dezembro de 1959, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, extinta em 2001, transformando-se na Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, através de medida provisória do governo Federal, que tinha como metas:

- Promover o desenvolvimento do Nordeste;
- Realizar direta ou indiretamente estudos, pesquisas e diagnósticos;
- Atuar no planejamento e coordenação dos investimentos federais na região.

A Sudene atuou sobre uma área englobando o Nordeste Brasileiro, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas. Em Minas Gerais, a indústria e a agropecuária foram os setores que mais receberam incentivos. Com esses incentivos, o município de Pirapora transforma-se em Pólo Industrial dinâmico e atuante, com recursos para o setor agropecuário e agroindustrial. Os municípios que concentraram esses recursos foram Buritizeiro, Pirapora, Manga e Janaúba.

Nesse contexto, entre o Velho Chico e o Cerrado, as cidades de Pirapora e Buritizeiro, separadas pela Ponte Marechal Hermes e unidas pelas águas desse rio, vivem um processo contínuo de urbanização em que o homem sertanejo tenta manter suas tradições diante da lógica do capital e do mundo urbano, tentando preservar sua sobrevivência.



Figura 5: Ponte Marechal Hermes
Fonte: Foto Caravelas - 2006.

1.4. A importância da pesca

O rio tornou-se o principal elo físico, econômico e social. Nessas cidades convivem duas realidades de pescadores:

- 1 - Os pescadores caracterizados como artesanais ou profissionais, institucionalizados nas colônias de pesca.
- 2 - Os pescadores que pescam nas corredeiras que, segundo relatos dos mesmos, em sua grande maioria não possuem a carteira de pesca, ou seja, não são cadastrados nas colônias.

Essa população de pescadores concentra-se principalmente em locais próximos à beira do rio, nos bairros do Bom Jesus (Barreiro) e Nossa Senhora Aparecida (Pitombeira), em Pirapora.

Em Buritizeiro existem pescadores em vários pontos da cidade e moram nos distritos do município como: Paredão de Minas, Sambaíba, Cachoeira da Manteiga. A colônia possui cadastros de pescadores de outras localidades próximas como: do Rio do Sono, São Romão, Três Marias, Cachoeira da Prata, Paraopeba, Barra do Guaicuí, Remanso do Fogo, Santa Fé de Minas.

A pesca é um meio de vida que comunidades do vale do rio São Francisco utilizam como subsistência e sobrevivência, cultuando tradições que passaram por gerações e gerações de homens e mulheres, até os dias atuais.

Sendo assim, o homem pescador é aquele que tem no ato de capturar ou extrair organismos aquáticos a sua principal fonte de trabalho. Estabelecendo uma relação entre a técnica de pescar e a execução do trabalho, os saberes de comunidades tradicionais baseiam-se em um entendimento de experiências nas relações com a natureza:

(...) Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agro-extrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (CASTRO In: DIEGUES, 2000, p. 167).

A relação harmoniosa do homem-natureza, com seus saberes tradicionais, traduz a reprodução do seu modo de vida.

Segundo Diegues (1983), “a pesca representou uma importante fonte de alimentos anterior ao aparecimento da agricultura”. Diante desta afirmativa, o autor nos remete à certeza de que as primeiras atividades do homem foram atividades que sempre estiveram ligadas ao processo de coleta. O homem antes de caçador foi coletor tirando seu sustento daquilo que a natureza lhe oferecia. Assim o seu modo de vida, sua relação com a natureza, foram se transformando ao longo do tempo em um processo constante de adaptação às mudanças ocorridas.

Baseando-nos em pesquisas com pescadores no Brasil, a pesca surge primeiramente como meio de sobrevivência onde o trabalho se incorpora como fonte econômica. Nas comunidades de Pirapora e Buritizeiro, a pesca a princípio foi utilizada como forma de subsistência pelos primeiros habitantes que aqui chegaram (os índios), e diante do processo de ocupação veio a transformação ao longo do tempo. A pesca local, segundo relatos históricos e alguns depoimentos, estava ligada à produção de vazantes, numa relação de harmonia homem e natureza.

“Eu pesco desde 10 anos, criei meus dez filhos com a pesca, e a plantação nas vazantes do rio. Eu comercializava o peixe e o que eu plantava era pra família. Plantava mandioca, milho, feijão e assim me aposentei como pescador” (Depoimento pescador aposentado - Buritizeiro MG, 2006).

Esta situação foi se transformando e com a proposta de uma política de pesca para o Brasil, com o surgimento das colônias, uma série de leis, decretos, normas e portarias impõem regras e restrições às atividades da pesca profissional e amadora no Brasil, em Minas Gerais e especificamente na bacia do São Francisco. Iniciam-se os critérios e as categorizações para a pesca.

A pesca utilizada para estudos científicos, no controle ou manejo de espécies, deve ser autorizada previamente pelos órgãos competentes como Instituto Estadual de Florestas - IEF, órgão regulador Estadual ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão regulador Federal.

No passado, a região de Buritizeiro/Pirapora constituía-se num dos principais pólos de pesca fluvial do sudeste do Brasil, graças à riqueza de peixes proporcionada pelo rio São Francisco, e em suas corredeiras. Sua produção pesqueira era tão intensa que, já em 1860, o Engenheiro Halfeld cita em seus estudos a ocorrência da pesca para abastecimento da região mineradora das Minas Gerais (Diamantina).

Em histórico levantado sobre a região de Pirapora, em 1968 foi realizado pelo Sesi o relatório sócio-econômico a pedido da Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, constando a seguinte descrição: “a atividade principal do município é a pesca”. Em 1968 foram pescados 158.447kg de peixes. “Os principais pescados da zona são o dourado, o surubim e a curimatã; é de Pirapora que o produto se escoar...” (SILVA, 1999).

Nesse período, surge a regulamentação da pesca brasileira, com a criação da SUDEPE, através do Decreto de Lei nº. 221/1967, que atribuía a este órgão o ordenamento e a fiscalização pesqueira em todo território nacional.

A situação atual dos pescadores na região está vinculada a uma série de normas impostas pela legislação vigente que obedece a critérios legais. Para o

exercício da atividade pesqueira (seja ela profissional ou amadora), é obrigatória uma licença específica, pessoal e intransferível. Trata-se de uma autorização para o exercício da pesca, bem como para a guarda, porte, transporte e utilização de aparelhos de pesca. Os pescadores amadores não podem comercializar o que capturam, apenas os profissionais podem fazê-lo.

Diante deste processo, a legislação imposta dificulta a compreensão entre os pescadores e os legisladores sobre os direitos e deveres ligados ao exercício da atividade profissional.

As comunidades de pescadores demonstram um vasto universo de conhecimento, práticas e valores cotidianos que podem vir a contribuir na relação de manejo dos recursos naturais, tais como época reprodutiva dos peixes e conseqüentemente a melhor época para se estabelecer o defeso, como se pode constatar no relato a seguir.

“O ciclo natural muda, o período de chuva também muda. As espécies de peixe têm um período que em novembro já está pronto pra produção. Temos que ter um olhar mais técnico. A desova do peixe tem haver com a chuva. Por exemplo; curimatã, dourado, surubim nas primeiras chuvas. Acreditamos que tem que haver um consenso na lida do dia a dia, com o conhecimento científico. Nós não sabemos o científico, mas nós conhecemos os processos naturais de desova dos peixes” (relato pescador profissional).

A questão da organização da categoria de pescadores merece destaque. Possuem um sistema organizativo (colônias, federações estaduais e confederações nacionais). Esses sujeitos sociais passaram a questionar seus organismos de representação. Com a criação da SUDEPE (hoje extinta, substituída pelo IBAMA), pescadores em todo território nacional se submetem a uma legislação imposta por esse órgão, sem diferenciações regionais.

A legislação da pesca foi criada pelo Decreto-Lei Nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967.

A pesca se define: “Todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida”.

- A Pesca pode efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos.
- Pesca Comercial¹³ é a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.
- Pesca Desportiva¹⁴ é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial.
- Pesca Científica é a exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim.

Os efeitos deste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dele decorrentes, se estendem especialmente:

- A) Às águas interiores do Brasil;
- B) Ao mar territorial brasileiro;
- C) Às zonas de alto-mar, contíguas ou não ao mar territorial, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil;
- D) À Plataforma Continental, até a profundidade que esteja de acordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.

Os pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro-MG, segundo alguns depoimentos efetuados em pesquisa de campo, nos relatam as dificuldades no diálogo e relações entre as instituições reguladoras da pesca, tanto os institucionalizados nas colônias quanto os não institucionalizados, pescadores denominados clandestinos na linguagem do próprio grupo.

¹³ A pesca Profissional também é classificada como Pesca Tradicional.

¹⁴ A pesca Desportiva também é classificada como Pesca Amadora.

“É muito difícil o dialogo com a polícia ambiental, eles já chegam tomando os materiais nos tratam como bandidos. Sabemos que tem muito pescador que desrespeita as leis, mas temos pessoas que obedecem. Não concordamos que queimem nosso material apreendido, lutamos muito pra conseguir” (relato pescador profissional).

1.5. O histórico das colônias

A Marinha do Brasil, preocupada com a segurança do litoral e dos grandes rios brasileiros, no período das guerras mundiais na primeira metade do século XX, resolveu ordenar a vigilância do litoral e de grandes rios. Em 1919, o comandante Frederico Villar, depois de uma viagem de estudos aos Estados Unidos e Europa, sai do Rio de Janeiro no Cruzador José Bonifácio, criando as Colônias de Pesca.

Villar veio dividindo o litoral e os rios em “Zonas de Pesca”, combinando distância e número de pescadores. Onde havia em torno de 200 pescadores criava-se uma colônia de pesca. As colônias têm a letra “Z” como código inicial, devido ao Z de Zona de Pesca – sendo seguida de numeração em cada estado. Cada estado começa a numeração de forma seqüencial e assim sucessivamente. As colônias não foram criadas como Sindicatos¹⁵, mas como associação de pessoas ligadas à pesca; tanto que no início eram chamadas de Colônias de Pesca e não Colônia de Pescadores.

Na viagem de volta, Frederico Villar e outros oficiais elaboram o estatuto das Colônias e todo o sistema nacional de representação dos pescadores. Os militares tinham como objetivo principal organizar os pescadores para contribuir no sistema de defesa costeiro, mais do que para defender os interesses econômicos e sociais da categoria.

¹⁵Os sindicatos surgem no Brasil no final do séc. XIX, com vinda de imigrantes italianos e espanhóis; mas só em 1943 os Sindicatos são reconhecidos legalmente pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Em 1º de janeiro de 1923, foi assinado o Estatuto para a Colônia de Pesca, em forma de aviso, pela Marinha do Brasil. Neste Estatuto os objetivos propostos foram:

- 1- Criar postos de saneamento rural, para cuidar da saúde dos pescadores;
- 2- Aproveitar industrialmente o pescado;
- 3- Tomar medidas de apoio à pesca (estaleiros, etc.);
- 4- Organizar viveiros da marinha e Reserva naval da República;
- 5- Criar escolas primárias e profissionais de Pesca;
- 6- Desenvolver a piscicultura e combater a pesca predatória.

Durante um longo tempo a Colônia de Pescadores foi tradicionalmente controlada por agências do Governo Federal, tanto que os presidentes das Colônias eram, até pouco tempo, indicados por políticos municipais ou oficiais do Governo Federal.

Nessas colônias, qualquer pessoa ligada à pesca poderia ser sócio: patrões de pesca, donos de fábrica de gelo, donos de frigoríficos, armadores, comerciantes de apetrechos de pesca, funcionários de órgãos públicos ligados à pesca, pescadores amadores e também pescadores artesanais. Cada um desses grupos tinha interesses diferenciados.

Surge em 1970, em Pernambuco, o Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, que capacita e organiza os pescadores. Inicia-se o processo de transformação das Colônias de Pescadores, com a conquista das diretorias das Colônias, que se espalham pelo Brasil, principalmente, no Norte e Nordeste.

Em 1979, em Santarém, na região do Baixo Amazonas, com apoio da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional - FASE, do movimento de Educação de Base - MEB, ligado à igreja católica, surge um movimento de oposição à diretoria da Colônia de pescadores Z-20 em Santarém, que era ocupada

por um pecuarista, dirigente do sindicato rural patronal, dono de diversas fazendas no município. O movimento só obtém a vitória em 1982.

Já em 1985 com a eleição de Tancredo/Sarney, os pescadores, com apoio da CPP e de Ong's, criam um Movimento que se chamou Constituinte da Pesca. Teve como principal objetivo articular os pescadores para garantir mudanças na legislação e a transformação das Colônias de pescadores em Sindicatos.

Em 1988 no artigo 8º da Constituição Brasileira, finalmente, as Colônias são equiparadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Art. 8º - É livre a associação profissional ou sindical...

Parágrafo Único – As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer¹⁶.

A Estrutura do Sistema Sindical dos pescadores Artesanais está organizada da seguinte forma, como se apresenta no quadro que se segue:

¹⁶ Trecho do histórico das colônias de pesca retirado do material de oficina de sensibilização e capacitação para Co-Gestão da pesca, realizada em Três Marias – MG em abril 2004. Realizadores: (IARA, UFSCAR, PPA).

Quadro 3: Sistema Sindical dos pescadores

ORGANIZAÇÃO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
1º Grau (base)	Colônia de Pescadores	Reúne e associa pessoas físicas, que representam a si mesmos.
2º Grau	Federações	Reúnem Colônias de pescadores, que são pessoas jurídicas, que representam os pescadores de sua base territorial. Normalmente são de um Estado.
3º Grau	Confederações	Reúne as Federações que representam as colônias de Pescadores. No Brasil a maioria das Confederações é de caráter nacional, sendo possíveis confederações regionais.

Fonte: adaptação da autora, dados da Oficina Co-gestão pesca Três Marias – MG, 2004.

De acordo com esse sistema organizacional, em 1978 é oficializada a primeira colônia de Minas Gerais, que é a de Pirapora, denominada Z-1.

Em 1978 é oficializada a primeira colônia de Minas Gerais, em Pirapora denominada Z-1. As demais colônias foram oficialmente criadas na década de 1980, com o apoio da Sudepe, antigo órgão Federal responsável pela regulamentação da pesca. Algumas colônias, como as de Pirapora e Januária, conseguiram financiamento junto ao governo e às organizações internacionais para a construção de espaços para reuniões e para a compra de equipamentos para a produção de gelo a armazenamento do peixe (THÉ 2003, p.119).

Várias colônias foram sendo criadas, com o apoio da Sudepe antigo órgão Federal responsável pela legislação da pesca em todo território Nacional. A colônia de Buritizeiro - MG, a Z-21, só se oficializa em 2004, passando de Associação dos pescadores do vale do São Francisco para Colônia.

Apresentamos na tabela a seguir, a realidade do número atual de pescadores inscritos nas colônias de pesca, baseado em dados da SEAP¹⁷.

Tabela 2: Número de pescadores profissionais ou artesanais em Minas Gerais

Local	Número de pescadores.
Minas Gerais	16.778
Pirapora	629
Buritizeiro	225

Fonte: SEAP 2006.

Este quadro demonstra que a atividade da pesca ainda é utilizada no Estado de Minas Gerais, e nos dois municípios, trazendo renda para muitas famílias de profissionais da pesca. Porém, muitas são as dificuldades encontradas nas colônias. Apesar disso, cumprem o seu papel na função de facilitar as inscrições dos pescadores profissionais junto ao INSS, em que lhe é assegurado o direito à aposentadoria, ao auxílio doença, ao seguro-desemprego na Piracema, entre outros benefícios¹⁸. O relato a seguir confirma essa realidade:

“Benefícios à colônia tem levado ao pescador, porque hoje eles têm o seguro desemprego. Pegam um atestado que é concedido pela colônia. Eles preenchem e recebem o seguro na piracema, são quatro meses do ano. Se algum pescador adoecer, o médico dá um encaminhamento, nós damos o atestado, preenchemos o formulário, enviamos ao INSS, e ele usufrui o direito” (relato pescador profissional).

¹⁷ Seap-Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

¹⁸ Para compor o histórico a cerca das colônias de Pirapora e Buritizeiro, encontramos algumas dificuldades, por não termos documentos oficiais locais disponíveis. Utilizamos para a elaboração deste, alguns relatos de pescadores que entrevistamos e que participaram no processo de criação das colônias. Utilizamos relatos de pescadores já aposentados, na faixa etária entre 70 e 74 anos.

Quando os pescadores entrevistados começam sua narrativa, fomos percebendo vários pontos que nos levam as afirmativas positivas e negativas, no processo de criação das colônias. Iremos apresentando os depoimentos seguindo um processo cronológico, com o objetivo de levarmos ao leitor momentos do passado e do presente.

Brandão (1998) afirma:

Existe um reviver no rememorar que não é apenas bom como a boa saudade redita, revisitada a poder das palavras. Ele o reviver na narrativa, completa mais do que o sentido não sabido, completa uma parte da vida ainda não vivida e tão passada (p.152).

Os nossos sujeitos começam sua narrativa rememorando passagens vividas durante sua vida de pescador. Neste rememorar o relato a seguir começa do momento de criança em que o aprendizado da pesca se inicia:

“Vim de família de pescador. Aprendi a pescar com meus avós. Muito novo comecei a pescar, ajudando meus avós. Comecei no 4º ano primário, transportando peixe pro frigorífico pro meu avô. Ganhei uma canoa coxa de presente do meu avô de um pau só, material de pesca; o anzol, a tarrafa, eu tinha 11 anos de idade. E assim comecei a pescar” (Pescador aposentado, Pirapora - MG).

“Aprendi a pescar com o pai. Desde criança - entre 10 e 12 anos” (Pescador aposentado, Buritizeiro - MG, 2006).

“Comecei a pescar aos 10 anos de idade com o pai. Meu aprendizado começou na Bahia e em 1971 vim pra Pirapora-MG com os pais, pois os mesmos migraram aqui pra Minas Gerais” (Pescador natural da Bahia, residente em Pirapora - MG, 2006).

“... sou pescador desde menino, aprendi a pescar com o meu pai, tive outra profissão, mas voltei pra pesca, porque é o que faço com prazer e alegria. Tudo que tenho hoje veio da pesca” (Pescador em Pirapora - MG, 2006).

Na fala do entrevistado sentimos o grande laço de afetividade e o orgulho de ser um pescador, tendo aprendido a profissão com seu pai, e até os dias atuais, consegue manter sua família, com o seu trabalho.

Fomos adentrando no rememorar do pescador entrevistado e o diálogo foi fluindo sobre o momento de criação da colônia, pois a primeira em Minas Gerais foi a de Pirapora-MG, a colônia Z-1.

O senhor lembra da criação da colônia?

A primeira eu não lembro como iniciou. Meu tio foi o terceiro presidente de colônia da região. Eu fui o quarto presidente da colônia de Pirapora.

A colônia era como se fosse uma regional. Todos os pescadores de Brasília, Mato Grosso. São Paulo, Bahia, eram regularizados aqui nesta colônia.

Lembra do ano de fundação? Não lembro.

Meu tio foi presidente 11 ou 13 anos da colônia de Pirapora. Ai o Presidente da Confederação do Rio de Janeiro veio pra cá, e nomeou outro presidente. Pois meu tio não podia ficar mais, já parecia ditadura.

Quando o Sr. foi presidente você ficou quanto tempo?

Três anos, pois o mandato antigamente era de 03 anos, hoje é que mudou pra 02 anos.

Fale um pouco da colônia de Pirapora. Como tudo aconteceu?

A sede era em um cômodo na casa do meu Tio, muitos anos ele carregou a colônia sozinho.

Ai surgiu a Sudepe¹⁹ em 1968 disso eu me lembro. Minha carteira era dada visto através da Capitania dos Portos, ai formalizamos uma chapa, orientado por um americano que era o João - Mr. Jones, ele pertencia na época ao corpo de Voluntários da Paz, eles reuniam os ribeirinhos, ensinando muitas coisas, eram vários integrantes e faziam trabalhos ao longo do rio.

O Benjamin que estava aqui na época, e o Evangelista que era daqui formaram uma cooperativa, eu fui o secretário, e eles nos auxiliavam. Evangelista era mais experiente, ele estava formando em técnico de contabilidade.

Antes ela foi colônia, depois no mandato de Benjamin veio à cooperativa que esses americanos nos ajudaram trabalhando em conjunto. A colônia tomou empréstimo na Codevasf²⁰ e formalizou a cooperativa.

Fizemos contrato com peixarias de São Paulo e Rio de Janeiro, nos tínhamos uma câmara muito boa que comportava 10 toneladas de peixe. Cada 15 dias o caminhão vinham do Rio de Janeiro, outro mês de São Paulo, pra pegar peixe.

No período da entre-safra entre o mês de julho pra agosto que eram muito críticos, ai veio à falta do peixe.

Acabaram os contratos da peixaria. Os pescadores ficaram desacreditados, a colônia entrou em crise. O maquinário, os arquivos foram depredados. Ai surgiu a Sudepe em 1968 disso eu me lembro e formou nova colônia, e estruturou com câmara frigorífica, fábrica de gelo, lancha pra coleta dos peixes na margem do rio.

Nós tocamos de novo a colônia. Quando a cooperativa foi extinta o pescador já não acreditava mais, como antes.

¹⁹ Sudepe – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

²⁰ Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

A partir dos depoimentos verificamos que existiu um período em que a vida do pescador dos dois municípios, ligados à colônia de pesca Z-1 teve momentos positivos, em que a mesma propiciava boas negociações com o pescado que era retirado do rio. Nessa época, eles tinham a câmara fria que armazenava o peixe, ajudando-os na comercialização, e todos trabalhavam conjuntamente no processo de limpeza dos peixes.

A colônia de pesca de Buritizeiro só foi criada no ano de 2004, antes os pescadores eram cadastrados na colônia Z-1 de Pirapora. Esse processo de formalização deu-se durante o período da atuação do PPA (Peixes Pessoas e Águas), projeto atuante na região junto aos pescadores entre 2003 a 2006.

“Queria que vocês lembrassem um pouco das oficinas de 2004 do projeto. A colônia de Buritizeiro não existia ainda, era uma associação de pescadores de Pirapora que estavam representados também pela colônia de Pirapora. Ao longo do tempo a associação passou a ser colônia, da mesma forma que aconteceu com Ibiaí e o grupo foi aumentando (relato coordenador oficina - Buritizeiro 2005).

Atualmente a colônia de pesca em Buritizeiro, trabalhando conjuntamente com vários pescadores filiados tenta trazer vários benefícios conforme este relato:

O pescador ainda hoje é livre para vender o peixe onde encontrar o melhor preço no local que quiser. A colônia está trabalhando no espaço para requerer uma câmara fria e um fabricante de gelo para abastecer esse pescador onde for pescar. Precisamos também de projetos para que possam levar ao pescador o gelo, buscar o peixe, atender a família que fica na cidade.

O maior benefício a colônia tem levado ao pescador, hoje eles tem o seguro desemprego, que eles pegam um atestado que é concedido que é um código da colônia no Ministério do Trabalho em Brasília e em Belo Horizonte.

Eles preenchem esse atestado, e recebem o seguro desemprego na piracema. Se algum dos pescadores adoecerem o médico dá um encaminhamento, nós damos o atestado, preenchemos o formulário, enviamos ao INSS, ele usufrui do INSS.

Se ele tiver a idade normal de aposentadoria que é 50 anos para a mulher e 55 para o homem, que prevalece entre 55 e 60 anos, ele tem o mesmo atestado e formulário da colônia e junto ao INSS ele aposenta.

Esses benefícios são de direito deles, não é necessário pagar por um atestado, pois, cada um paga uma taxa anual que é... era de 50 reais, que por causa da Federação foi obrigado a passar para 85 reais, e com isso descobri que o nosso dinheiro é para nós mesmos.

Outros benefícios buscam junto ao Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Nós estamos com vários financiamentos de investimentos, só com o Banco do Brasil fizemos vários PRONAFs, para investimento em motor de barco, material de pesca, linha, anzol, caixa de gelo, freezer, com tudo isso os pescadores estão contemplados.

A colônia vai ao banco negocia junto a ele, vai a EMATER que faz o projeto, leva ao banco e ele autoriza.

A loja que ganhou a licitação pediu os motores entregamos tudo na presença do banco. Tudo é transparente, o pagamento é feito junto a essa organização tudo documentado são essas coisas que tem trago para nós benefícios, dentre essas têm outras que estamos requerendo junto aos órgãos competentes para trazer a melhoria de vida para os pescadores e as pescadoras (Depoimento Pescador profissional Buritizeiro – MG, 2006).

Alguns fatores transformaram-se ao longo dos anos. A atual colônia de pesca de Pirapora Z-1 já possuiu uma câmara fria que serviu para armazenar os peixes pescados, e encontra-se agora desativada por não ter apoio financeiro para mantê-la. O custo da energia tornou-se muito caro, e atualmente ela conta apenas com a arrecadação anual dos filiados à Colônia, o que inviabiliza o seu funcionamento. Os equipamentos comprados pela colônia de Pirapora estão em deterioração, por não haver atualmente investimentos em infra-estrutura e na organização para a comercialização do peixe para outros lugares. Por esses motivos, o peixe pescado pelos pescadores é comercializado de forma individual, cada um trata do seu pescado.

Em Buritizeiro, a colônia criada recentemente acredita em dias melhores e busca novas alternativas para os seus companheiros de jornada na pesca.

Diante disso, pode-se afirmar que a situação das colônias nas cidades pesquisadas cumprem o papel para facilitação da inscrição dos pescadores como

profissionais da pesca, para que no período de Defeso²¹, possam receber o seguro desemprego.



Figura 6: Sede da Colônia Z-01 em Pirapora-MG
Fonte: da autora -2006.

²¹ Defeso – constitui-se de medidas que buscam garantir a desova das espécies de peixes importantes para o consumo. De novembro a fevereiro, ficou estabelecido o período de defeso em Pirapora e Buritizeiro, conforme Portaria nº. 173, de 22 de novembro de 2006 – IEF.



CAPÍTULO 2 - AS INSTITUIÇÕES REGULADORAS DA PESCA E O PROJETO PPA – PEIXES, PESSOAS E ÁGUAS

Neste capítulo apresentamos de forma sucinta a descrição do surgimento dos órgãos competentes que estabelecem as leis que regulam as atividades para a prática pesqueira. Para tanto, foram coletadas informações e dados nos órgãos IBAMA, IEF e Codevasf.

As interações dos pescadores das colônias de pesca com as instituições governamentais foram avaliadas junto aos grupos integrantes das colônias.

Analizamos a relação entre os pescadores e os integrantes das ONGs que atuam com projetos no local da pesquisa, objetivando a “Co-gestão da pesca no Vale do São Francisco”, por meio de entrevistas feitas com os pescadores, além de dados coletados pela pesquisadora na participação em palestras, seminários e oficinas, realizadas com as comunidades de pesca.

2.1. AS instituições reguladoras da pesca

Embora a legislação sobre as atividades do pescado no Brasil tenha se iniciado no período colonial, segundo (SILVA, 1972), tendo respaldo na Constituição Federal de 1988, em que o Artigo 24 define como competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, legislar sobre:

- florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- Todas as ações do ordenamento de pesca passam a ser

regulamentadas por Leis, Decretos e Portarias, além de instrumentos normativos que são documentos das atividades administrativas dos órgãos gestores.

Definimos abaixo a significância de cada instrumento legal relacionado à atividade pesqueira:

Decreto-Lei: documento expedido pelo presidente da república ao absorver anormalmente as funções do Congresso Nacional, quando estas se encontram suspensas.

Lei: norma elaborada e votada pelo Congresso nacional (lei federal), e pela Assembléia Legislativa Estadual (lei Estadual).

Decretos: documento legal que regulamenta normas gerais determinadas em lei. Se for de âmbito Federal é votado pelo Congresso Nacional; se de âmbito Estadual votado pela Assembléia Legislativa.

Portarias: documento gerado por ato administrativo da autoridade do órgão público, com instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos.

A pesca no Brasil foi regulamentada em âmbito federal pelo decreto-lei 221/67, atribuindo então à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - Sudepe, que estabeleceu, entre outras, a função de regular e fiscalizar as atividades do setor pesqueiro.

Em 1989 ocorre à extinção da Sudepe e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O IBAMA foi criado para estabelecer e controlar o uso dos recursos naturais, zelando pela preservação de espécies, pela sustentabilidade dos recursos, ordenando o uso dos recursos pesqueiros em águas de domínio da União, como no Rio São Francisco.

A análise desse arcabouço legal evidencia que nos últimos quarenta anos, identificaram-se dois períodos distintos:

“Um entre 1967 e 1987, e o outro de 1988 a 2001”. No primeiro período que compreende 21 anos, praticamente não houve mudança na legislação, excetuando-se a aprovação da lei da Previdência e de dois decretos que regulamentaram aspectos específicos do Decreto-lei nº. 221/67. “Este decreto-lei, hoje bastante alterado e desatualizado em relação à legislação nacional e internacional, continua sendo a lei básica que rege a atividade pesqueira no Brasil” (NETO, 2003 p. 113).

Referindo-se ao primeiro período, Silva (1972) avaliando a aplicação desse instrumento legal, comenta: “A lei n. 221/67 - convertida em Lei Áurea da Pesca, sobretudo pelo caráter anárquico e velocíssimo de sua aplicação, transfigurou, mas também desfigurou a pesca brasileira”.

Já o segundo período, relativo aos últimos treze anos, segundo Dias-Neto, (1999), foi bem mais dinâmico, ocorreram alterações no modelo de gestão dos recursos pesqueiros. No final da década de 1990 ocorre a sanção da Lei Estadual n.12.265 sendo repassado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, a função no estabelecimento de normas relativas à permissão, restrição e proibição de instrumentos utilizados na pesca e suas técnicas utilizadas. Para um melhor ordenamento pesqueiro,²² a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ou Polícia Ambiental passa a fiscalizar e autuar infrações.

2.1.1. O IBAMA

O reconhecimento da importância dos recursos ambientais no Brasil vem do período do descobrimento (1500), em que Pero Vaz de Caminha relata ao rei de Portugal as belezas naturais e patrimoniais do Brasil.

²² Conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, sobre a base do conhecimento atualizado dos seus componentes biológicos, econômicos e sociais, com vistas a alcançar a sustentabilidade da atividade pesqueira, com a base conceitual ancorada na gestão participativa, onde o poder público, juntamente com o setor produtivo e organizações ambientalistas buscam a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros (plano de Ação/2004 - Coordenação de Ordenamento Pesqueiro/IBAMA).

O conceito de meio ambiente é, contudo, bem novo, assim como a gestão do meio ambiente constitui uma atividade também recente. Até há pouco tempo, os recursos ambientais eram tratados de forma isolada no Brasil, razão pela qual os instrumentos e os mecanismos necessários à gestão do meio ambiente ainda não estavam desenvolvidos e aperfeiçoados em sua plenitude.

Por outro lado, as estruturas de Governo que foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo para atender às demandas da sociedade, no que se refere à conservação e a preservação dos recursos naturais, estavam mais voltadas para o incentivo do desenvolvimento econômico, no qual a exploração desses recursos era apenas mais um elemento. Até a década de 50, não havia no Brasil uma preocupação precípua com os aspectos ambientais.

O período compreendido entre 1930 a 1950 caracterizou-se pela industrialização com base na substituição de importações. Nesse período o país foi dotado de instrumentos legais e de órgãos públicos que refletiam as áreas de interesse da época e que, de alguma forma, estavam relacionados à área do meio ambiente, tais como:

- O Código de Águas - Decreto nº. 24.643, de 10 de julho de 1934;
- O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS);
- O Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS);
- A Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

As medidas de conservação e preservação do patrimônio natural, histórico e artístico mais significativo, no período acima referido, foram:
a criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste;

- O estabelecimento de normas de proteção aos animais;

- A promulgação dos códigos de floresta, de águas e de minas;
- A organização do patrimônio histórico e artístico;
- A disposição sobre a proteção de depósitos fossilíferos, e a criação, em 1948, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

Na década de 60, o Governo Brasileiro compromete-se com a conservação e a preservação do meio ambiente, efetivadas por meio de sua participação em convenções e reuniões internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera.

Nessa ocasião foram definidas as bases para a criação de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera (*Man and Biosphere* - MAB), que foi efetivamente criado em 1970.

O Brasil, como membro das Nações Unidas, também assinou acordos, pactos e termos de responsabilidade entre países, no âmbito da Declaração de Soberania dos Recursos Naturais.

A década de 70 foi marcada pelo agravamento dos problemas ambientais, e, conseqüentemente, pela maior conscientização desses problemas em todo o mundo. No entanto, somente após a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, é que medidas efetivas foram tomadas com relação ao meio ambiente no Brasil. Participaram desse evento, representantes de aproximadamente 113 nações, 90% dos quais pertenciam ao grupo dos países em desenvolvimento.

Nessa época, apenas 16 deles possuíam entidades de proteção ambiental. Os delegados dos países em desenvolvimento, liderados pela delegação brasileira,

defendiam seu direito às oportunidades de crescimento econômico a qualquer custo. Ao final, foi proclamada, como forma ideal de planejamento ambiental, aquela que associasse a prudência ecológica às ações pró-desenvolvimento, isto é, o ecodesenvolvimento.

Nessa Conferência foram aprovados 25 princípios fundamentais que deviam orientar as ações internacionais na área ambiental, tais como a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver, e que o homem é o ser mais importante do mundo, pois promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia.

Em 1968, tem início na Europa um movimento que se preocupava com os problemas ambientais nos seus países e no mundo, denominado Clube de Roma. Seus participantes - especialistas de várias áreas do conhecimento humano – reuniram-se em Roma para discutir a crise daquele momento e as crises futuras da humanidade. Em 1972, o Clube de Roma publicou o seu relatório *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento), que alertava para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações.

Poucos meses depois, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, de onde saiu um documento intitulado "Declaração sobre o Ambiente Humano". A Declaração reconhece a importância da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a premência de o homem reordenar suas prioridades.

Já no Brasil, a Constituição Federal de cinco de outubro de 1988 foi um passo decisivo para a formulação da nossa política ambiental. Pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente,

dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação.

Nesse sentido, cabe evidenciar o artigo 225 da Constituição Federal uma vez que os recursos pesqueiros fazem parte dos recursos ambientais que diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A partir daí, foi criado o programa Nossa Natureza, que estabeleceu diretrizes para a execução de uma política ampla de proteção ambiental.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental:

- Secretaria do Meio Ambiente - SEMA;
- Superintendência da Borracha - SUDHEVEA;
- Superintendência da Pesca – SUDEPE,
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM, ligada à Presidência da República, que tinha no IBAMA seu órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

É relevante citar também o evento que se realizou no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, da qual participaram 170 nações.

A Rio-92 teve como principais objetivos:

- Identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais;
- Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo;
- Examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento.

Nesse processo histórico o IBAMA é o órgão que com a extinção da SUDEPE, veio legislar sobre os recursos pesqueiros no Brasil²³.

2.1.2. O Instituto Estadual de Florestas - IEF

O Instituto Estadual de Florestas é uma autarquia criada pela Lei n. 2606, de cinco de janeiro de 1962, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo território Estadual.

O IEF - integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA criado pela Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº. 7.804, de 18 de julho de 1989. No exercício de suas atribuições, o IEF observará as deliberações

²³ Os dados apresentados sobre o histórico do IBAMA foram pesquisados no site www.ibama.gov.br em maio de 2006.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2003.

emanadas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e as diretrizes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

De acordo com Gonçalves (1990), a história do IEF pode ser dividida em duas fases principais:

A primeira, entre os anos de 1962 e 1973, é uma fase em que o órgão não logra definir claramente seu papel e suas políticas, oscilando entre a diretriz de fomento legal ligada ao fornecimento de carvão para a indústria siderúrgica e o exercício de uma função conservacionista. A partir de 1973 o órgão entra em uma nova fase, com a emergência de uma nova política agrícola estadual (1990, p. 87).

Sendo assim o Instituto Estadual de Florestas - IEF tem por finalidade executar a política florestal do Estado e promover a preservação e a conservação da fauna e da flora, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e da pesca, bem como a realização de pesquisa em biomassa e biodiversidade, competindo-lhe:

- Coordenar, orientar, desenvolver, promover e supervisionar a execução de pesquisas relativas à manutenção do equilíbrio ecológico, bem como promover o mapeamento, inventário e monitoramento da cobertura vegetal e da fauna silvestre e aquática, a elaboração da lista atualizada de espécies ameaçadas de extinção no Estado, a recomposição da cobertura florestal, a recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento dos ecossistemas florestais e aquáticos;
- Administrar Unidades de Conservação, de modo a assegurar a consecução dos objetivos e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;
- Promover, apoiar e incentivar, em articulação com órgãos afins, o florestamento e o reflorestamento com finalidade múltipla, e desenvolver ações que favoreçam o suprimento de matéria-prima de origem vegetal

susceptível de exploração, de transformação, de comercialização e de uso, mediante assistência técnica, prestação de serviços, produção, distribuição e alienação de mudas;

- Promover a disciplina, a fiscalização, o licenciamento e o controle da exploração, utilização e consumo de matérias-primas oriundas das florestas, da pesca e da biodiversidade em geral, bem como coordenar e promover ações de preservação e controle, inclusive combate a incêndios e queimadas florestais e manejo sustentado dos recursos naturais;
- Coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução de atividades de preservação, conservação e uso racional dos recursos pesqueiros, bem como promover o desenvolvimento de atividades para proteção da fauna ictiológica;
- Promover a educação ambiental visando à compreensão pela sociedade da importância das florestas, da pesca e da biodiversidade, bem como manter sistema de documentação, informação e divulgação dos conhecimentos técnicos relativos a esses recursos naturais;
- Aplicar penalidades, multas e demais sanções administrativas, promovendo a arrecadação, a cobrança e a execução de tributos e créditos não tributários e emolumentos decorrentes das atividades;
- Coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução das atividades de gestão da fauna no território do Estado, em articulação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Em 1976 surge a equipe do Comando Especial de Fiscalização da Pesca - CEFIP, que atuava esporadicamente também na fiscalização florestal e que foi o núcleo a partir do qual se constitui em 1981, o Batalhão de Polícia Florestal, com a implantação de um comando em Belo Horizonte.

A Diretoria de Pesca e Biodiversidade surge e tem por finalidade promover e coordenar a execução das atividades de preservação e proteção das espécies vegetais e animais que tenham na água seu habitual meio de vida, bem como a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas de domínio do Estado, competindo-lhe, na área de sua competência:

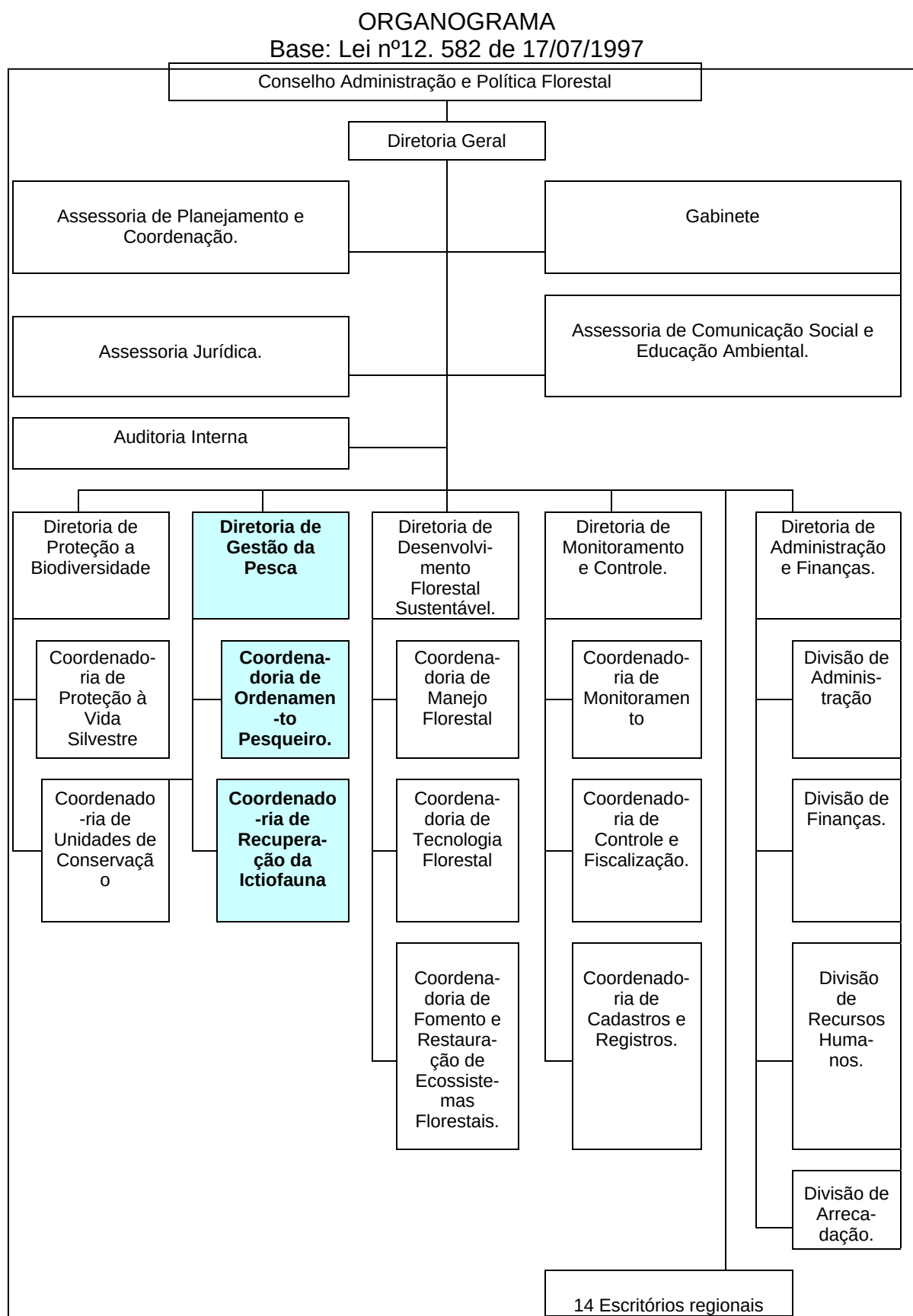
- Promover e orientar a proteção e preservação da biodiversidade no Estado, bem como a manutenção do equilíbrio ecológico em geral e dos ecossistemas em particular, visando ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais;
- Promover, orientar e executar a criação, a implantação, a gestão e o manejo das Unidades de Conservação e de outras áreas equivalentes;
- Fomentar e orientar a preservação da flora e da fauna, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos do Estado;
- Fomentar, orientar e executar o controle, a fiscalização e o licenciamento de pesquisa, captura, extração, coleta, transporte, beneficiamento, comercialização, produção e perpetuação das espécies vegetais e animais;
- Promover, orientar e executar a Política de Gestão da Pesca e Aquicultura no Estado;
- Promover e orientar estudos e outras ações de sua competência, para execução da política governamental do ICMS Ecológico na forma da lei, em conjunto com instituições responsáveis pela atividade no Estado, bem como promover, realizar e divulgar estudos técnico-científicos relacionados com a proteção e a sustentabilidade dos recursos naturais do Estado;
- Promover ações que visem a definir, atualizar e divulgar a lista das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no Estado, recomendando e adotando medidas para a sua proteção;

- Definir, fomentar e executar a capacitação e o treinamento de gestores na proteção dos ecossistemas;
- Coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução das atividades de gestão da fauna no Estado;
- Propor indicadores e mecanismos de aferição para melhoria da qualidade ambiental no Estado.

A descrição histórica ora apresentada dos órgãos legisladores da pesca, o IEF em nível Estadual e o IBAMA em nível Federal, evidenciam as circunstâncias das duas instituições no trabalho conjunto e nas relações com os diversos sujeitos sociais envolvidos na política ambiental. Neste cenário se expõem o jogo de forças, os conflitos e as formas de participação de cada sujeito envolvido.²⁴ Apresentamos abaixo o organograma do IEF, com base na Lei n. 12.582 de 17.07.97.

²⁴ Os dados apresentados neste item 2.1.2 foram pesquisados no site www.ief.mg.gov.br e a Questão Ambiental em Minas Gerais: Fundação Estadual do meio Ambiente. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. 328p.

Quadro 4 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF



Fonte: A Questão Ambiental em Minas Gerais, 1998. p. 150.

2.1.3. AS interações dos pescadores com as instituições

O pescador profissional representa os “olhos da sociedade” nas águas doces de Minas Gerais, porque delas e nelas vivem e diariamente dá notícias sobre sua qualidade.

Contudo, constitui uma classe social mais frágil perante a pesca esportiva e em consequência de sua tradição educacional própria permanece à margem das decisões que os afetam, sem a sua efetiva participação (Bárbara Johansen, Presidente da Federação de Pescadores do Estado de Minas Gerais.).

O pescador tem sua profissão reconhecida desde 1940 pela Marinha e a pesca artesanal foi regulamentada no Brasil em 1967, pelo Decreto Lei n. 221, como atividade relacionada à produção. Em 1973 o Ministério da Agricultura instituiu as organizações representativas da classe, constituídas por Confederação Nacional, Federações Estaduais e Colônias de Pescadores.

A pesca é fiscalizada em virtude do local onde é realizada, do período do ano (piracema), da utilização de apetrechos e equipamentos de uso proibido e da obtenção de licença de pescador, seja amador ou profissional, a ser expedida pelo órgão competente.

“Veja bem a legislação que nós estamos com ela já algum tempo ela precisa passar por uma reforma. Mas enquanto essa reforma não acontece, nós ficamos sujeitos à legislação vigente” (Pescador profissional / Buritizeiro - MG).

“Através dos órgãos que regulamentam a pesca, eles nos ajudam direcionando, mostrando os deveres e direitos dos pescadores. A legislação imposta no decorrer da pesca. É importante pro pescador” (Pescador profissional / Pirapora - MG).

Os pescadores entrevistados mostraram o seu conhecimento em relação à legislação vigente em Minas Gerais. O grupo de pescadores já aposentados, ainda possui carteira de pesca, tendo a atividade como um hábito cotidiano, utilizado como complemento de renda. Os pescadores na ativa, também mostraram seu conhecimento em relação à legislação. Eles conhecem seus deveres e direitos

perante as instituições legisladoras e fiscalizadoras. Na lida diária com o rio, esses homens detêm o conhecimento dos processos da natureza, conhecem as águas, os ventos, a lua, os peixes.

O saber tradicional dos pescadores diverge das leis estabelecidas pela legislação, ocorrendo confronto entre os grupos. As entrevistas realizadas mostram que os pescadores têm o conhecimento do tamanho de captura das espécies; o material de pesca adequado e a época do defeso.

As exigências são muitas, pois acho que tem que ter. Pois antigamente o

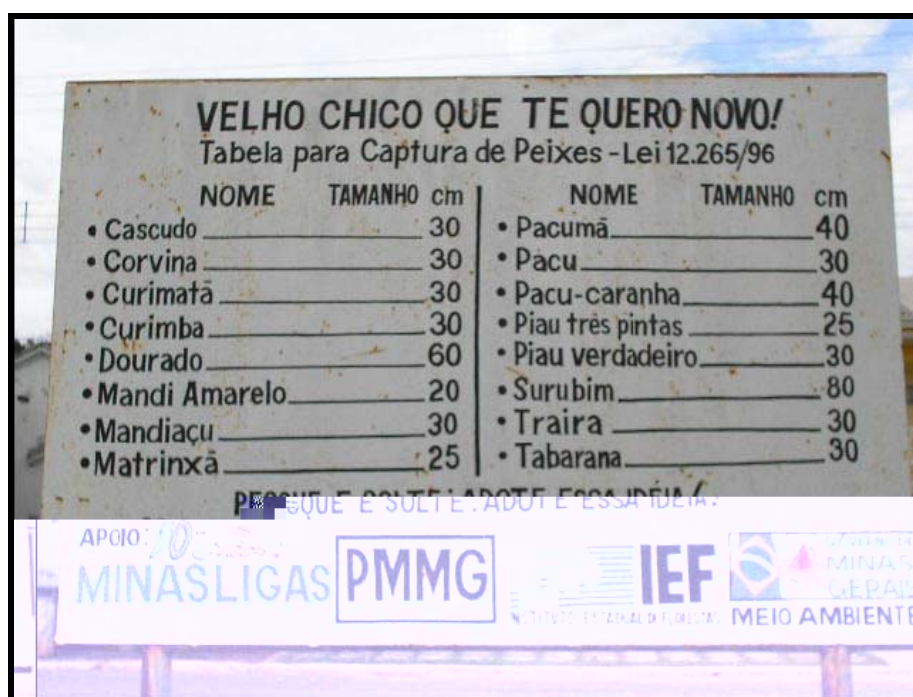
IV – armadilhas tipo tapagem, pari, cercada ou quaisquer aparelhos fixos;

V – aparelhos de mergulho; e.

VI – quaisquer outros aparelhos, ressalvado o disposto nos artigos 3º e 4º desta portaria.

Nesta mesma portaria no Art. 9º cita:

Proibir a captura, o transporte e a comercialização das espécies abaixo relacionadas, cujos cumprimentos totais sejam inferiores.



NOME	TAMANHO cm	NOME	TAMANHO cm
• Cascudo	30	• Pacumã	40
• Corvina	30	• Pacu	30
• Curimatã	30	• Pacu-caranha	40
• Curimba	30	• Piau três pintas	25
• Dourado	60	• Piau verdadeiro	30
• Mandi Amarelo	20	• Surubim	80
• Mandiaçu	30	• Traira	30
• Matrinxã	25	• Tabarana	30

Figura 7: Placa em Pirapora MG Tabela para capturas de peixes.

Fonte: Pesquisa IDRC, Julho de 2005.

A época do Defeso, na linguagem dos pescadores a Piracema, é um tema bastante polêmico, trazendo adversidades entre os legisladores e os pescadores. A piracema é a época em que os peixes procuram o lugar mais adequado para a desova e alimentação das espécies.

No rio São Francisco poucas espécies se reproduzem ao longo de todo o ano. Segundo Lamas (1993), O pico da desova ocorre em dezembro e janeiro, no início da temporada de cheias.

Nesse sentido, Sato & Godinho (1999) mostra que das cerca de 160 espécies de peixes listadas para a bacia desse rio, apenas uma pequena parte faz piracema. Dentre elas destacam-se, algumas espécies conforme quadro 05 abaixo:

Quadro 5: Peixes de Piracema

Nome Popular	Nome Científico
Curimatãs	<i>Prochilodus argenteus</i> e <i>P. costatus</i>
Dourado	<i>(Salminus brasiliensis)</i> ,
Surubim	<i>Pseudoplatystoma corruscans)</i> ,
Matrinxã	<i>(Brycon orthotaenia)</i>
Pirá	<i>(Conorhynchus conirostris)</i>

Fonte: Sato e Godinho. 2003.



Figura 8: Pesca do Surubim.

Fonte: Acervo Eduardo Hatem foto cedida por pescador.

No relato dos pescadores, em seu convívio diário com o rio, as afirmações científicas vêm de encontro ao conhecimento ecológico que os mesmos detêm acerca dos recursos pesqueiros:

A piracema essa tem que ser respeitada e todos nós respeita e trabalha em cima dela, porque ela é que nos dá sustentabilidade da quantidade dos alevinos de repovoamento do rio, pois ele é responsável por tudo isso, e é na Piracema que acontece (pescador profissional, Buritizeiro - MG).

O IBAMA e o IEF lançam portarias divergentes. Este ano a pesca fechou de novembro a fevereiro. E nós respeitamos este período, pois somos profissionais e vivemos da pesca (pescador profissional, Buritizeiro - MG).

Em todos os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, percebemos que existem várias divergências entre os grupos de pescadores junto às instituições, em relação à forma como a legislação é imposta. Eles dizem que esse diálogo vem melhorando nos últimos anos, porém ainda tem-se muito que caminhar para se chegar a um consenso entre as partes envolvidas. O grupo se diverge e as opiniões são variáveis, o que impossibilita uma melhor união para reivindicar os direitos que eles acham que seria melhor, para os colonizados.

2.2. A atuação do projeto PPA junto às comunidades de pescadores

Num acordo entre Brasil e Canadá em janeiro de 2003, num projeto bilateral denominado “A Pesca Continental no Brasil: Modo de Vida e Conservação Sustentável”, posteriormente denominado “Peixes, Pessoas e Águas” - PPA recebeu financiamentos da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional - CIDA e *International Development Research Centre* - IDRC para um projeto de três anos que engloba a pesca, tecnologias e aspectos sociais da pesca de água doce

artesanal de pequena escala no Brasil, incluindo o direcionamento para o gerenciamento comunitário.

O PPA²⁵ inclui 40 parceiros brasileiros e 15 parceiros canadenses representados por comunidades, governo, academia, indústria e ONG. No Brasil os parceiros líderes do projeto são a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), a Federação Artesanal de Pescadores em Minas Gerais, e as ONGs: *World Fisheries Trust* (WFT) e o Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais (IARA).

O Projeto enfoca a bacia do São Francisco no nordeste e sudeste do país e está centrado na cidade de Três Marias no estado de Minas Gerais. Seu objetivo principal é criar e implementar um modelo de gerenciamento sócio ambiental sustentável no rio. O projeto equilibra a transferência de tecnologias concretas de pesca com um componente social igualitário e está dividido em subprojetos e temas transversais:

- Sub-projeto 1 - Preparando comunidades para o co-gerenciamento;
- Sub-projeto 2 - Construindo modos de vida sustentável;
- Sub-projeto 3 – Assegurando os recursos pesqueiros;
- Tema transversal A - Auxiliando o desenvolvimento de políticas para a pesca sustentável;
- Tema transversal B - Conscientização pública e educação;
- Tema transversal C - Criar oportunidades para as mulheres, os jovens e as famílias.

²⁵ As informações sobre o PPA Projeto Peixes, Pessoas e Águas, foram retiradas do site www.Worldfish.org, e das gravações realizadas na participação das oficinas do GT da Pesca nos dois municípios.

A proposta do Projeto, entre outros objetivos, é contribuir para a equidade do uso do recurso pesqueiro continental do Brasil de maneira a dar sustentabilidade ao recurso e ao meio de vida que dependem dele.

As comunidades de Pirapora e de Buritizeiro foram inseridas nesse projeto. Essa participação é relevante e poderá trazer muitas contribuições para essa comunidade, uma vez que desde a implantação do PPA, várias atividades foram desenvolvidas nas comunidades de pescadores visando à melhoria da classe trabalhadora; melhor interação das comunidades ribeirinhas; visando também um meio sócio-ambiental sustentável, com a proposta de gerenciamento e conservação da pesca participativa.

Dentre as oficinas realizadas nas comunidades de pescadores no período de atuação do projeto, podem-se destacar:

- Oficina de repórteres comunitários (realizada em Maio 2004 e maio de 2005);
- Oficinas de capacitação de Lideranças Populares de colônias de pescadores (realizadas em Abril 2004 e Julho de 2005);
- Oficina para implementar o grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca em novembro de 2005 e 04 Assembléias em 2006).

A oficina para construção de um grupo de trabalho de pesca para continuidade de atividades para promover a gestão participativa da pesca, prevista como a última atividade do Projeto "Rumo...", foi realizada no período de 23 a 25 de Novembro deste em Pirapora/MG com a participação de 50 participantes, envolvendo representantes das s de Pescadores Z-1 (Pirapora); Z-20 (Ibiaí); Z-21(Buritizeiro); Z-11 (Buritis); Z-5 (Três Marias - associados); representantes da Polícia Militar Ambiental (PMA-Três Marias); representantes do IBAMA de Pirapora, Brasília, Mato Grosso, e Belo horizonte; representante do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF); integrantes do projeto Peixe, Pessoas e Água, e pelo Sub Projeto "Rumo..."; representante da Secretaria de Patrimônio da União - SPU; representante da Federação dos Pescadores de Minas Gerais; representante do Banco Nordeste; estudantes de Biologia da UFSCar, e estudantes de Geografia da Unimontes (Retirado relatório de oficinas elaborado por: Regina Glória Pinheiro Cerdeira, Raimunda Queiroz de Mell - facilitadoras da oficina).

Participamos das oficinas de GT da pesca nas colônias dos municípios estudados, e a metodologia trabalhada com os pescadores que participaram da reunião objetivou a seguinte reflexão: o que é a colônia de pesca e qual deveria ser sua função no GT da pesca na busca de prioridades para o grupo. Surgiram questionamentos sobre o entendimento por parte dos pescadores do que seria a Gestão Participativa para eles:

Pescador: *Decidir o que está certo o que está errado todos juntos. Decidir o que for melhor pra categoria, em que um grupo de pessoas tenha o mesmo objetivo. Seria a junção dos pescadores, empresas, órgãos legisladores e fiscalizadores, fazendeiros, agricultores de grandes plantações de qual seria a melhor maneira de cuidarmos do rio, pra todos usarmos de forma sustentável, beneficiando todas as categorias.*

Coordenador da Oficina - *Exatamente é decidir junto, isso é participar tomar as decisões juntas. Então nosso objetivo é começar essa questão participativa no rio São Francisco. Se o IBAMA e o IEF toparem vamos começar a desenvolver uma proposta de gestão para todas as bacias, não vai ser somente para as colônias não. Mais o começo vai ser aqui, a gente vai ensinar o resto do Estado se isso der certo claro, para que assim seja agora a questão dessa gestão da pesca. Durante o grupo de trabalho a gente vai discutir o que é a gestão participativa. Vamos discutir como seria esta gestão participativa, como esse grupo de trabalho funcionaria quantos seriam os representantes, quantas vezes por ano eles se encontrariam, quanto de dinheiro a gente precisaria para estar disponibilizando essas reuniões, arcando com gastos, com o pessoal de fora que estaria vindo pra cá. Discutir essas coisas técnicas, como que o GTPESCA poderia realmente funcionar. Seria um encontro periódico uma a duas vezes por mês os representantes das colônias mais o pessoal do Estado para estar discutindo os problemas relacionados à pesca. Questões como a Barra, por exemplo, de não ter onde aportar porque não tem porto, como discutir com os fazendeiros essas questões dos acampamentos, os fazendeiros vão lá botam a arma na cara dos pescadores os mandam irem embora. Toda essa coisa que vocês discutem aí na beira do rio, vão discutir junto com o IEF e o IBAMA, para estarmos fazendo então um acordo e decidir que tantos meses estarão usando tal tarrafa, tal malha, para a gente anotar os dados de produção pra ver se a gente pode diminuir o tamanho da malha esse tipo de debate. Só que pra isso acontecer à gente precisa estar se reunindo. Então o grupo de trabalho vai ser pra discutir como a gente vai se reunir. Quantas vezes. Enfim criar esta estrutura para que a partir do ano que vem a gente começar a trabalhar e talvez sair portarias mais detalhadas, não é só mais piracema, e apetrechos, que malha vai ser liberada. Tentar saber quanto vai render a pesca. Vamos tentar fazer uma avaliação do estoque pra ver o quanto cada pescador está produzindo. Tem muitas questões que não sabemos ainda sobre a pesca, nós temos várias impressões, o Estado*

tem as impressões dele, mais a gente ainda não conseguiu juntar todas estas informações, e afirmar: a pesca do São Francisco produz tanto por ano, cada pescador pesca tanto, o peixe que está saindo mais é este. A proposta da gente para poder começar a trabalhar a pesca na tentativa de melhorar a produção de peixes, e assim garantir o sustento das famílias dos pescadores profissionais artesanais.

Os trabalhos foram conduzidos em total interação entre os pescadores e o coordenador da oficina. Observou-se que o grupo de pescadores tem convicção e acreditam que a proposta de Gestão Participativa da Pesca seria um mecanismo na busca de melhoria e autonomia para garantir a representação e o trabalho da colônia. Assim, algumas prioridades foram apontadas pelo grupo de pescadores que participavam da reunião:

- Garantir a sobrevivência da pesca artesanal (sustentabilidade);
- Rever a legislação para a pesca na bacia do São Francisco em interação com os pescadores e os órgãos legisladores e fiscalizadores;
- Discutir a pesca clandestina;
- O pescador ter o direito de fiscalizar a pesca;
- Repovoamento do rio pelos órgãos competentes;
- Processos de repasse e capacitação para os pescadores, viabilizando para que os mesmos tenham conhecimento sobre as suas responsabilidades e a de cada órgão envolvido na legislação;
- Discutir as sanções da pesca;
- Portarias com linguagens mais claras;
- Discutir a questão de mortandades de Surubins (causas, punição, reparação dos danos causados), ocorridos no trecho que compreende a barragem de Três Marias -MG até Pirapora - MG e cidades a jusante do rio.

O relato a seguir retrata a indignação dos pescadores, frente ao grave problema da mortandade de peixes:

Creio que alguém aqui pra cima está matando os peixes. Não posso afirmar que sejam os esgotos das cidades ribeirinhas ou agrotóxicos das fazendas. Eu sei que aqui pra cima estão morrendo peixes. A quantidade maior de peixes mortos foi entre Três Marias e Pirapora. Por incrível que pareça só morreu as matrizes de peixes grandes reprodutores. Acredito que se os pescadores tivessem pegado essa quantidade de peixes estava todo mundo, graças a Deus tranquilo com a situação financeira. Porque foram muitos peixes que morreram. Nunca tinha visto uma coisa assim. Alguém é responsável por isso. Não estou querendo punir ninguém, simplesmente queremos defender nosso pão de cada dia. Pedimos às autoridades que tomem providências, não é nem a questão de indenizações, estamos fazendo um apelo em defesa do rio, da natureza. Porque por enquanto estão morrendo peixes, mais podem morrer ribeirinhos que bebem água do rio São Francisco. Em Minas Gerais temos cerca de 25 mil pescadores, 25 mil famílias, se esse povo parar sua atividade o que vai acontecer com estas famílias? Então as autoridades têm que tomar providências e pensar nessa situação (relato de pescador profissional).

Após o processo de implementação do GT Pesca, as lideranças reuniram-se em quatro Assembléias durante o ano de 2006, para o início dos trabalhos do GT Pesca em Minas Gerais. Percebemos que a atuação do PPA na área de pesquisa trouxe transformações positivas para as colônias, conforme relato de um pescador que participou do processo:

O PPA nos encontrou, inclusive eles me procuraram na minha casa eu sou evangélico tenho um trabalho de conselheiro na igreja Batista Missionária, aí foi onde eles me localizaram. E o meu trabalho como conselheiro foi me tirando aquele anseio da pesca não pelo fato de não querer estar no rio, mais é porque eu queria encontrar algo pra trazer alegria aos pescadores, à família dos pescadores, os filhos, as esposas porque até aí todos eles não eram reconhecidos em lugar nenhum. Eles eram tratados às vezes como pessoas ignorantes, arrogantes pessoas sem conhecimento nenhum. O PPA marcou oficinas, encontros. A primeira oficina foi em Três Marias de uma semana e lá foi onde muitos pescadores que não tinham verdadeiros conhecimentos dos seus direitos e nem daquilo que o projeto vinha trazer. Trouxe conhecimentos, houve acordos e confrontos, aqueles que se diziam ser ditadores, eles queriam ser sozinhos, únicos. Aí o PPA veio e mudou a história do pescador. O

PPA foi quem abriu toda a visão de estrutura de reconhecimento e de conhecimento e divulgação dos direitos do pescador e família do pescador para todas essas colônias de Beira-rio Pirapora, Buritizeiro, Três Marias, Ibiaí, Barra do Guaicuí.

O PPA começou em 2003, e desde lá vem trabalhando com a gente. Fundamos um grupo de trabalho da pesca que se chama GT PESCA, e esse grupo está ativo e trabalhando juntos mesmo. Pra gente da colônia é uma grande alegria, pois o PPA ainda tem mais um ano pra trabalhar conosco (Relato de pescador Profissional, Buritizeiro – MG, 2006).

O PPA não vai morrer nunca nas nossas vidas porque eu que tenho uma história longa desde criança pescando eu nunca encontrei uma organização que nos trouxessem tantos conhecimentos (relato pescador profissional Pirapora – MG, 2006).

A proposta de trabalho para a co-gestão²⁶ da Pesca no Alto-Médio São Francisco vem colaborando para a implementação de projetos futuros visando à melhoria de vida das comunidades, baseando nos conhecimentos e habilidades de cada uma. O PPA, no rio São Francisco, a Soltec²⁷-UFRJ, e alguns projetos na região amazônica realizaram, em Dezembro de 2006, o 1º Seminário de Redes Solidárias na Cadeia produtiva da pesca, objetivando estimular o intercâmbio de conhecimentos e agregar o aprendizado nos diversos projetos. A proposta neste Seminário foi de definir coletivamente um plano de sustentabilidade para empreendimentos econômicos do projeto PPA com atores locais e parceiros para construção de uma rede de articulação sob a base da Economia Popular Solidária (EPS) e gestão do meio ambiente.

²⁶ *Co-gestão* significa o processo de dividir a responsabilidade, o dever e a autoridade entre o governo e os usuários no gerenciamento dos recursos naturais. Significa compartilhar o poder de tomada de decisão entre o governo e instituições locais e as diferentes categorias de usuários dos recursos naturais.

²⁷ Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Macaé.



Figura 9 – 10: reunião colônia de pesca em Pirapora-MG.
Fonte: da autora – 2005.



Figura 11: Oficina Grupo de Trabalho da Pesca Buritizeiro-MG.
Fonte: da autora – 2005.



Figura 12: Oficina Grupo de Trabalho da Pesca Buritizeiro-MG.
Fonte: da autora – 2005.



CAPÍTULO 3 – ALGUNS ASPECTOS DO MODO DE VIDA DO PESCADOR: O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DA CASA

Neste capítulo, trabalhamos com as entrevistas livres direcionadas, realizadas com pescadores em suas práticas cotidianas. Alguns aspectos do modo de vida e de trabalho do pescador permeiam a discussão em que as permanências e mudanças as tradições, os sentimentos, os laços que os unem ao rio e suas transformações acompanham as percepções do grupo.

3.1. O mundo do trabalho

“Modo de vida” pode ainda ser tratado como gênero de vida, se apresenta desta forma como um conceito a ser minimamente lembrado, e na medida das possibilidades, revisto e rediscutido não para adotá-lo em sua acepção original, mas como o reconhecimento de uma fase do esforço do conhecimento geográfico em estabelecer um conteúdo explicativo para analisar a relação sociedade e natureza (CARDOSO, 2001, p.20).

As percepções cotidianas na vida do pescador tradicional estão relacionadas com seu modo de vida, e com a sua relação com a natureza. Desse modo, as comunidades tradicionais envolvidas com a pesca em Pirapora e em Buritizeiro utilizam a percepção e a interpretação do mundo vivido e percebido e assim mantêm uma aproximação com o rio, carregadas de toda uma significância. Nas palavras de Diegues (1992), é essa relação que garante a reprodução socioeconômica dessas comunidades:

Estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividade econômica de pequena escala, como agricultura e pesca coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis (1992, p. 87).

O pescador do Médio São Francisco possui um conhecimento detalhado do seu mundo de trabalho, nomeiam assim lugares específicos de pesca em trechos do rio que, na linguagem geográfica, são espaços que se tornam cenários onde acontecem cenas cotidianas do seu mundo vivido.

Segundo Diegues (1992), este conhecimento tradicional vêm do acúmulo diário das experiências relacionadas ao ambiente do trabalho, integradas à sua cultura. Assim o autor caracteriza a construção do conhecimento tradicional:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de territórios e espaços onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente (DIEGUES:1992, p.87).

A Pesca é uma atividade desenvolvida na região desde sua ocupação, primeiramente pelos índios, e depois sendo o caminho preferencial para as Bandeiras. No passado, essa região constituía-se num dos principais pólos de pesca fluvial do sudeste do Brasil, graças à riqueza de peixes proporcionada pelo rio.

Os primeiros homens que aqui chegaram, começaram a atividade pesqueira como meio de subsistência, intercaladas com atividades de cultivo em áreas de vazantes do rio, plantando milho, feijão, mandioca, abóbora. A forma de pescar era marcada pelo processo natural do rio, como os períodos de seca e de cheia. Nessa época o peixe era conservado e armazenado salgado. Nesse sentido, Machado (2002) afirma que:

Estes se dedicavam a apanhar o peixe, secá-lo ao sol sobre varais e vendê-lo às tropas, que posteriormente revendiam para as cidades, vilas e arraiais, inclusive para o serviço de mineração em Diamantina (MACHADO, 2002, p.49).

Assim o que era produzido enquanto meio de subsistência indica um estágio da produção em que o homem e seu trabalho se confundem com as condições naturais da produção (DIEGUES, 1983 p.92).

A natureza só ganha sentido pela ação transformadora do homem através do trabalho. Nessa abordagem teórica, Diegues se aproxima do pensamento de Marx e aponta:

“A produção do pescado enquanto meio de subsistência indica um estágio da produção em que o homem e seu trabalho se confundem com as condições naturais da produção”. O homem tira proveito do que Marx chama de tecnologia natural, ou dos processos próprios da natureza para a produção da vida (MARX in DIEGUES, 1983, p. 92).

A apropriação da natureza é expressa na figura do pescador em seu processo de conhecimento e trabalho, que segundo Santos (1997), “o processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende”. O quadro que apresentamos a seguir reforça a interação do homem pescador com os processos naturais, aliados ao seu conhecimento local.

Quadro 6: Natureza e trabalho

Processos da natureza	Conhecimento Tradicional de Pescadores
Lua nova e água clara.	O peixe desaparece. O peixe não anda.
Lua minguante	O peixe começa a andar, não deita muito. Diminui a pesca.
Lua crescente	O peixe é procurado em região mais profunda.
Lua cheia	O peixe vai mudando de lugar.

Fonte: elaborado pela autora, baseado em dados de campo

A utilização da natureza pelos sujeitos desses relatos demonstra que a forma de apropriação dos recursos por meio do trabalho e pelo uso comum da água, em interação com processos da natureza representa a reprodução da interação homem e natureza.

3.1.1. As diversas categorias de pescadores

Existem dois grupos diferenciados, que pescam neste trecho do rio entre Pirapora e Buritizeiro:

1. Os pescadores institucionalizados nas colônias de Pesca Z-1 em Pirapora e Z-21 em Buritizeiro e que possuem carteira profissional de pesca.
2. Os pescadores que não são institucionalizados, mas que tem a pesca como fontes de renda, exercitam a atividade com regularidade, e pescam nas corredeiras, sendo categorizados como clandestinos²⁸.

A pesca sempre foi uma atividade tradicional realizada pelos índios nas cachoeiras e corredeiras, que por serem um local de alta piscosidade, a pesca vem sendo realizada até os dias atuais. Para proibir a pesca nestes locais, foram criadas normas específicas na legislação, interditando a atividade a menos de 200 metros de cachoeiras e corredeiras, pela Portaria nº. 2230 – 7 de novembro de 1990, Portaria nº. 92 de 06 de outubro de 1995, estabelecidas pelo IBAMA e a mais recente Portaria Estadual nº. 112 de outubro de 2003. De acordo com Godinho (2000):

²⁸ O termo pescador clandestino é utilizado pelo próprio grupo de pescadores, para caracterizar o pescador da corredeira situada entre as duas cidades, sendo local proibido para pesca pela legislação, não é cadastrado na colônia de pesca.

A proibição decorre do senso comum de que a pesca em corredeiras é mais abundante que em outros locais. Embora isso se aplique para diversos sítios de pesca, afirmamos que não é esse o caso da pesca nas corredeiras de Buritizeiro, pelo fato dela ter organização própria, e estar limitada a uma área muito pequena. Daí a proposta de gestão participativa da pesca nestes locais (2000, p. 56).

Os pescadores neste trecho de corredeiras são considerados ilegais clandestinos, e impossibilitados de ter a licença de pesca, os benefícios no período de defeso e o direito à aposentadoria como pescador profissional. Neste local é atribuído um sistema de pesca, em que regras têm que ser respeitadas, caracterizadas por divisão de territórios. Eles praticam o uso de uma territorialidade, utilizando espaços de pesca nas corredeiras. Percebemos a delimitação de territórios pesqueiros, onde os acordos são feitos entre os grupos de maneira informal. Nesse sentido, Raffestin (1993) aponta que:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém como uma porção do espaço. A ação desse grupo gera imediata delimitação (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Maldonado (1993), em estudos realizados com pescadores da Paraíba, observou a existência de territórios pesqueiros. Esse autor mostra que:

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescador, com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição "(MALDONADO, 1993, p.78).

Assim como no mar, os pescadores das cidades estudadas também territorializam espaços de pesca no rio, nomeando e dividindo lugares. Tanto nas corredeiras de Pirapora, como em Buritizeiro os espaços são disputados por grupos existentes e que pescam há muito tempo no lugar. Este sistema restrito de pesca foi sendo repassado por gerações e gerações, envolvendo grupos de netos, sobrinhos

e filhos de pescadores, conseguindo assim manter as relações sociais na forma de pescar.²⁹

Segundo Diegues (1998), certas práticas não podem ser reaplicadas em qualquer lugar, isto é, pescador de mar não é o mesmo de rio, que não é o mesmo que um aqüicultor.

Cada lugar, cada território, tem um conhecer específico, tem uma modalidade de pescar.

Imaginário de pescadores vai-se constituindo pela acessibilidade ou não à água e ao peixe: seus temores, desejos colidem com a identificação de que não é mais sua decisão de pescar, mas dos novos atores que passam a decidir sobre o destino do território e dos recursos, ali existentes (DIEGUES 1998, p. 36).

Partindo de alguns depoimentos, pode-se constatar que várias técnicas são utilizadas nas corredeiras, porém as mais utilizadas são a tarrafa e o colfo.³⁰ Esse sistema de pesca ainda existente nas corredeiras locais é confirmado na fala do pescador:

*“Era uma pesca feita de colfo, que é uma armadilha feita de arame, porque existe feita de cipó.
Hoje é minoria que pesca assim. Se o peixe passar muito tempo na armadilha de arame, estraga o peixe, a carne do peixe fica ruim.
Devido o peixe pular e subir dentro dos canais, da corredeira, o pessoal conta que o Senhor Barnabé Martins, que pescava ai, viu em algum lugar e adotou na cachoeira e deu certo” (Pescador aposentado Buritizeiro -MG, 2006).*

²⁹ Sobre as divisões dos sítios de pesca ver Thé, 2003, tese de doutorado – Ufscar, intitulada Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na Pesca do Alto-médio São Francisco, MG.

³⁰ Armadilha fixa em forma de cesto.

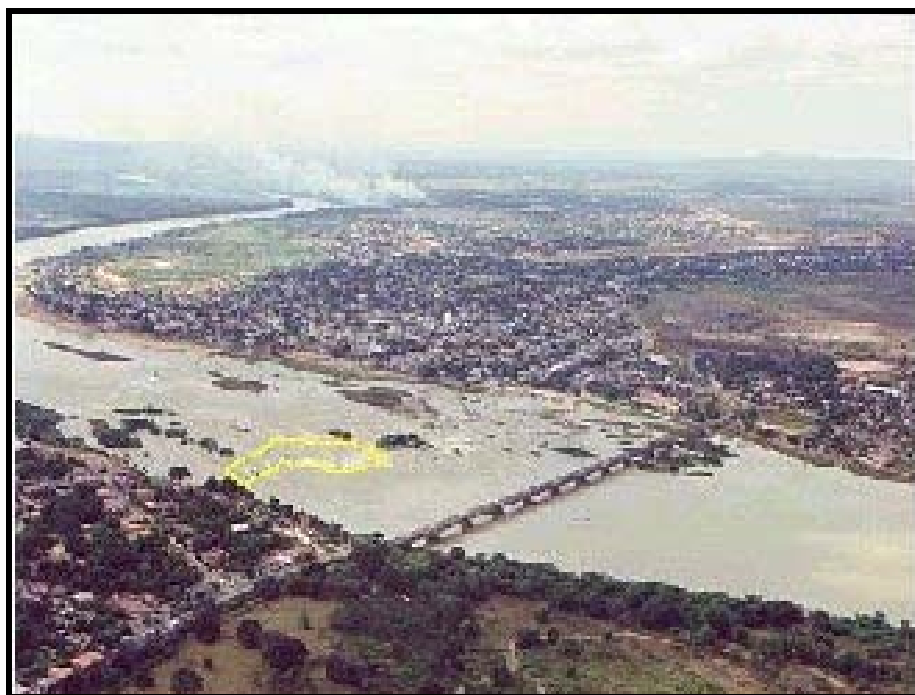


Figura 13: foto aérea das corredeiras de Pirapora e Buritizeiro-MG
Fonte: GODINHO, Alexandre L. 2004.

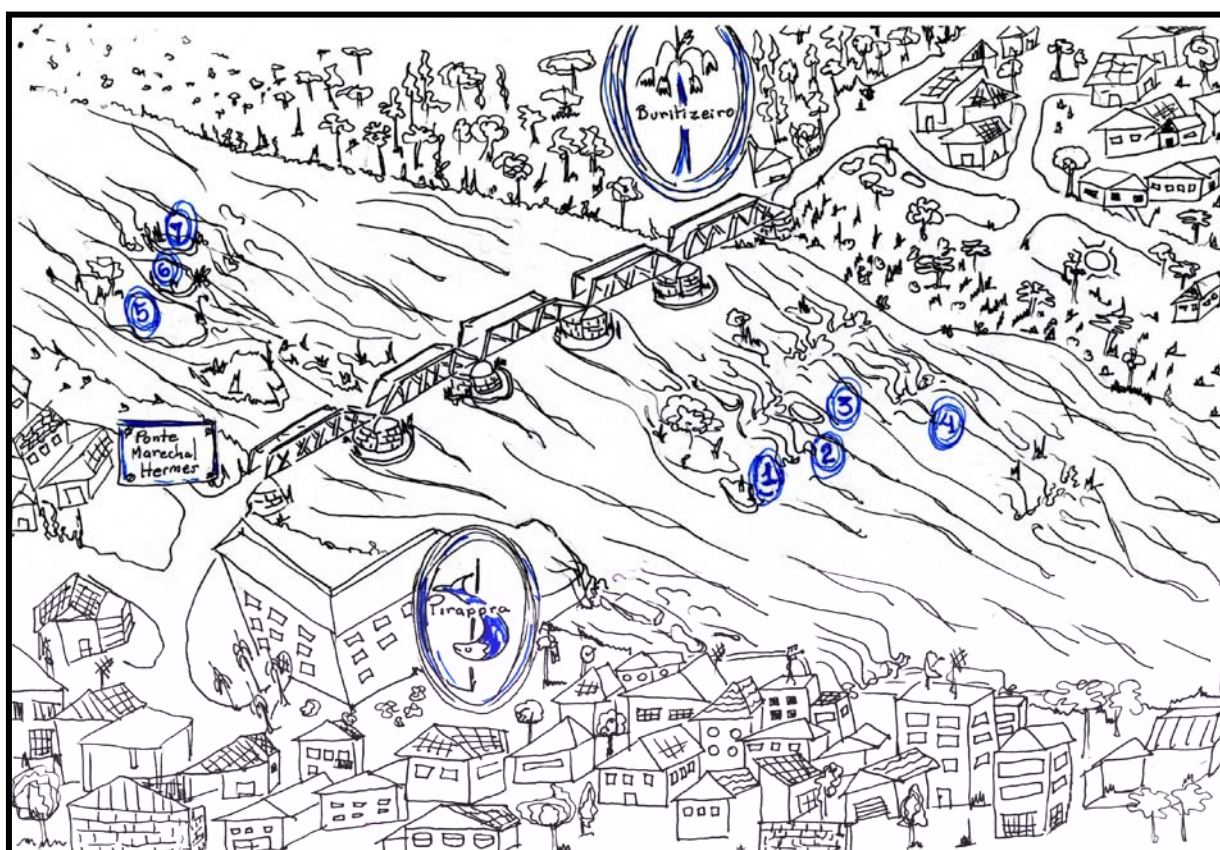


Figura 14: Representação dos territórios de pesca nas corredeiras.
Fonte: RAMOS, Ana Paula - 2006.

Os depoimentos nos revelam que um pescador, Sr. Barnabé Martins, começou a pesca nas corredeiras, que se tornou tradição até os dias atuais, em que

horários são estabelecidos e meticulosamente respeitados pelos grupos. A outra categoria existente são os pescadores que estão nas colônias de pesca e têm a pesca como principal atividade, não podendo exercer qualquer outra forma de gerar renda.

O Quadro 7 a seguir, resume informações coletadas em campo com as duas categorias de pescadores dos municípios.

Quadro 7: Categorias de pescadores dos municípios

Categorias	Pescador Profissional	Pescador Clandestino
Sistema de Pesca	Uso de rede, anzol e tarrafa.	Uso de anzol, tarrafa e colfo
Peixes pescados	Surubim, curimatã, dourado, mandi, matrinxã, curvina	Surubim, curimatã, dourado, mandim, traíra.
Local de pesca	Depois das corredeiras, em qualquer lugar do rio.	Corredeiras entre Pirapora e Buritizeiro
Atividades	Pesca e comercializa o peixe. Tem a pesca como atividade principal.	Pesca e tem outras atividades.

Fonte: Adaptado pela autora, 2006.

3.1.2. A organização social do trabalho da pesca: permanências e mudanças

Durante a realização da pesquisa percebemos que a comunidade de pescadores profissionais/artesanais na área de pesquisa ainda realiza a pesca de forma artesanal. Isso pode ser também confirmado em Valencio (2003), conforme citação a seguir.

A pesca profissional, praticada de forma artesanal, é uma das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco, havendo milhares de famílias ribeirinhas que se dedicam a essa ocupação, por vezes, há mais de uma geração. As características artesanais dessa atividade – o uso de equipamentos rudimentares, a ausência de relações de trabalho assalariado e a falta de ambição do pescador – contribuem para explicar algumas características das organizações sociais na pesca (VALENCIO *et al.*, 2003).

Segundo o conceito de Diegues (1983, 1988), a pesca artesanal é aquela realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores. No entanto, Cardoso (2001) apresenta visão bem mais ampla dessa questão conceitual sobre a pesca artesanal.

A chamada pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidade de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas da organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à questão do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social das pescarias (CARDOSO, 2001, p.35).

O conhecimento cotidiano do pescador, na sua relação com o rio e os peixes, foi adquirido pelo que lhe foi passado por seus antecessores. Observamos que os instrumentos de trabalho utilizados pelos pescadores lhes permitem o acesso aos espaços produtivos do rio onde são importantes as técnicas do manejo, o conhecimento do local e os apetrechos utilizados.

Os instrumentos de trabalho permitem ao pescador o acesso aos espaços produtivos. O ato de pescar recria um corpo indiviso em que as redes e os barcos se misturam ao pescador rendendo-se à sua força, à sua habilidade e à sua experiência. A relação que se estabelece entre os pescadores e os seus instrumentos de trabalho permitem as formas e expressões variadas de divisão de tarefas e de modos de pesca (MALDONADO, 1993, p. 243).

Na pesca realizada no Alto-médio São Francisco os apetrechos mais utilizados são: a rede, a tarrafa e o anzol que ainda hoje são confeccionados por eles. O ritmo do trabalho é ditado pela natureza, no uso da rede e da tarrafa.

Nós não temos hora pra pescar, pois fazemos os horários que Deus e a natureza mandam. Pescamos muito a noite, e durante o dia ficamos na beira do cais, batendo papo, onde também ficamos sabendo dos locais que ta melhor e saindo mais peixe, é do tipo rádio-pião. Um pescador fica sabendo e vai avisando para os outros (pescador profissional Pirapora).



Figura 17: Ponto de encontro dos pescadores a beira do rio
Fonte: da autora - 2006.

Em relatos orais que coletamos dos entrevistados, percebemos que os pescadores das colônias (os profissionais), não assumem outras atividades, para o sustento da família:

Como somos pescadores profissionais, perante a lei não podemos exercer outra atividade, pois assim não teremos direito ao defeso, que é a época em que recebemos do governo, o salário durante quatro meses, quando entra a piracema (Pescador profissional Pirapora).

Bem nós profissionais, só usamos o tipo de apetrecho que a lei determina, pois se somos surpreendidos pelos florestais com outro tipo de utensílio de pesca, eles nos tomam tudo, temos que sempre andar na lei (Pescador Profissional Buritizeiro).

Minha única atividade é a pesca. Pesco desde menino, aprendi com meu avô e meu pai. Sou natural de Pirapora, barranqueiro, nunca tive carteira assinada, meu patrão é o rio. Quando ele me chama estou lá pra pescar. Meu salário fixo no ano é durante o defeso ou piracema que recebo do governo, durante quatro meses, e assim vou levando a vida e sustento minha família (Relato de pescador profissional Pirapora - MG, 2006).

Sempre pesquei desde meus dez anos de idade, hoje tenho 45 anos e amo a pesca. Vim com meus pais da Bahia e aqui ficamos. Sempre vi meu pai pescar, e segui o caminho dele. A vida de pescador é difícil, mas tem as coisas boas, como o contato com o rio. Quando estou pescando, esqueço de tudo, fico só ouvindo o barulho dele (Relato pescador Profissional - Pirapora - MG, 2006).

“... sou pescador desde menino, aprendi a pescar com o meu pai, tive outra profissão, mas voltei pra pesca, porque é o que faço com prazer e alegria. Tudo que tenho hoje veio da pesca” (relato pescador em Pirapora-MG, 2006).

A fala dos informantes expressa o orgulho que eles sentem de ser pescador, de ter aprendido a profissão com seu pai e por conseguir, até os dias atuais, manter a família com o seu trabalho.

A identidade social do pescador de rio acontece de maneira semelhante ao pescador do mar, analisado por Diegues (1998): “Ocorre pela alteridade, pelas formas como conhece o outro; pelos rituais de reafirmação dos significados e sentidos partilhados por seu coletivo; pela afirmação do sentido de pertencimento do lugar”.

Por serem pescadores institucionalizados nas colônias, eles estão proibidos de exercer qualquer outra atividade que não seja a pesca, percebemos que por não poderem assumir claramente, os mesmos desenvolvem outras atividades, que não são mais atividades ligadas à produção de vazantes como antigamente. Um dos fatores que contribuiu para a modificação no exercício de outras atividades foi o processo de urbanização, em que novas atividades foram sendo incorporadas e exercidas por eles. Apresentamos um relato que vem confirmar essa realidade.

Eu tenho outra atividade durante a piracema, pois tenho a profissão de carpinteiro. Não fichado, pra ajudar no orçamento. Minha mulher é só dona de casa, tenho família pra criar. Eu tenho casa própria. Mas meus colegas de pesca que tem carteira fazem outros bicos como: armador, pedreiro, ajudante de pedreiro. Só que não podemos assumir

publicamente, senão perdemos a carteira de pesca (Relato pescador profissional - Pirapora-MG, 2006).

A vivência no rio possibilita a esses homens conhecerem o processo de produção e reprodução dos peixes. Para os pescadores, o conceito de Piracema foi imposto pelos legisladores e até os dias atuais não incorpora os demais fenômenos percebidos pelo conhecimento das comunidades locais:

“Nós entendemos que as datas que o Ibama coloca, muitas das vezes não são as datas que a natureza concebe para os peixes do rio. Às vezes são uns dias de novembro a fevereiro”. Tem vez que em fevereiro os peixes já desovaram, depende muito da chuva (Pescador aposentado Buritizeiro).



Figura 18: Salto de peixes nas corredeiras
Fonte: Prefeitura Municipal de Pirapora, 2005.

A percepção dos pescadores em relação ao processo reprodutivo dos peixes no São Francisco é concreta, como se pode perceber no Quadro 8, 9 e 10, a seguir. Esse fato, no entanto, gera dificuldades no relacionamento entre pescadores e instituições, as quais legislam a pesca não só no rio São Francisco, mas em todo território nacional.

Quadro 8: Peixes mais pescados

MESES	PEIXE QUE SE PESCA
Janeiro	Dourado, curimatã
Fevereiro	Matrinxã, Dourado, Mandi.
Março	Pira, Piranha
Abril	Pira, Piranha, Dourado, Piau
Maio	Surubim, matrinxã, curimatã
Junho	Corvina, Traíra, curimatã, matrinxã, piau
Julho	Corvina, curimatã, piau, matrinchá, dourado
Agosto	Surubim, curimatã, matrinxã, dourado
Setembro	Corvina, pacu, mandi, curimatã, piau, dourado, cari, matrinxã
Outubro	Pocomã, cari, mandi, surubim, pira, piranha, dourado
Novembro	Surubim, pira, piranha, mandi, cari, pocomã
Dezembro	Pocomã, cari, mandi, surubim, pira, piranha

Fonte: Baseado em entrevista com pescadores- 2006.

As técnicas de pesca utilizadas por eles confirmam os melhores locais no rio, as melhores épocas de pesca, os peixes mais capturados. Os quadros de número 8,9 e 10 foram elaborados com base em entrevistas direcionadas realizadas em campo.

Quadro 9: Calendário anual da vida cotidiana

MESES	RELATOS PESCADORES
Janeiro	Época da piracema, nós pescadores não pescamos neste período, mas recebemos o seguro de pesca referente a um salário mínimo quando somos da colônia.
Fevereiro	Piracema e continuamos a receber mensalmente o seguro de pesca.
Março	Acaba a Piracema. A pesca é liberada, com novas portarias. Recebemos a ultima parcela do seguro pesca.
Abril	Começamos a pescar de acordo com as portarias vigentes sendo que existe uma rigorosa fiscalização pela policia florestal que pode multar e apreender o pescador que estiver irregular.
Maió	São pescados os peixes maiores, ou seja, os mais <i>graúdos</i> .
Junho	O peixe que mais se pega e o <i>pirá</i> .
Julho	Continuamos a pesca, pegando Curimatá de 1kg e meio para cima.
Agosto	Pescamos <i>com a grozeira, pega mandi</i> .
Setembro	Muitos pescadores pescam em represa com a <i>grozeira</i> e pegam o peixe barbado.
Outubro	Pescamos de anzol de gancho consegue pegar o peixe Pintado ou Surubim, que consideramos o maior peixe do rio, peixe de carne nobre.
Novembro	Novembro é o ultimo mês de pesca, mês que damos entrada no seguro desemprego junto a Colônia. Para ter o seguro de pesca.
Dezembro	Temos que esperar 30 dias para começar a receber o seguro pesca.

Fonte: dados coletados em campo.

Quadro10: Técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores

APETRECHO UTILIZADO	DESCRIÇÃO	PEIXES	ÉPOCA DO ANO
Tarrafa	Utiliza malhas em tamanhos diferenciados em qualquer ponto do rio e nas corredeiras.	Todos os peixes	Durante todo o ano, observando o período da piracema.
Rede		Todos os peixes	Durante todo o ano
Anzol de galho/pinda		Surubim, dourado	Na cheia com a água barrenta.
Linhada de mão	Utiliza isca viva, com linha de diâmetro entre 100 a 140mm.	Dourado	Abril a outubro na seca com a água limpa.
Terreina	Anzol com trela, utiliza-se 02 anzóis.	Dourado, piranha, surubim	Durante o ano todo.
Colfo	Feito de ferro fino, utiliza malha de 10 a 15 mm	Surubim e outros peixes	Ano todo nas corredeiras.
Espinhel		Dourado	Vazante do rio até as primeiras águas.
Grozeira		Mandi,surubim,matrinxã, piranha	Ano todo, isca viva.
Caçador	Utiliza isca viva	Dourado, piranha, surubim.	

Fonte: Elaborada pela autora, baseado informações de campo – 2006.



Figura 19: Verificação da grozeira para pesca de mandim

Fonte: da autora - 2006.

Os depoimentos confirmam a inter-relação pescador, técnica, peixes, processos da natureza:

A tarrafa pega muito surubim eu mesmo gosto de tarrafa, quando estou pescando com tarrafa isso pra mim é o maior prazer quando eu vejo um surubim entrar na tarrafa, aquilo me sacode as mãos e tem surubim que puxa o barco de lado. A curimatã e outro peixe que pega também na rede, na tarrafa e varia a sorte de pescaria. Cada época a gente usa um apetrecho pra ser feliz na pesca porque hoje em dia com o combustível caro se nós não fizer uma pescaria dentro do padrão daquele apetrecho nos tomamos prejuízo (Pescador profissional Buritizeiro - MG, 2006).

As pessoas às vezes não entendem o quanto a lua é importante e mexe com toda a natureza e não é só com a natureza das águas não, com a natureza humana também. A natureza humana é como a natureza das águas. Ela está totalmente voltada para as fazes da lua, quando ela está nova, crescente, cheia, minguante, tudo isso são fases que muda a natureza humana como muda a natureza das águas, como muda também a natureza das aves, das plantas, a lua muda tudo e tudo isso tem valor na natureza (Relato pescador profissional Buritizeiro - MG, 2006).

E tem também os apetrechos que vão mudando de acordo com estas

A pesca não tem dia nem hora. Qualquer momento vamos pro rio. Se a pesca tiver boa a gente fica o tempo que precisar (Relato pescador profissional Pirapora - MG, 2006).

Durante o dia eu pescava, a tarde descansava, e plantava cultura de vazante. Fui pescador e agricultor de vazante, a plantação sempre como suporte pra alimentar minha família, só vendia o peixe.

Planto abóbora, hortaliças, milho, mandioca. Compro sementes.

Ainda pesco. Pesca em horários, não mexo com tarrafa, mais na época da seca, pesca do dourado, pego bastante. Pra consumo e venda, continuo vendendo peixe. Sempre pesquei sozinho, a vida toda (Relato pescador aposentado Buritizeiro – MG, 2006).

O processo atual de comercialização do pescado é feito pelo próprio pescador, sendo uma parte destinada à venda aos intermediários, os chamados peixeiros ou atravessadores, aos hotéis e restaurantes locais e a um único frigorífico local.



Figura 20: Peixe congelado do frigorífico São Francisco – Pirapora-MG.
Fonte: da autora -2006.

As colônias de pesca atualmente não têm condições de armazenamento do peixe. A colônia de Pirapora possui uma câmara fria, que se encontra desativada. Embora os pescadores se organizem na colônia de forma coletiva, no processo de comercialização vendem o produto individualmente, tendo que se responsabilizar pelo processo de limpeza e armazenamento do peixe, desde o local de pesca até o local de venda.



Figura 21: Comercialização de mandim
Fonte: autora – 2006.

A percepção do pescador relata as várias transformações ocorridas no processo de trabalho da pesca e com o rio ao longo dos tempos. Eles apontam diversas causas que vem gerando danos ao meio ambiente, que repercutem negativamente nos recursos naturais no rio São Francisco, e que, conseqüentemente afetam a sua matéria prima básica – os peixes. Percebem que o meio ambiente não é somente o rio – meio físico, natural. O meio ambiente tem que ser visto de forma muito mais ampla, em um processo de interação entre homem/natureza. Múltiplas definições abordam a importância de interação dos elementos, como Reigota (1997) aponta:

O meio ambiente é um lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e do meio construído (REIGOTA: 1997, p.14).

A qualidade do meio ambiente tem sido abordada de forma mais ampla em todos os setores sociais na busca de melhor qualidade de vida. A preocupação com

os ambientes aquáticos faz com que os grupos de pescadores artesanais se mobilizem na luta contra a degradação de rios e mares. Diante da política ambiental eles se articulam para que seja cumprida a legislação ambiental.

Vários estudos sobre pescadores artesanais têm levado a esta discussão. Silva (1989), por exemplo, em seus estudos aponta a mobilização de pescadores pernambucanos em defesa dos rios e estuários do Estado contra a poluição das indústrias e engenhos nos anos 60 e 70, início de 80.

Várias causas são apontadas pelos pescadores locais (Pirapora/ Buritizeiro-MG) como fatores de mudanças do rio. Segundo os informantes, a construção da Barragem de Três Marias foi um condicionante para essa transformação.

O Lago de Três Marias surgiu do represamento do Rio São Francisco, formado com a construção de uma das maiores barragens de terra do mundo. Teve como principais objetivos a regularização do curso das águas do rio São Francisco nas cheias periódicas e melhoria da navegabilidade; a utilização do potencial hidrelétrico e o fomento da indústria e irrigação. Iniciada em maio de 1957, a grande obra foi concluída em janeiro de 1961, representando um verdadeiro recorde mundial de construção desta natureza. A Barragem tem 2.700 metros extensão com base de 600 metros, altura de 75 metros e sua usina gera 396.000 KW. O Lago, por nós chamado também de Doce Mar de Minas, tem 21 bilhões de metros cúbicos de água, 1.040 quilômetros quadrados de superfície (8,7 vezes maior que a Bahia da Guanabara), e banha 8 municípios. A velocidade da construção foi expressiva devido ao compromisso do então Presidente Juscelino Kubitschek que finalizou ainda a ponte do Rio São Francisco, a BR 040 e a nova capital federal. As obras da barragem eram realizadas em dois turnos, empregando em torno de 10.000 pessoas. Águas invadindo terras, fazendas, espantando o gado e os animais selvagens. Sertanejos apáticos até o último momento e a vontade de ficar no sertão, mas saem às pressas, muitos para longe daqui. Quem via, sentia confirmar a profecia de Antônio Conselheiro. "O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão" (www.tresmarias.br)

A construção do lago objetivou: gerar energia, navegação no trecho entre Pirapora-MG e Juazeiro-BA e controle de cheias no rio (CODEVASF, 1999)

Muita coisa mudou pelo fato de que quando se constrói uma represa ela vira um mar de água doce, e ali dentro daquela represa aquela paisagem que existia que completava a natureza esta debaixo d'água. Há uma diferença muito grande porque naquela época o rio enchia na época das águas das chuvas e depois ele secava ficava seco não havia nada que barrasse nem pra cima nem pra baixo era um processo natural. Hoje o

peixe até se adaptar com isso é difícil como o homem se adaptar. Três Marias quando chega o mês de dezembro eles fecham as comportas, não deixam passar quase água nenhuma, só nas turbinas pra gerar a própria energia. As lagoas marginais ficam sofrendo sem o rio entrar lá dentro então quando o peixe caruja no rio, que chama o carujo da reprodução o que acontece é que os alevinos vão procurar berçário que são as lagoas marginais. Se ele entrar novembro ou dezembro nas lagoas vem a vazante geral no final da piracema, em março é quando costuma dar a maior enchente do rio e eles entram na lagoa porque os alevinos que entraram lá estão esperando a água entrar de novo para retirá-los e os outros peixes do rio estão esperando os alevinos saírem para dar arribação de rio acima. Quando dá uma chuva forte em algum dos afluentes eles balizam e fecham, a água do córrego passa e depois eles soltam, então não atingiu a normalidade pra cair naquela lagoa pra tira os alevinos. A perda tem sido grande e no final quem sofre com tudo isso é o pescador (Pescador Profissional Buritizeiro - MG, 2006).

Os pescadores são vistos como os predadores do rio. Tudo é culpa de pescador, porém as represas, os esgotos domésticos e das indústrias, o desmatamento, os agrotóxicos da agricultura irrigada, a destruição do próprio rio, em fim um conjunto de fatos que são os grandes inimigos do rio (Pescador Profissional Pirapora –MG, 2006).



Figura 22: Represa de Três Marias - MG
Fonte: IDRC 2005.

Vários estudos científicos apontam para ações antrópicas e naturais, que vêm ao encontro com entrevistas realizadas com pescadores. Eles descreveram várias causas que ambientalmente são responsáveis pelos processos transformadores do

ambiente, e conseqüentemente do rio, como assoreamento; desmatamento; erosão; esgoto doméstico; esgoto industrial; barramento de lagoas marginais; agricultura extensiva; falta de chuvas, enchentes naturais; aumento do número de pescador; carvoejamento; destruição de veredas.

Todos estes fatores são geradores de impactos ambientais e que estão diretamente ligadas às atividades econômicas desenvolvidas na região. Os pescadores não tiveram dificuldades em identificar as mudanças, vindo ao encontro do conhecimento deles sobre o ambiente.

“É impressionante como o setor de indústria de Pirapora, que hoje está praticamente desativado, joga seus dejetos direto no rio. Como são empresas grandes, os fiscalizadores, nada fazem. O que vale é o poder, o dinheiro e que o Velho Chico se dane” (pescador aposentado Pirapora)
“Eu sou de Buritizeiro, nasci aqui, sou pescador desde menino. Nunca vi esse rio assim. Buritizeiro era uma cidade pacata, os pescadores daqui pescavam para a família e também vendia peixe e plantava na beira do rio. Hoje poucos plantam, pois as beira do rio está mudada. Veio muito eucalipto, café, soja pra cá, tudo gente de São Paulo e do Triângulo, comprando terra aqui, pois é barato. E assim nossas veredas tão indo embora” (Pescador aposentado Buritizeiro).

Um outro fator que não podemos deixar de citar, pois causou grande impacto no rio, desde outubro de 2004, foi a alta mortandade de surubim. Em relatório elaborado pelo CETEC, os peixes estavam contaminados por Zinco ou pesticidas³¹.

No ano de 2005, a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam e o IEF elaboraram um relatório técnico, em que apontam as análises feitas num período de janeiro a setembro do mesmo ano, por ter acontecido uma mortandade de peixe atípica em relação a outras já acontecidas. Neste relatório foram registrados quatro eventos que apontaram como somatórios à poluição sistemática que culminou no desastre

³¹ Fonte baseada em relatório enviado ao SAAE – Serviço de Água e Esgoto Local.

ecológico da ictiofauna.³² Os pescadores locais em vários depoimentos, falam da grande indignação desse fato, apontando como nunca visto antes:

Morreu muito peixe, dos quarenta anos que pesco nunca vi tanto peixe morto. Trecho Três Marias a Pirapora. Matrizes de surubim de 30 a 40 quilos, descendo mortos. Se a água esta matando peixe, pode também matar gente (Pescador profissional Pirapora - MG, 2006).

“É de assombrar a mortandade de peixes que veio ocorrendo por aqui”. Várias reuniões foram feitas com pescadores e a Votorantin de Três Marias. Mas não se acha os culpados. São várias instituições envolvidas, e tudo fica como está (Pescador profissional Pirapora).

Esses fatores têm sido apontados como degradantes para a vida do rio, que conseqüentemente atingem as populações de pescadores artesanais, dificultando a pesca e a vida desses sujeitos sociais.



Figura 23: Cia Mineira de Metais – Três Marias -MG.
Fonte: IDRC -2005.

³² Dados que contemplam esse desastre acontecido no São Francisco sobre mortandade de peixes neste período encontra-se no Relatório Técnico – Mortandade de peixes. Relatório Sisema 01/2005 Processo Copam 194/1977. Elaborado pela Feam, Igam, IEF.

3.2. O mundo da casa: família, educação e saúde

Para o geógrafo, a casa tem valor não só de espaço físico, concreto, mas de espaço simbólico, lugar de vida que nas palavras de Tuan (1983), são analisadas como lar e lugar.

A casa é um lar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banqueta, em espelho dourado. Nas coisas menores e mais familiares, a memória tece as alegrias mais intensas, algum som, o tom de uma voz, o cheiro das coisas (...) Este certamente é o significado de lar, de um lugar em que cada dia é multiplicado por todos os dias anteriores (1983, p. 160).

O mundo da casa para o homem ribeirinho, o pescador, vem carregado de valores como podemos apontar a seguir:

A casa que moro com minha família é humilde, simples, mas foi tudo com dinheiro de peixe. Todas as coisas materiais que tenho na minha casa, como a televisão, o rádio, o fogão etc, tudo foi conquistado com muito suor e trabalho. A casa também é minha . (Relato pescador profissional Buritizeiro - MG, 2006).

Comprei minha casa e tudo que tenho hoje foi da pesca. Fiz minha casa na beira do rio, pois pra mim não existe outro lugar (Relato de pescador aposentado Buritizeiro - MG, 2006).

A relação do pescador com a casa vem ao encontro com da Matta, sendo “o domínio da condição de pessoa: nome, afeto, controle, relações hierárquicas”... Casa “remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares”. O trabalho da pesca aponta para as realizações conquistadas em que cada um na sua trajetória como pescador vê a casa e todos os seus pertences materiais o resultado dessa ação contínua.

Constatamos que, nas localidades, as famílias de pescadores são basicamente do tipo nuclear (pai, mãe e filhos), em que o homem é o grande mantenedor do grupo. Mas encontramos famílias com outros membros (avós, tios, cunhados, netos, filhos casados, sobrinhos) todos morando na mesma casa. Neste contexto houve uma evolução relacionada à formação dos grupos familiares, que vêm ao encontro de vários processos de transformação social ao longo dos tempos.

Neste processo evolutivo, surgem novos grupos familiares, diferenciados do modelo de família nuclear, incluindo outros parentes e agregados no contexto familiar. Em relatos apresentados por pescadores entrevistados, temos a confirmação destas mudanças e permanências nos grupos familiares.

Criei minha família com a pesca, família toda criada. E vivo muito tranquilamente hoje com meus dez filhos. Todos estão casados e mora aqui no mesmo bairro, cada um tem sua casa. Nenhum deles é pescador. A pesca hoje está muito difícil (Relato pescador profissional aposentado Buritizeiro – MG, 2006).

Eu conheço famílias de pescador em que as mulheres são as donas da casa e da família. Algumas ficaram viúvas, outras não se casaram, outras são solteironas e moram nas casas da avó ou da mãe (Relato pescador profissional Pirapora-MG, 2006).



Figura 24: Família de pescador em Pirapora MG

Fonte: PACHECO, 2006.

Percebemos outro fator de mudança que vem acontecendo desde o Censo realizado em 2004, ocorrendo uma expressiva alteração na educação das comunidades de pesca, em que os filhos de pescadores exibem níveis maiores de escolaridade se compararmos aos seus pais, segundo alguns depoimentos:

Eu aprendi a pescar aos 07 anos de idade. Fui à escola muito pouco. Toda minha família era pescador. A pesca é meu esporte, meu lazer, meu trabalho, meu meio de vida. Minha mulher me ajuda em casa. Tenho um filho de 17 anos, que pesca comigo, mas vai à escola. O filho do pescador esta na escola, pois não queremos esta vida pros nossos filhos (Relato pescador profissional Pirapora-MG, 2006).

Em relação ao tempo de pesca desde criança sempre pesquei e nunca parei de pescar. Quando cheguei em 1976 aqui em Pirapora foi aonde eu me entreguei mesmo a pesca e não quis outra coisa. O sangue humano tem uma tendência e essa tendência é para aquilo que formou a natureza, pois foi formada uma natureza genuína de deus sobre o homem e é difícil entender isso, ele estuda tanto aprende tanto e na verdade não sabe de nada, eu gosto de referir isso porque eu sou leigo praticamente em estudo eu quase não estudei porque minha vida era pescar durante a noite trabalhar na roça durante o dia, e quando eu despertei tinha chance mais não, o tempo havia passado. Mas não quero que meus filhos tenham a mesma sina, todos estão na escola. Podem até querer pescar, mas estudando (Relato pescador profissional Buritizeiro-MG, 2006).

Tenho 04 filhos, todos pescam, mas só um tem carteira de pesca. Minha filha faz o curso de pedagogia. Hoje montei um comercio que minha esposa toma conta e eu continuo pescando. Mesmo aposentado. Mas todos os meus filhos são alfabetizados (Relato pescador aposentado Buritizeiro-MG, 2006).

Na busca de melhores dias, o estudo é visto como um fator positivo pelos pescadores, constitui-se como alternativa para melhorar sua sobrevivência, principalmente para os grupos mais jovens, e é meta dos países em desenvolvimento.

De acordo com o relatório do PNUD (2005), a baixa frequência escolar de crianças e adolescentes é um dos grandes problemas que atinge a maior parte dos países de menor desenvolvimento e de desenvolvimento intermediário, como é o caso do Brasil. De acordo com esse documento, no qual são apontadas as oito metas estipuladas para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural para esse milênio, o segundo objetivo é justamente “atingir o ensino básico universal” e estipula como meta a ser atingida até o ano de 2015 que meninos e meninas de todo o mundo possa concluir um ciclo completo do ensino fundamental. O avanço em direção a essa meta torna-se mais difícil à medida que esta supõe o atendimento de segmentos marginalizados da população: pessoas que vivem em zonas afastadas e de difícil acesso ou que pertencem a estratos sociais que enfrentam obstáculos maiores traduzidos (FELICIDADE, 2004: p.192).

O nível de escolaridade entre os pescadores, baseadas nos Censo Estatístico Familiar, é muito baixo. A educação básica desde o ensino infantil até o ensino superior, no total das localidades estudadas apresenta um índice de 27% da população que não frequenta a escola, e 5,4% nunca a frequentou³³. Percebeu-se, segundo dados apresentados, que os homens não frequentam a escola, enquanto o número de mulheres quando se considera passado, nunca frequentou. Quando partimos para os dados relativos ao ensino fundamental (07 a 14 anos) que obrigatório por lei, foi constatado que a frequência escolar aumenta, sendo que em Pirapora apresenta uma porcentagem maior em relação aos outros municípios (relato participante do Censo).

Os dados relativos à saúde dos grupos vão considerar os dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT. As necessidades básicas incluem dois elementos:

³³ É importante ressaltarmos que o total de famílias entrevistadas pelo Censo, foi de 421 famílias e 2.060 indivíduos. O tamanho médio de família é de 4,9 pessoas, tendo uma frequência muito alta de 05 membros por família.

Em primeiro lugar, incluem certas exigências mínimas de uma família no tocante ao consumo privado: alimentação, moradia e vestuário adequados, assim como certo tipo de mobiliário e utensílios domésticos. Em segundo lugar, incluem serviços essenciais fornecidos pela e para a comunidade em geral, como água potável, saneamento, transporte público e serviços de saúde, educacionais e culturais (Organização Internacional do Trabalho, 1976, p. 24-25).

Abordaremos o segundo elemento referente às necessidades básicas que incluem os serviços essenciais de saneamento: água potável, lixo e esgoto. Em nossa visita a campo, constatamos que atualmente em Pirapora e Buritizeiro o serviço de esgoto não é universal.

Em Pirapora, temos 30 km de rede de esgoto construída. Os dejetos ainda são jogados na rede pluvial, esgoto irregular, pois a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, ainda não está em funcionamento. Outro sistema muito utilizado são as fossas sépticas e rudimentares, as quais são utilizadas por grande número de domicílios, fator que propicia a contaminação do lençol freático. A coleta de lixo e o abastecimento de água tende a se universalizar nos locais mais urbanos.

Em Buritizeiro, na área urbana, esses serviços contemplam a grande maioria populacional, segundo dados fornecidos pelo Serviço de Água e Esgoto - Saae local. As dificuldades desses serviços são maiores na zona rural. A prestação dos serviços não é universal, afetando a população em geral, não só a de pescadores. Alguns depoimentos confirmam estes fatores:

“Eu moro aqui desde que cheguei a Pirapora, e o sistema aqui em casa é de fossa”. Todo esgoto vai pra fossa. Vejo falar que estão fazendo a rede de esgoto, mas vamos esperar pra ver quando vai funcionar (Pescador profissional-Pirapora).

“O sistema de coleta de lixo vai direitinho”. A prefeitura sempre passa nos dias certos. Mas já aconteceu com outros prefeitos que ficava dias e até meses sem coletar lixo. Era uma sujeira enorme (pescador profissional - Pirapora).

Como moro na cidade, eu tenho acesso à água encanada, lixo e utilizamos fossa no fundo do quintal, mas temos companheiros de pesca, que moram na roça, que não tem nada disso. Eles utilizam a queima do

lixo, e buscam água como antigamente, ou em baldes ou cisternas (pescador profissional Buritizeiro).

A realidade na vida dos pescadores das cidades estudadas em relação as suas condições de educação e saúde reafirmam os dados anteriormente coletados pelo Censo Estatístico Domiciliar realizado dentro do Projeto “Rumo a co-gestão da pesca”, realizado por um grupo de alunos da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), em que a população de interesse para a pesquisa foi o conjunto de famílias de pescadores em Pirapora, Buritizeiro, e micro região. Uma das metodologias utilizadas para localizar as famílias foram os endereços existentes nas fichas de associados das colônias de pesca de cada local.

Esse Censo foi realizado em Janeiro e Fevereiro de 2004. Os dados quantitativos, por serem dados muito recentes, confirmam o que observamos na pesquisa de campo realizada pela autora e em relatos dos informantes. Os realizadores da pesquisa utilizaram como metodologia o questionário estruturado, contendo os seguintes blocos:

- Bloco 1 – Características dos domicílios.
- Bloco 2 – Características demográficas dos componentes do domicílios: idade, sexo, posição na família, cor(segundo classificação oficial do IBGE e auto-denominação), situação conjugal, estado de origem de nascimento, e tempo de residência no município, religião.
- Bloco 3 – Escolaridade, necessidades especiais e doenças; habilidades e desejos de aprendizagem.
- Bloco 4 – Características de trabalho e renda;
- Bloco 5 - Dados sobre a pesca.

No início de 2004 foi realizada pesquisa censitária junto às famílias de pescadores artesanais coloniados³⁴ residentes em localidades do Alto São Francisco, com as quais seria desenvolvido o projeto Rumo à Co-gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco: municípios de Três Marias, São Gonçalo do Abaeté (bairros de Beira Rio e Pontal do Abaeté), Pirapora, Ibiaí e Várzea da Palma (distrito de Barra do Guaicuí). A pesquisa tinha, por objetivos, caracterizar demográfica, social e economicamente a população pesqueira dessas localidades. O projeto Rumo inicialmente buscava contribuir para o desenvolvimento da co-gestão da pesca em parceria com os pescadores artesanais profissionais do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais, tendo como base a experiência do processo de desenvolvimento institucional e legal dos “acordos de pesca” da região amazônica³⁵.

Em relatos obtidos pelos autores do projeto, durante a realização da pesquisa foram incorporados cinco jovens moradores das localidades envolvidas, para que fizessem a crítica com o objetivo de melhor adaptação dos questionários à realidade local. Constatamos que foi importante a participação desses jovens na pesquisa, pois possibilitou tornar os dados mais relacionados à vivência desses homens e mulheres ribeirinhos.

³⁴ A colônia tem como funções, organizar e representar os pescadores. O pescador coloniado significa que tem carteira de pesca. Mais recentemente, a colônia perdeu a prerrogativa de conceder carteira de pesca a pescadores profissionais. Assim, o número de pescadores profissionais possivelmente é maior do que o de coloniados.

³⁵ Relato retirado do texto Pescadores artesanais do Alto São Francisco: condições de vida e ordem social. Autores: Maria Inês Rauter Mancuso (UFSCar) e Ana Paula Glinfskoi Thé (UNIMONTES)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando eu nasci, a água estava quase entrando no quarto que minha mãe dormia. Parecia que eu tinha que ficar na beira do rio, o rio é tudo pra mim. Comprei e fiz minha casa na beira do rio. Durmo ouvindo a corredeira do São Francisco, todos os dias. As dificuldades existem. O que é ruim a gente esquece. Tenho prazer e orgulho de ser pescador, e de ter aposentado na pesca (pescador aposentado Buritizeiro).

A nossa análise parte da fala desse pescador, cuja sensibilidade lhe permite e nos repassa a emoção de uma pessoa que sempre viveu como trabalhador da pesca, na luta diária para criar os filhos e viver do/no rio. As trocas entre esta pesquisadora e os pesquisados nos apontam caminhos para continuarmos acreditando que esses pescadores artesanal-profissionais ainda sonham dias melhores, para poderem sustentar suas famílias.

Partimos do desafio de compreender e descrever alguns aspectos do modo de vida e trabalho de pescadores tradicionais nas cidades de Pirapora e Buritizeiro, às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais.

Além disso, buscamos também descrever e compreender a organização da vida cotidiana, as condições atuais do trabalho do pescador, bem como os fatores de permanência e de modificações das atividades da pesca artesanal no rio São Francisco.

Na trajetória da pesquisa, investigamos através das visitas de observação, da participação em oficinas, seminários, encontros com esses sujeitos sociais e nas entrevistas realizadas, as percepções que esses pescadores têm dos processos que ainda existem de permanências e mudanças, num confronto passado/presente.

Os vários depoimentos apresentaram temas relacionados ao modo de vida e de trabalho dos pescadores. Eles mesmos apontaram que ainda existe na relação homem-rio os diversos espaços de pesca; as técnicas utilizadas pelos grupos; a

respeitabilidade pelos usos dos territórios e espaços naturais; o universo de conhecimentos; as práticas e valores que cada um traz e que foram repassadas de geração para geração ao longo dos tempos.

Isso mostra a importância e o valor do conhecimento tradicional local entrelaçando-se ao conhecimento científico. Devemos considerar o seu conhecimento de tempo e espaços, pois o mesmo os acompanha. O pescador conhece os processos naturais de chuva, vento, temperatura, cor da água, e a lua na influência de reprodução dos peixes.

O homem pescador demonstrou que ao rememorar o rio do passado e a maneira como pescava, este sofreu grandes transformações. A legislação, a fiscalização da pesca e as políticas adotadas no Brasil, ainda não foram benéficas para os mesmos. Muitas foram às mudanças, havendo consenso em relação à degradação ambiental que o rio vem sofrendo há muitas décadas.

No trabalho da pesca, o homem ainda é o grande mantenedor e principal responsável pela produção, como já foi mostrado em diversos trabalhos produzidos nas ciências sociais, como a antropologia, e a sociologia e que se constata neste estudo. Na grande maioria dos casos, o trabalho é executado pelo homem, em horário descontínuo, obviamente que havendo a inserção de mulheres na pesca. As mulheres no contexto da casa desenvolvem e atuam mais no cuidado com os filhos, cuidado com a casa, a limpeza dos peixes, até no tecer de redes, ainda muito utilizada por eles.

Buscamos apresentar de forma sucinta a história de ocupação e povoamento do rio, sua relevância, para melhor entendermos os processos de ocupação e seus principais sujeitos sociais que vieram compor os espaços à beira desse rio. O propósito enfocado foi à importância da atividade pesqueira para a população dos dois municípios, onde o processo de criação das colônias de pesca, com narrativas

de pescadores, foi significativo e denuncia descaminhos que vêm acontecendo ao longo dos tempos.

Em relação aos órgãos legisladores e fiscalizadores da pesca, compreendemos que ainda existem grandes entraves nas relações das colônias com os legisladores da pesca. Este diálogo tende a melhorar, pois a atuação do PPA (Projeto Peixes Pessoas e Águas) colaborou com uma melhor interação pescadores/instituições.

A proposta de trabalho desse projeto (PPA) para a co-gestão da Pesca no Alto-Médio São Francisco propõe a implementação de projetos futuros visando à melhoria de vida das comunidades pesqueiras, baseando nos conhecimentos e habilidades de cada uma.

Os relatos orais que ora traduzimos em relatos escritos denunciam que o rio e a pesca de antes é sempre apontada como melhor. Eles lembram com saudades, com orgulho, mas sonham que dias melhores virão. O rio continua representando o espaço das relações socializadas, cheias de significados.

Não podemos deixar de apontar o processo de pauperização dos sujeitos envolvidos na pesquisa que buscam no respeito às particularidades de cada região e ao conhecimento local das comunidades, melhores dias. Uma classe de trabalhadores do rio que buscam nos entraves entre pescadores e Estado, não serem excluídos das decisões, na tentativa de criar uma legislação igualitária para que todos tenham o objetivo comum no manejo dos recursos naturais, fonte de vida e de trabalho. Uma atitude coletiva que poderá abrandar os problemas da categoria de pescadores artesanais na área estudada. Este trabalho não se conclui:

(...) perguntas- e não foram poucas - que ficaram sem respostas pelo simples fato de que então e até agora eu não sabia e não sei ainda respondê-las. Que elas e outras se tornem, no espelho de nossos rostos refletidos uns nos outros, respostas boas de serem de novo perguntadas. Haverá na natureza, existirá dentro de nós e haverá entre nós algum rio com uma terceira margem, como na bela história de João Guimarães Rosa? Não sabemos, mas bem podemos suspeitar. Afinal, a vida e os rios são cheios de surpresas (BRANDÃO, 2002, p. 43).

A complexidade que envolve o conhecimento desses pescadores vem ao encontro do real e concreto. Vivemos a pesquisa entre uma margem e outra do rio; tentamos atravessar a ponte e o tempo, na escuta desse OUTRO, que lançando redes no desejo de pescar o peixe pra sua sobrevivência trazem o sentimento de pertencimento.

Habitar essas margens onde homens e mulheres trazem dentro de si a perplexidade de não esquecer o passado e de não saber como será o futuro do rio, de si mesmo e do outro.

“Como um fio d’água, FLUIR”.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas. **Evolução da organização e implementação da gestão de bacias do Brasil**. Brasília, outubro, 2002.

BARRETO, A. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. Belo horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 446p.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas – uma visão humanística**. trad. de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. (org.), São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **O Afeto da terra**. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. **A Partilha da vida**. São Paulo: Cabral, 1995.

_____. **A Pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Memória sertão**. São Paulo: Uniube, 1998.

BURTON, R. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. 359p.

CAMARGO, S. F. **Sociobiologia da gestão participativa dos Pescadores Comerciais do Rio São Francisco, MG, Brasil**. [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual Paulista. CEA. Rio Claro – SP, 1998.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CARDOSO, Eduardo. S. **Pescadores Artesanais: natureza, território, movimento social.** Teses [Doutorado em Geografia Física]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, São Paulo: USP, 2001.

CASTRO, Iná Elias de; et al. **Geografia: conceitos e temas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAPRA, Frijot. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2003.

CHRÉTIEN, Claude. **A Ciência em ação mitos e limites.** Trad. de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1984.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 2. Ed. Tradução: Luiz F. Pimenta e Margarita C. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2001.

CORBIN, Alan. **O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia das letras. 1989.

DA MATA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a antropologia social.** Petrópolis: Vozes, 1987.

DE CERTAU, Michel, Giard, Luce e Mayol, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Petrópolis: Vozes, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário.** São Paulo: Hucitec; 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Ervin. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GODINHO, Alexandre L. **A pesca nas corredeiras de Buritizeiro**. Disponível em <<http://www.sfrancisco.bio.br>> . Acesso em 10.10.2005.

GODINHO, Pereira Hugo, Lima Alexandre. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Rio de Janeiro: Eduff, 1997.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando (1797,1873). **Atlas e relatório concernente à exploração do rio São Francisco: desde a cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico**. 2 ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994.

IARA. Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Relatório Técnico – 1º Fase/2004. **Projeto Rumo à co-gestão da pesca no Vale do Rio São Francisco**. São Carlos, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em 25.09.2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 02.10.2004. IMAN. Instituto Manoel Novaes. **O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco**. Brasília, outubro 2002.

LAMAS, I. R. **Análise de características reprodutivas de peixes brasileiros de água doce, com ênfase no local de desova**. (Dissertação, Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre). Belo Horizonte: Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, 2000. 56p.

LARAIA, Roque de Barros **Cultura: um conceito antropológico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEITE, Lopes J. S. **O Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEONEL, M. **A Morte Social dos rios**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MALDONADO, Simone. C. **Mestres e mares – espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do Empreendimento e da Aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Milanesia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELLO, Marco. **Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: IPPDA, 2005.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. . In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C.R. (org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed.Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 76-92.

MIRANDA, Avelino Fernandes de. **Tradicionalismo e modernização**. Goiânia: Editora UCG, 2000. 172p.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra natureza**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**, 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte, UFMG, 1998

NORDI, Nivaldo, Norma F.L.da Silva Valêncio e Maria Inês R. Mancuso. **Vida e trabalho do pescador profissional no alto médio São Francisco**. Disponível em <<http://www.sfrancisco.bio.br>>. Acesso em 10.10.2005.

ROCHA, G. **O rio de São Francisco: factor precípua da existência do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras Editora Nacional, 1940. 250p.

RUIZ, João Álvaro, 1928- R884m **Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos**. São Paulo, Atlas, 1980.

SAINT-HILAIRE, A de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004. 190 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. (org.). **Território – globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ Anpur, 1996.

_____. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do cotidiano**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

THÉ, Ana.Paula G., Nivaldo Nordi. **Organização da pesca nas corredeiras de Buritizeiro, rio São Francisco, MG**. III Simpósio brasileiro de etnobiologia e etnoecologia. São Paulo-2000.

_____. **Conhecimento Ecológico: regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto-Médio São Francisco**. São Carlos: UFSCar, 2004. 197p.

_____. **Etnoecologia e produção pesqueira dos pescadores da represa de Três Marias – MG**, (dissertação de mestrado). São Carlos: Ufiscar, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VALÊNCIO, N. F. L. S. et al. A precarização do trabalho no território das águas: limitações atuais ao exercício da pesca profissional no Alto-Médio São Francisco. In Godinho, H.P. & Godinho, A.L. **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2003.

VARNHAGEN, F.A. **História geral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, v.1 Tomo I e II, 1981.

VASCONCELOS, D. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. 429p.

WORTMANN, E.F. **Família, mulher e meio ambiente no seringal**. XX Reunião da ANPOCS. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

_____. **Herdeiros, Parentes e compadres. Colonos do sul e sitiante do nordeste.** São Paulo – Brasília, Hucitec – Edund, 1995.

_____. **O Trabalho da terra:** a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997.

ANEXO A – ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-1 PIRAPORA - MG

Cartório do 2º Ofício do Judicial, Notas, Protestos,
Registro de Títulos e documentos e Pessoas Jurídicas

COMARCA DE PIRAPORA

RUTH MARGARIDA DOS SANTOS
ESCRIVÃ

Mércia Ribas Diniz
Vera Miriam S. Conceição
ESCREV. JURAMENTADAS

Edifício do Fórum – 39270 – Pirapora – Minas Gerais

CERTIDÃO

RUTE MARGARIDA DOS SANTOS, Oficial do cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Pirapora, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc...

C
E
R
T
I
F
I
C

A a requerimento verbal de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório de Livros de Registro de Títulos e Documentos aqui existentes, deles no de nº B-4, às fls. 453/454, consta o Registro que é do teor seguinte:
.....

NÚMERO DE ORDEM: 2.611. Dia e mês. 22-11. Registro de uma ata: “Ata da Assembléia Geral dos Pescadores da Colônia de Pesca Z-1 de Pirapora, - aos cinco de Outubro de 1.968, na sede do Independentes Clube, às 18h, em 2ª convocação com a presença de 85 associados registrados reuniu-se a Assembléia Geral desta Colônia, convocada no dia 21 de setembro de 1.968. o Sr. Edmar Alves da Silva, Diretor assumiu a presidência da mesa, declarou aberta a Assembléia convidando para a mesa o Sr. Ten. Antonio Ribeiro da Silva e o Sr. Pe. Braz Valadares. Com a palavra o Rev. Pe. Braz explicou o motivo da convocação que teve apoio do Sr. Cristiano Azevedo. A seguir usou a palavra o Sr. Ten. Antonio Ribeiro da Silva que

explicou aos presentes o Estatuto da Colônia, a necessidade de ser eleito somente pescadores registrados e profissionais, pois a eleição do Sr. Cristiano Azevedo prejudicou imensamente a Colônia de Pesca. A seguir, o Sr. Pe. Braz Valadares apresentou aos presentes as três chapas formadas de pescadores profissionais de Buritizeiro e Pirapora. A primeira chapa formada de:

Benjamin Luiz Nascimento, José Batista da Silva e Edmar Alves da Silva. A segunda chapa formada de Geraldo Ivo da Costa, José Batista da Silva e Edmar Alves da Silva. A terceira chapa formada de: Benjamin Luiz Nascimento, Antonio Pinto dos Santos e Salomão Amorim Coelho. A seguir o Sr. Edmar Alves da Silva pediu os pescadores com direito a voto que assinassem o livro de presença. Em seguida a eleição e a apuração manifestou o seguinte resultado: 1ª chapa obteve 64 votos, a 2ª chapa 12 votos e a 3ª chapa 8 votos. Sendo assim o Sr. Presidente declarou eleita a chapa formada pelos Srs. Benjamin Luiz Nascimento, José Batista da Silva e Edmar Alves da Silva. O Sr. Benjamin Luiz Nascimento como diretor eleito saudou os pescadores, afirmando que já nesta semana a Colônia de Pesca começaria sua vida normal, pois todos os eleitos são pescadores profissionais residentes em Buritizeiro e Pirapora, assumindo de fato a responsabilidade do Governo da Colônia de Pesca Z-1. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a Assembléia da qual lavrei a presente ata. (a) José Batista da Silva. (a) Benjamin Luiz Nascimento. (a) Edmar Alves da Silva. Em tempo: com a palavra o Revmo. Pe. Braz explicou o motivo da convocação que teve o apoio do Sr. Capitão dos Portos, Comandante Paulo Sérgio Xavier Costa em vista da ausência contínua do antigo Presidente, Sr. Cristiano Azevedo. Adendo. De acordo com o artigo 21 do regulamento para as colônias de pescadores foram eleitos para Presidente o Sr. Benjamin Luiz Nascimento, para Secretário, o Sr. Edmar Alves da Silva e para Tesoureiro, o Sr. José Batista da Silva. (a) José Batista da Silva. (a) Benjamin Luiz Nascimento. (a) Edmar Alves da Silva. Era o que se continha no documento transcrito, ao qual me reporte em conferência, achando em tudo conforme, do que dou fé. Eu, Vera Luzia Lima de Queiroz, substituta, a escrevi, subscrevo e assino, na falta ocasional do efetivo. Pirapora – MG, 22 de outubro de 1.968. (a) Vera Lúcia Lima Queiroz-.....

Era o que se continha no Livro e Folhas referidos de onde para aqui bem e fielmente trasladei por Certidão. Eu, Ruth Margarida dos Santos oficial do Cartório do 2º Ofício, fiz datilografar, subscrevo, dou fé e assino.

Pirapora – MG, 13 de setembro de 1985.

ANEXO B – ESTATUTO COLÔNIA Z-21 BURITIZEIRO - MG

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO PARA A COLÔNIA DE PESCADORES

Capítulo I

Da denominação, finalidade, sede, competência, prazo de duração e fins

Art. 1º - A Colônia de Pescadores do Vale do Z-21 em Buritizeiro - MG, é uma entidade sem fins lucrativos, com número ilimitado de sócios sem distinção de raça, cor, sexo, credo ou religião que se regerá por este Estatuto.

Parágrafo 1º - É uma sociedade política, porém poderá colaborar com os órgãos públicos e instituições democráticas legalmente constituídas no sentido de promover o bem estar coletivo, não sendo permitido, no estatuto, o uso de seus nomes em manifestações, políticas partidária ou de classe, em suas reuniões ou fora delas, a Colônia se privará pelo respeito às leis e a preservação da ordem e Bem Estar Social.

Parágrafo 2º - A Colônia de Pescadores do Vale do São Francisco Z-21 em Buritizeiro – MG é uma Colônia Civil daqueles que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, criada com prazo indeterminado de duração – com sede e foro nesta cidade de Buritizeiro – MG, tendo por finalidade a representação e a defesa dos direitos e finalidades dos seus associados, subordinados a respectiva Federação Estadual e a Confederação dos Pescadores.

Art. 2º - Tem como finalidade colaborar no planejamento de todas as obras beneficentes e assistência social, bem como desenvolver o máximo de esforço junto às autoridades competentes no sentido de melhorar as condições dessa Colônia, sendo porta voz das reivindicações de seus associados.

Art. 3º - Esta Colônia está sujeita a fiscalização, orientação e moralização da respectiva Federação Estadual e Confederação Nacional dos Pescadores.

Parágrafo 1º - Os sócios farão reivindicações por intermédio de reunião com a Diretoria e não isoladamente.

Parágrafo Único – Os pescadores amadores devidamente matriculados nas repartições de idêntica jurisdição poderão associar-se à Colônia de Pescadores do Vale do São Francisco Z-21 em Buritizeiro – MG.

Capítulo II

Aos Poderes Administrativos

Art. 4º - A presente Colônia será dirigida e orientada pelos órgãos:

a) Assembléia Geral;

- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Comissões.

Capítulo III

Art. 5º - É de competência da Colônia de Pescadores do Vale do São Francisco Z-21 de Buritizeiro – MG:

- a) Colaborar nos planos gerais sobre atividades pesqueiras na bacia do São Francisco, cumprindo as determinações e resoluções dos órgãos competentes do Governo Federal, Capitania dos Portos de Minas Gerais, Confederação e a Federação no âmbito de sua jurisdição;
- b) Representar seus associados junto aos órgãos competentes às autoridades em geral;
- c) Servir de elemento de ligação entre seus associados e jurisdições de Previdência Social – Hospitalar – Medicamentos, Técnico-Profissional e Econômico;
- d) Defender a Execução das Normas da Legislação sobre a pesca, colaborando com as autoridades na Fiscalização do uso do processo inadequado e contrário a lei e as determinações dos órgãos competentes;
- e) Receber subvenções de órgãos públicos, ligados aos problemas para Manutenção e Execução de seu programa;
- f) Aprovar as inscrições dos sócios efetivos e os que vão integrar ao dobro de sócios os pescadores de acordo com as normas vigentes;
- g) Só poderão ser sócios os pescadores profissionais e candidatar-se a cargos de Diretoria quem tiver completado os 18 anos de idade.

Art. 6º - São estes os deveres dos associados:

- a) Cumprir e zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, portarias e resoluções emanadas das autoridades constituídas e dos dispositivos deste estatuto.
- b) Pagar regularmente suas contribuições.
- c) Comparecer regularmente à Colônia, tornando parte ativa em todas as ações e movimentos do interesse da mesma.

Art. 7º - a inscrição poderá ser cancelada por decisão da Assembléia Geral ou pela Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, quando os associados:

- a) Deixar de exercer a profissão por mais de dois anos sem motivo justificado.
- b) Praticar atos contrários às leis vigentes ou dilapidar o patrimônio da Colônia, nesta última hipótese, a falta será a ora em diante Processo Regular garantindo o Direito de Defesa.
- c) Não pagamento de duas contribuições por mais de 12 meses, sem motivo justificado.
- d) ao associado excluído cabe recurso à Federação, dentro de 15 (quinze) dias a contar da data punitiva e, em última instância à Confederação Nacional dos Pescadores, tendo cada instância administrativa, dez dias de prazo para julgamento dos recursos.

Parágrafo 1º - A Diretoria da Colônia comunicará através da resolução da execução, respectivamente, a Federação e a Confederação dos Pescadores, anexando cópias da Ata da Assembléia, sob penalidade do Ato disciplinar.

Parágrafo 2º - O associado excluído poderá ser readmitido no Quadro Social, decorrido um ano, por determinação da Assembléia Geral depois de ter cumprido a Pena.

Capítulo IV **Do Patrimônio**

Art. 8º - Constituem o Patrimônio da Colônia os bens móveis e imóveis adquiridos pela Colônia ou regularmente a ela doados, resultantes das contribuições, doações, taxas cobradas, contribuições dos órgãos públicos, especialmente da Confederação Nacional dos Pescadores ou órgãos competentes instituídos pelo Governo Federal, Municipal ou Estadual.

Art. 9º - Os bens imóveis da Colônia não poderão ser alienados ou onerados sem aprovação da Assembléia Geral, ouvida a Confederação e Federação.

§ Único – Os bens móveis da Colônia serão arrolados em inventários, em livro próprio, atualizando a cada passagem de Diretoria, e cópia do mesmo será obrigatoriamente encaminhada à Federação Nacional dos Pescadores, para o competente registro.

Art. 10 – A Assembléia Geral será constituída pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e por todos os sócios fundadores e contribuintes maiores de 18 anos de idade.

Art. 11 – Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- a) Eleger a Diretoria do grupo e o Conselho Fiscal;
- b) Deliberar sobre a reforma do estatuto;
- c) Discutir e resolver todos os assuntos de interesse da Colônia.

§ Único – As Assembléias Ordinárias se realizarão nas seguintes datas:

- a) 3ª (terceiro) domingo de cada mês, para efeito do que estimula a alínea C do art. 6º;
- b) De três em três anos, eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 12 – Na Assembléia Geral Extraordinária só poderão ser tratados os assuntos para os quais foram convocados.

§ 1º - As convocações extraordinárias deverão ser feitas por Editais que deverão ser fixados em locais de maior afluência do público na Sede da Colônia.

§ 2º - A Assembléia Extraordinária poderá ser convocada:

- a) Pelo Conselho Fiscal;
- b) Pela Diretoria;
- c) Por 2/3 (dois terços) dos associados quites, explicando o motivo da convocação.

§ 3º - A reeleição da Diretora deverá afastá-lo pelo período de 90 (noventa) dias, apresentando prestação de contas do seu mandato.

Parágrafo 5º - O Presidente convocará os Suplentes para assumir os Cargos Efetivos, caso haja impedimento dos mesmos, o Presidente convocará uma Assembléia Geral no prazo de dez dias e indicará uma Comissão Executiva até ser realizada Eleição e Posse.

Art. 13 – Salvo disposição expressa em contrário, a aprovação das deliberações se dará por maioria simples de voto, tendo cada associado presente direito a um só voto.

§ 1º - O associado não poderá votar em deliberação que diretamente a ele se refira, mas não fica impedido de participar dos debates.

§ 2º - O processo de votação será determinado pela mesa, com prévia consulta à Assembléia.

§ 3º - Nas eleições para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como nas exclusões de associados, o voto será secreto.

§ 4º - Os associados admitidos em menos de 90 (noventa) dias antes da data da convocação para a Assembléia Geral não poderão votar nesse Assembléia.

Art. 14 – Será lavrada Ata circunstanciada das ocorrências havidas nas Assembléias Gerais, assinada pelos Diretores presentes, pelos membros da mesa e pelos associados que desejam fazê-lo, devendo as cópias das referidas Atas serem enviadas à Federação e à Confederação Nacional dos Pescadores.

Art. 15 – Atualmente, no primeiro semestre e de preferência no curso do mês de junho, será realizada, obrigatoriamente, uma Assembléia Geral Ordinária para deliberar e julgar o relatório e as contas apresentadas pela Diretoria, e atinentes ao exercício anterior.

§ Único – Cópias do relatório anterior do balanço serão enviadas à Federação e à Confederação Nacional dos Pescadores.

Art. 16 – A eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus suplentes será feita pela Assembléia Geral em reunião ordinária, convocada com expressa menção dessa finalidade.

§ 1º - Ao se inscrever na Colônia, declaração de bens antecedentes expedidos pela Delegacia de Polícia da Comarca sobre a Colônia.

§ 2º - Sem prejuízo de outras normas neste estatuto, o edital de convocação da Assembléia Geral, a que ajude este artigo, será dada a publicação mínima de 60 (sessenta) dias de antecedência, inclusive, com sua afixação nos locais de concentração dos associados.

§ 3º - O direito de ser votado pressupões, além de outros, a condição de sócio a mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 4º - A votação será feita por chapas devidamente registradas na Colônia, até 40 (quarenta) dias de antecedência da data da Assembléia.

§ 5º - A Colônia encaminhará, com o conhecimento da respectiva Federação, à Confederação Nacional dos Pescadores, até 30 (trinta) dias antes da eleição, as chapas inscritas juntamente com os documentos referidos no parágrafo 1º deste artigo e mais um relatório informando sobre os componentes das chapas concorrentes para efeito de aprovação.

§ 6º - a eleição será feita por votação secreta, colocada a cédula em envelope rubricado pelo Presidente e por um mesário previamente escolhido, depositado aquele em uma urna a tanto destinada.

§ 7º - O direito de voto pressupõe quitação com a Colônia e será exercido mediante a apresentação da carteira de matrícula na mesma.

§ 8º - Cada chapa será com direito de indicar um associado para funcionar como fiscal da eleição e apuração.

§ 9º - No ato de votar o associado assinará livro de votação, o tanto destinado, caso não saiba ou esteja impossibilitado de assinar o votante poderá, no momento em que esteja impossibilitado, apor no referido livro, sua impressão digital com o polegar da mão direita.

§ 10º - Os trabalhos de votação serão iniciados às oito e encerrados às dezessete horas, momento em que serão distribuídas pela última vez, senha aos votantes presentes.

§ 11º - Para validade da eleição será indispensável quorum mínimo de votantes equivalentes a 2/3 dos associados; não obtido quorum, em duas convocações, feitas com espaço mínimo de 15 (quinze) dias, deverá o fato imediatamente ser comunicado à Confederação Nacional dos Pescadores, através da Federação, pelo Presidente da Colônia, a fim de que aquela ponha sob regime de intervenção.

§ 12º - A apuração da votação, será feita, imediatamente após a votação por comissão para tanto escolhida no ato, proclamando-se em seguida o resultado.

§ 13º - Tanto a Diretoria quanto o Conselho Fiscal, serão compostos de 03 (três) membros efetivos e, igual ao número de Suplentes eleitos em Assembléia Geral, dentre os sócios efetivos da Colônia, sendo as substituições feitas pelos Suplentes, mais votados, em caso de empate, pelos mais idosos.

§ 14º - A posse de novos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, dar-se-á 10 dias após as eleições, em assembléia para tanto exclusivamente constituída.

§ 15º - O mandato dos Diretores e membros do Conselho Fiscal será de dois anos, permitida a reeleição.

Art. 17- À Diretoria compete:

- a) Elaborar o Regimento Interno, a ser aprovado pela Assembléia Geral;
- b) Organizar o trabalho anual de trabalho para a Colônia;
- c) Cumprir e zelar pelo cumprimento destes estatutos;
- d) No que concerne aos assuntos inerentes ao exercício das atividades da pesca, representar, perante as autoridades os associados da Colônia, especialmente no que tange a matrícula, inscrição, licença e visto de pescador e de embarcações de pesca.
- e) Manter convênios com instituições de Previdência Social, visando ao bem estar dos seus associados.
- f) Admitir e demitir os empregados da Colônia;
- g) Traçar normas para a aplicação dos Fundos de benefícios;
- h) Planificar e regulamentar os serviços da Colônia;
- i) promover e coordenar festividades no dia do pescador;
- j) De um modo geral, praticar todos os atos de gestão da Colônia.

Art. 18 – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data previamente designada, e extraordinariamente, sempre que for conveniente por proposta de qualquer dos seus membros.

§ Único – Serão lavradas em livro próprio, atas das reuniões da Diretoria.

Art. 19 – Em caso de impedimento que não ultrapasse a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo vice-presidente, caso haja impedimento do vice-presidente será substituído pelo secretário.

§ 1º - Em idêntico impedimento do Secretário ou do Tesoureiro, proceder-se-á da mesma maneira, convocando à Diretoria um suplente para ocupar nesse lapso de tempo, o cargo.

§ 2º - Se o impedimento for superior a 90 (noventa) dias ou se ocorrer vaga, a convocação do suplente será feita em caráter definitivo e na forma do presente artigo.

Art. 20 – O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da Colônia, o que lhe compete:

- a) Examinar os livros, documentos e o caixa;
- b) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária anualmente sobre o movimento financeiro, social e administrativo;
- c) Convocar a Assembléia Geral.

Art. 21 – O conselho será constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes.

§ 1º - Só no caso de exoneração ou impedimento de um dos membros efetivos será convocado o suplente.

§ 2º - Reunir-se-á o Conselho Fiscal ordinariamente se necessário, ou ainda por convocação da Assembléia Geral.

§ 3º - Será de três anos seu mandato, e coincidirá com o da Diretoria.

§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal não perceberão nenhuma remuneração e quaisquer títulos pelo exercício do mandato.

Art. 22 – A Diretoria Executiva composta de 06 (seis) membros a saber: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

§ 1º - O mandato da Diretoria é de 03 (três) anos;

§ 2º - A Diretoria reunirá sempre que necessário ou ainda por convocação do Conselho Fiscal, da Assembléia ou do Presidente.

§ 3º - Os Diretores não receberão nenhuma remuneração ou quaisquer título pelo exercício deste mandato.

Art. 23 – Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, executar as deliberações da Assembléia.

Art. 24 – Ao Presidente compete:

- a) Representar a Colônia em Juízo ou fora dele;
- b) Convocar e presidir as reuniões mensais da Diretoria, fazendo executar as suas decisões;
- c) Convocar Assembléia Geral Extraordinária sempre que se fizer necessário;
- d) Selecionar os casos considerados de urgência, levando depois ao conhecimento da Diretoria;
- e) Procurar estar a par dos problemas da área da Colônia;
- f) Nomear comissões, sempre que for necessário para representar a Colônia nas solenidades, festas públicas e civis, reivindicações de melhoramentos.
- g) As despesas serão autorizadas pelo Presidente, e assinar cheques juntamente com o 1º Tesoureiro;
- h) Manter a disciplina nas reuniões constituindo-se, no exemplo, sendo assíduo às mesmas;
- i) Assinar juntamente com o 1º Secretário todo o expediente da secretaria e atas de reuniões;
- j) Orientar todos os setores da administração da Colônia para o bom desempenho das suas funções;

l) Nomear diretores interinos, quando ocorrer demissões ou impedimentos de algum membro da Diretoria, até que haja eleições pela Assembléia Geral.

Art. 25 – Compete ao Vice-presidente, substituir o Presidente em todos os seus impedimentos e auxiliá-lo no seu trabalho.

Art. 26 – ao 1º Secretário compete:

- a) Lavar as atas das reuniões e assiná-las juntamente com o Presidente;
- b) Superintender todos os serviços da secretaria;
- c) Assinar todos os documentos expedidos pela Colônia, juntamente com o Presidente;
- d) Ter sob sua guarda todo o expediente;
- e) Encaminhar a correspondência e afixar avisos, editais de convocação em locais convencionados de acordo com o § 5º do artigo 16, Diretoria e assinar os relatórios mensais;
- f) Fornecer ao Presidente os dados necessários para o relatório anual da Diretoria e assinar os relatórios mensais;
- g) Substituir o Vice-presidente em seus impedimentos.

Art. 27 – Ao 2º Secretário compete:

- a) Substituir o 1º Secretário em todos os seus impedimentos;
- b) Organizar o fichário dos sócios e responsabilizar-se pelo seu bom funcionamento.

Art. 28 – Ao 1º Secretário, aliás, Tesoureiro, compete:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o patrimônio da Colônia;
- b) Responder pela Tesouraria organizando os balancetes mensais;
- c) Efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente devidamente assinados e autorizados;
- d) Assinar junto com o Presidente os cheques bancários e outros documentos correspondentes às finanças;
- e) Pagar recibos e registrar todas as importâncias recebidas;
- f) Depositar em nome da Colônia, em estabelecimentos bancários indicados pela Diretoria;
- g) Apresentar nas reuniões mensais um balancete do caixa;
- h) Fornecer dados necessários para o relatório do Presidente;
- i) Fornecer ao 2º Tesoureiro a relação anual dos sócios quites para atualização do fichário.

Art. 29 – Ao 2º Tesoureiro Compete:

- a) Organizar e manter em dia o fichário da Tesouraria;
- b) Protocolar e entregar ao 1º (primeiro) Tesoureiro todos os documentos da Colônia a ele remetidos;
- c) Substituir o 1º (primeiro) Tesoureiro em todos os seus impedimentos.

Art. 30 – As comissões são órgãos de apoio à Diretoria:

Art. 31 – A Diretoria poderá criar tantas comissões quantas julgar necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Colônia com esta de 05 (cinco) membros, sendo que um será obrigatoriamente escolhido dentre os diretores.

Capítulo V

Dos direitos dos sócios

Art. 32 – São direitos dos sócios:

- a) Votar e serem votados para cargos de direção, desde que estejam quites com a Tesouraria;
- b) Tomar parte em assembléia e discutir;
- c) Tomar parte em quaisquer festas cívicas ou sociais organizadas pela Colônia;
- d) Recorrer à Diretoria de qualquer ato do Presidente, que julgar prejudicial ou injusto para si;
- e) Recorrer à Assembléia Geral, quando se julgar injustiçado pela Diretoria.

Art. 33 – São deveres do associado:

- a) Aceitar o presente instituto e os órgãos diretivos;
- b) Pagar sua taxa anualmente ou determinar pela Assembléia em votos de maioria;
- c) Cumprir as decisões da Diretoria;
- d) Comparecer às Assembléias e cumprir as suas decisões;
- e) Aceitar e exercer com zelo e dedicação todos os cargos e comissões para os quais forem eleitos ou nomeados;
- f) Comunicar a Diretoria quando mudar de domicílio;
- g) Zelar pelo patrimônio da Colônia;
- h) Não discutir em público assuntos que venham tumultuar assuntos da Colônia.

Capítulo VI

Categorias dos sócios

Art. 34 – São as seguintes as categorias dos órgãos:

- a) FUNDADORES: Todos que entrarem para a Colônia até 60 (sessenta) dias da Assembléia de Fundação;
- b) BENEMÉRITOS: Autoridades e pessoas que contribuam para as causas da Colônia, ou tenham prestado relevantes serviços à mesma;
- c) CONTRIBUINTES: Todos que contribuam para os cofres da Colônia;
- d) PARTICIPANTES ou COOPERADORES: Todos que não se situam dentro das categorias anteriores, participando efetivamente das reuniões e convocações especiais trabalhando em benefício da Colônia.

§ 1º - Todos os sócios serão identificados por carteiras, títulos especiais ou recibos de contribuições adotados pela Federação (mensal ou anual);

§ 2º - Nas eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal, somente poderão votar e ser votados os Sócios Fundadores ou Contribuintes.

Art. 35 – Os que moram em cidades distantes poderão votar através de procuração, desde que tenham recebido, aliás, recibo de pagamento de sua contribuição para a Colônia, que seja filiado nesta jurisdição.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Art. 36 – A Assembléia não tomará conhecimento de dívida alguma constituída em seu nome que não esteja autorizada pelo Presidente e de conhecimento do Tesoureiro.

Art. 37 – São proibidas discussões de natureza Político-Partidárias ou religiosas durante as reuniões.

Art. 38 – Os sócios que não se portarem convenientemente ou em decorrência de sindicância venham a ser excluídos da Colônia, não terão direito à devolução de suas contribuições.

Art. 39 – A Diretoria baixará normas e regulamentos necessários ao bom funcionamento da Colônia.

Art. 40 – Em caso de dissolução o patrimônio será destinado a instituições registradas CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) ou Entidade Pública.

Art. 41 – Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos para o mesmo cargo por mais de um mandato, desde que obedeçam aos parágrafos 4º e 5º do artigo 12.

Art. 42 – Os casos omissos serão examinados, discutidos e resolvidos pela Diretoria ou pela Assembléia Geral.

Pirapora (MG), 29 de maio de 2004.

Geraldo Reis da Costa – Presidente

ANEXO C - PORTARIA IEF PARA DEFESO – NOVEMBRO 2006

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

PORTARIA Nº 173, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2006.

assim entendidos os trechos em que as águas correm em velocidade superior às de jusante e às de montante;

II - a realização de torneios, campeonatos e gincanas de pesca;

III - a utilização de animais silvestres e de peixes com tamanho inferior ao mínimo, como iscas;

IV - o porte, a guarda e o transporte de aparelhos, petrechos e equipamentos de pesca de uso proibido para o período ou em quantidade superior à permitida para o local ou categoria;

V - o porte, a guarda, o transporte e a comercialização, pelo pescador, de peixes nativos da bacia, sem cabeça ou em forma de postas e filés, exceto o proveniente do cultivo, com prova de origem, sendo admitido o seccionamento, em conformidade com a letra “c” do inciso VII do artigo 14 do Decreto nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004;

VI. – a pesca subaquática;

VII - a realização de qualquer modalidade de pesca com técnicas ou métodos, aparelhos, petrechos ou equipamentos não autorizados nesta Portaria;

VIII - o transporte de pescado e equipamentos de pesca, por via fluvial, nos locais em que a pesca estiver proibida.

Parágrafo único. Será permitido ao pescador profissional ou ao comerciante de pescado manter 01 (um) exemplar de cada espécie, que possua peso total superior a 01 (um) quilograma, seccionados em postas interligadas entre si, podendo seccioná-lo em definitivo no ato da venda ao consumidor.

Art. 3º Manter a proibição de pesca:

I - nas lagoas marginais, para todas as categorias e modalidades, nos termos da Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002. Decreto nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004 e demais legislações vigentes, assim consideradas as coleções hídricas formadas pelo lago ou lagoa principal, e os alagados, alagadiços, banhados, canais de ligação ou poços naturais, situados em áreas inundáveis, que apresentam a comunicação com os rios e os demais ambientes hídricos em caráter permanente ou temporário;

II - em todas as suas modalidades, na Bacia do Rio Pandeiros, afluente da margem esquerda do Rio São Francisco;

III - no Rio Cipó, desde a sua nascente até a sua foz, exceto para pesca de subsistência;

IV - a pesca profissional na Bacia do Rio das Velhas e na Bacia do Rio Paraopeba;

V - a captura de espécies ameaçadas de extinção ou com tamanho inferior ao mínimo permitido.

Art. 4º Permitir a pesca amadora ou de subsistência, embarcada ou desembarcada, nos rios e reservatórios da bacia hidrográfica, nos locais onde não haja proibição legal, observando-se as seguintes condições:

I - portando licença ou autorizado pelo órgão ambiental competente;

II - É proibida a utilização de anzóis de espera, quando o titular da licença não se fizer presente no local da pescaria.

III - a captura, o porte, a guarda nos locais de pesca e o transporte de até 5 (cinco) quilogramas de peixes, mais um exemplar, com tamanho igual ou superior ao mínimo, por dia ou jornada de pesca;

IV - utilizando, no máximo, 05 (cinco) equipamentos de pesca, autorizados para a categoria e previstos no inciso V deste Artigo, sendo vedado o seu uso ou cessão a pescadores não licenciados.

V - utilizando somente linha de mão e anzol simples com uma farpa, vara ou caniço simples, molinete e carretilha, chumbadas e encastol, iscas artificiais e naturais, sendo vedado a prática da técnica da lambada e do corrico. Somente nas iscas artificiais é permitido emprego de anzol tipo garatéia.

Parágrafo único. Entende-se por garatéia, o anzol que possua mais de 01(uma) farpa, denominado também de anzol múltiplo.

Art. 5º Permitir ao pescador profissional:

I - o uso de embarcações de pesca;

II - o uso de tarrafas, nos reservatórios em que não houver mecanismos de transposição de peixes, com malhas de 2 (dois) centímetros e 3 (três) centímetros, medidos entre nós opostos e altura máxima de 2 (dois) metros, para captura de iscas, observado o disposto no artigo 2º desta Portaria;

III - no reservatório de Três Marias, à jusante da barragem, rede simples de emalhar, com malha igual ou superior a 10 (dez) centímetros, medidos entre nós opostos, observado o disposto no artigo 2º desta Portaria e com distância mínima de 150 (cento e cinquenta) metros entre elas, com comprimento que não ultrapasse 1/3 do ambiente aquático;

IV - a pesca embarcada ou desembarcada nos demais rios e reservatórios da bacia, para os quais não haja vedação expressa, utilizando-se linha

de mão com anzol simples, com uma farpa, vara, caniço simples ou molinete e carretilha, iscas artificiais ou naturais. Nas iscas artificiais é permitido o emprego de anzol do tipo garatêa;

V - a captura, o porte, a guarda nos locais de pesca e o transporte de até 5 (cinco) quilogramas de peixes nativos, mais um exemplar, com tamanho igual ou superior ao mínimo, e sem limite de quantidade para as espécies exóticas, alóctones ou híbridas, definidas nesta Portaria, por dia ou jornada de pesca.

§ 1º Entende-se por jornada de pesca, para efeito desta Portaria, o período de tempo superior a 1 (um) dia, a que o pescador se dedicar à sua atividade, sendo vedado a acumulação diária do limite estabelecido, para fins de porte, guarda e transporte do pescado.

§ 2º As infrações de pesca praticadas por pescadores profissionais deverão ser comunicadas à SEAP e ao Ministério do Trabalho, para os fins do art. 4º da Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003.

§ 3º O pescador profissional que realizar ato de pesca em conjunto com pescadores amadores, desportistas ou de subsistência, somente poderá utilizar os petrechos e equipamentos autorizados para a pesca amadora.

Art. 6º As espécies alóctones, exóticas ou híbridas, cujas capturas estão autorizadas e previstas nesta Portaria são a *pirambeca (serrasalmus branditii)*, *piranho (Pygocentrus piraya)*, *caboge ou tamoatá (Hoplosternum sp e Callichthys callichthys)*, *tucunaré (Cichla spp.)*, *tilápias (Oreochromis spp. E Tilapia spp.)* *bagre africano (Clarias spp.)*, *tambaqui (Colossoma macropomum)*, *apaari (Astronotus ocellatus)*, *pescada do piauí ou corvina (Plagioscion squamosissimus)*, *caranha amarela (Piaractus mesopotamicus)*, *caranha preta (Piaractus brachypomus)*, *cacara (Pseudoplatystoma fasciatum)*, *carpas* (todas as espécies) e o híbrido tambacu, utilizando somente os petrechos mencionados nos artigos da Portaria.

Art.7º Fica permitido a pesca, a despesca, o transporte, a comercialização, o beneficiamento, a industrialização e o armazenamento de peixes provenientes de aquicultura e pesque-pague, devidamente registrados no Instituto Estadual de Florestas, em conformidade com a Lei nº 14. 181, de 17 de janeiro de 2002, mediante a apresentação de documentos que comprovem as origens do pescado.

Art. 8º A exceção das espécies citadas no artigo 6º, todo produto da pesca oriundo de outros estados, países ou de locais com período de defeso diferenciado deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a sua

origem, sob pena de apreensão do pescado e dos petrechos, equipamentos e instrumentos utilizados na pesca e à aplicação das demais sanções de que trata a legislação vigente.

Art. 9º Fixar o terceiro dia útil, após a publicação desta Portaria, como data limite para declaração ao IEF, dos estoques de peixe in natura, congelados ou não, provenientes de águas continentais, existentes nos frigoríficos, peixarias, entrepostos, postos de venda, depósitos e câmaras frias, em posse de feirantes, ambulantes, bares, restaurantes, hotéis e similares, conforme modelo anexo.

Art. 10 Ficam excluídas das proibições previstas nesta Portaria, as pescas de caráter científico, de controle ou manejo de espécies, prévia e devidamente autorizadas ou licenciadas pelo IEF ou pelo órgão federal competente.

Art. 11 Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto nº 44.309, de 5 de junho de 2006, pela Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002 e, no que couber o contido na Lei Federal nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 e nas demais regulamentações pertinentes.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, aos 22 de novembro de 2006: 217º da Inconfidência Mineira e 184º da Independência do Brasil.

Humberto Candeias Cavalcanti
Diretor Geral

ANEXO D - ENTREVISTA COM PESCADOR PROFISSIONAL – PIRAPORA JULHO 2005

Com mais ou menos seis anos eu comecei a entrar em um barco pra pescar junto com os meus pais e os meus irmãos. E ali conforme fui aprendendo com meu pai eu comecei a me interessar pela pesca porque não havia outra atividade a não ser a pesca e a roça.

Quando eu alcancei uma idade média de 18 anos aí fui morar em Santos, onde morei 10 anos, trabalhei como zelador de condomínios, mais pescando todos os dias também. Um dia eu sentado lá na ponte em São Vicente, eu comecei a pensar um pouquinho da minha história e aquilo começou a me impressionar. E eu pensava: eu vim pra trabalhar e fico aqui no mar pescando? Aí foi onde eu descobri que a pescaria estava no meu sangue, então não tinha como mudar pra outra função porque mesmo que eu trabalhasse como zelador com um público muito grande, mais a minha vida estava voltada para pescaria, eu senti muita vontade de voltar para o rio São Francisco, onde eu nasci, lá na minha ilha, que se chamava Ilha do Tamanduá. E eu não pude ficar lá em função da barragem de Sobradinho, e a minha família veio então pra Pirapora, então eu vim de Santos pra Pirapora. Em abril de 1976.

Chegando a Pirapora foi onde eu conheci e reconheci toda a minha atividade, que realmente eu não teria outra atividade que não fosse à pesca. E aí eu comecei a pescar pegando muito peixe e já ganhei logo um apelido, pois eu pegava na época quase 720 Kg de dourado por dia, e na época do Surubim chegava a pegar 400 e poucos quilos também por dia. A minha vida foi inteirinha voltada para a pesca. Agora veja bem durante esses anos eu construí uma família tenho duas filhas uma esposa. No meu viver o contato com a pesca, os pescadores, a vontade de conhecer mais a respeito da pesca e suas façanhas, eu fundei uma associação aqui em Pirapora.

Não encontramos êxito, aí eu alterei o estatuto dela para Buritizeiro e o título pra Colônia dos Pescadores do Vale do São Francisco vinte um em Buritizeiro. Aí foi aonde nós começamos agrupar pessoas pescadoras, que a grande maioria com o sangue voltado para a pesca esses é impossível de tirar da colônia porque se demos um emprego pra eles, não adianta porque a vida deles está voltada para a pesca, se tirarem essa atividade dessas pessoas elas morrem muito mais rápido.

Então nós começamos a qualificar e instruir os pescadores. Existem duas categorias diferentes de pescadores tem aqueles que pescam porque precisam trabalhar e outros porque possui na natureza de cada um a pesca dentro de si.

Para estes a pesca já é o meio de sobrevivência, o lazer e o esporte é o prazer é tudo. Veja bem então os pescadores acreditaram, e algum tempo nós viemos trabalhando com o SENSO, o PPA que veio nos trazer grande alegria. O PPA não vai morrer nunca nas nossas vidas porque eu que tenho uma historia longa desde criança pescando eu nunca encontrei uma organização que nos trouxessem tantos conhecimentos.

SOBRE O PPA: PEIXES, PESSOAS E ÁGUAS

O PPA nos encontrou, inclusive eles me procuraram na minha casa eu sou evangélico tenho um trabalho de conselheiro na igreja Batista Missionária, aí foi onde eles me localizaram. E o meu trabalho como conselheiro foi me tirando aquele anseio da pesca não pelo fato de não querer estar no rio, mais é porque eu queria

encontrar algo pra trazer alegria aos pescadores, à família dos pescadores, os filhos as esposas porque até aí todos eles não eram reconhecidos em lugar nenhum. Eles eram tratados às vezes como pessoas ignorantes, arrogantes pessoas sem conhecimento.

Aí o PPA marcou oficinas, encontros. A primeira oficina foi em Três Marias de uma semana e lá foi onde muitos pescadores que não tinham verdadeiros conhecimentos dos seus direitos e nem daquilo que o projeto vinha a trazer. Aí trouxe conhecimentos houve acordos e confrontos, aqueles que se diziam ser ditadores, eles queriam ser sozinhos, únicos. Aí o PPA veio e mudou a história do pescador. O PPA foi quem abriu toda a visão de estrutura de reconhecimento e de conhecimento e divulgação dos direitos do pescador e família do pescador para todas essas colônias de beira-rio Pirapora, Buritizeiro, Três Marias, Ibiaí, Barra do Guaicuí.

O PPA começou em 2003, quando foi agora no fim do ano com o encerramento do PPA já foi fundado pelos pescadores e pelo PPA, um grupo de trabalho da pesca que se chama GT PESCA, e esse grupo está ativo e trabalhando juntos mesmo porque o PPA, ainda continua junto com a gente ainda esse ano. Que pra gente da colônia é uma grande alegria quando o PPA ainda tem mais um ano pra trabalhar conosco.

A VIDA DENTRO DO RIO

LEGISLAÇÃO - Veja bem a legislação que nós estamos com ela já algum tempo ela precisa passar por uma reforma. Mas enquanto essa reforma não acontece. Cada época que a pesca favorece o pescador, eles fecham aquele apetrecho no caso a água limpa é o arpão eles fecharam que é a pescaria de fisga. A tarrafa não existia portaria porque a tarrafa é uma tarrafa e a pessoa faz dela o que quer: joga, arrasta. Aí os pescadores se levantaram até pescador que não tinha conhecimento do que a categoria própria dele tinha valor eles começaram a denunciar porque eles não tinham coragem de pescar porque corria certo risco, aí eles começaram a denunciar. Então fizeram uma portaria dizendo tarrafão que tem umas épocas que se pega mais é o tarrafão e o peixe de qualidade é o surubim só peixe de bitola.

PIRACEMA- APETRECHOS - A piracema essa tem que ser respeitada e todos nós respeitamos e trabalhamos em cima dela, porque ela é que nos dá sustentabilidade da quantidade dos alevinos de repovoamento do rio, pois ele é responsável por tudo isso, e é na Piracema que acontece. Agora o Surubim isso é por época, a tarrafa pega muito surubim eu mesmo gosto de tarrafa, quando estou pescando com tarrafa isso pra mim é o maior prazer quando eu vejo um surubim entrar na tarrafa, aquilo me sacode as mãos e tem surubim que puxa o barco de lado. Então são histórias e eu digo assim não é nem história é verdade, história seria quilo que eu estaria inventando.

E a pescaria de rede que eu cheguei mencionar de chegar pegar mais de 500 Kg de Dourado por dia e só Dourado de bitola e não pegava mais porque o barco não suportava Dourado de 4 quilos acima eu já peguei Dourado até de 26 quilos. e a curimatã e outro peixe que pega também na rede na tarrafa e varia sorte de pescaria. Cada época a gente usa um apetrecho pra ser feliz na pesca porque hoje em dia com o combustível caro se nós não fizermos uma pescaria dentro do padrão daquele apetrecho nós tomamos prejuízo. Se você vai pescar na água limpa com a rede, você não vai pegar nada; porque depois que passou a piracema o peixe dá vazante geral. Se tiver o rio alto e se o rio não encher muito, não vai dar vazante

geral. Aí o peixe vai ser escasso, então cada dia mais a gente têm uma nova dinâmica a apresentar diante da pescaria porque nela você sai na intenção de pagar o peixe, e às vezes não e com facilidade que você toca o peixe, quantas vezes eu passava semana no rio, passava uma semana no rio e vinha a pegar peixe no dia de vim embora, outros dias eu pegava a semana inteira, outros dias eu ficava ate o meio da semana e já tinha que vim embora, pois a caixa não suportava mais peixe.

COMERCIALIZAÇÃO - Ao longo desses anos entregando peixe pra peixaria São Francisco, por muitos anos, e há mais de 20 anos entregando ao hotel canoeiro direto - o surubim e o dourado e realmente foi o meio de sobrevivência na minha vida, quando se fala em emprego pra mim não é que o emprego não seja melhor é porque não adianta eu fazer uma coisa que não vai me despertar a alegria de viver. O meu prazer é estar dento d'agua e cuidar do pescador, da família do pescador e trazer uma colônia com nome dela, não querendo ser melhor que as outras, mas e pra trazer um padrão que cada cidadão que chega ali possa entrar ser bem recebido e querer voltar outra vez.

CONCEPÇÕES DE PESCA SEGUNDO PESCADOR PROFISSIONAL

Em relação ao tempo de pesca desde criança sempre pesquei e nunca parei de pescar. Quando cheguei em 1976 aqui em Pirapora foi aonde eu me entreguei mesmo a pesca e não quis outra coisa. O sangue humano tem uma tendência e essa tendência é para aquilo que formou a natureza, pois foi formada uma natureza genuína de Deus sobre o homem e é difícil entender isso, ele estuda tanto, aprende tanto, e na verdade não sabe de nada.

Eu gosto de referir isso porque eu sou leigo praticamente em estudo eu quase não estudei porque minha vida era pescar durante a noite trabalhar na roça durante o dia, e quando eu despertei tinha chance mais, não tinha tempo, e quando eu construí família eu sai pra pescar e ela ficava confiante que eu chegaria com o peixe, era muito difícil eu perder uma viagem, pois você não ta vendo o peixe, mas tem a noção e sabedoria da natureza junto a Deus. Tem uma coisa muito valiosa que estou esquecendo de falar é a sinceridade, a fidelidade e a validade do homem para com Deus ele o honra ,alguém diz assim: como sair na água não ver o peixe e como saiu bem no local do peixe uma tarrafa tão pequenininha, um anzol que o peixe foi lá onde esta. Veja bem o que é a fidelidade do homem para com Deus ,isso influi muito na vida do ser humano principalmente na pesca, porque a pesca como as pessoas dizem é como um jogo que não sabe se vai ganhar ou perder ,ele já sabe que quando ele ta saindo pra pescar, já ta arriscando a despesa de alimentação, gasolina, material de pesca que é muito caro, mas sem saber que o próprio Deus é que diz confia em mim sem mim nada podeis fazer. Então quando o homem diz ser um excelente pescador eu não preciso de fulano, na minha pessoa não exista isso, pois sou humilde e simples tudo que sei eu aprendi de Deus ele diz faz isso e todo vez que fiz fui muito abençoado.

A CASA - A casa que moro com minha família é humilde, simples, mas foi tudo com dinheiro de peixe. Hoje graças a Deus eu tenho um bom relacionamento com todos os povos, línguas de outros lados passaram por mim; ali na igreja, outros na pesca então têm um excelente relacionamento.

A PESCA - posso afirmar que aqueles que vivem na pesca, que não são do sangue mesmo nativo, é pela falta do emprego, do salário, ele entra no barco pra

pescar com um amigo parente sem saber pegar nem no remo. Amanhã ele já ta aprendendo, já ta mergulhando, já pescando, a necessidade o integrou a pesca.

Ele passa a ter uma formação normal diante da pesca. E o pescador quando esta no sangue dele ele não e predador, o pescador tem zelo, tem cuidado em não pegar o peixe pequeno. São essas as qualidades e outros mais que temos a citar diante desse trabalho porque o homem quando conhece o que deus o manda fazer, ele é respeitado, ele é honrado, ele é abençoado, ele é próximo, ele é tudo.

O PASSADO - Muita coisa mudou porque no passado nós não tínhamos uma legislação tão dura, não tirava liberdade de o pescador pescar e tantas outras coisas que vem acontecendo com o passar do tempo. Antes o peixe era salgado, não existia freezer, deposito de armazenamento de peixe era tudo salgado e isso hoje já não existe, não tem peixe para o consumo normal e porque não tem no rio, não tem muito peixe ele também sabe tem uma esperteza, pois o professor é o próprio pescador ele instrui o peixe, com as malha com outra sorte de pescaria. O que não mudou muito é a natureza, aquilo que eu falei o sangue do pescador, se ela tiver 50 anos no meu caso 56 anos eu me vejo na época que eu pescava com 6,8 anos que eu entrava debaixo do piloto do barco que o meu pai não queria me levar por eu ser pequenininho e meu tio colocava as pernas adiante e me tampava, quando chegava ao meio do barco ele falava: mas esse menino veio, e meu tio falava deixa ele aqui Lembrar isso é fantástico.

TRANSFORMAÇÕES - Muita coisa mudou pelo fato de que quando se constrói uma represa ela vira um mar de água doce, e ali dentro daquela represa aquela paisagem que existia que completava a natureza esta debaixo d'agua. ele não ta complementando, mas ta sendo berçário para esconderijo, da para procriação dos próprios peixes. Veja bem a barra de sobradinho e uma barragem onde tem uma extensão tremenda onde não fica a barragem de sobradinho ate chegar à barragem de Três Marias. Agora o que mudou com isso é o percurso das águas que quando o rio enche principalmente de alguns anos pra cá, com o desmatamento assoreamento dos ribeirinhos, das veredas .Quando a barragem de Três Marias tem necessidade de água, é uma água da nação, mas se alguém quer água ,luz tudo é comprado e o peixe com isso sofreu um impacto e isso veio cair em cima do próprio pescador .Há.uma diferença muito grande porque naquela época o rio enchia na época das águas das chuvas e depois ele secava ficava seco não havia nada que barrasse nem pra cima nem pra baixo era um processo natural . Hoje o peixe ate se adaptar com isso é difícil como o homem se adaptar. Três Marias quando chega o mês de dezembro eles fecham as comportas, não deixam passar quase água nenhuma, só nas turbinas pra gerar a própria energia e as lagoas marginais ficam sofrendo sem o rio entrar dentro e então quando o peixe caruja no rio, que chama o carujo da reprodução; o que acontece é que os alevinos vão procurar berçário que são as lagoas marginais, uma vez o rio não atinge, eles não poderão entrar e ali ficam outros peixes comendo os predadores e os peixes ficam descontrolados, se ele entrar novembro ou dezembro nas lagoas, vem a vazante geral no final da piracema de março e quando costuma dar a maior enchente do rio e eles entram na lagoa porque os alevinos que entraram lá estão esperando a água entrar de novo para retirá-los e os outros peixes do rio estão esperando os alevinos saírem para dar ele arribação de rio acima assim Três Marias fecha. Lá quando da uma chuva forte em algum dos afluentes, eles tem balisa e fecham, a água do córrego passa e depois eles soltam, então não atingiu a normalidade pra cair naquela lagoa pra tirar os alevinos então à perda tem sido grande e no final quem sofre com tudo isso é o pescador por isso que há uma mudança muito grande. se não houvesse hidrelétricas

e houvesse desmatamento ,uma contradição, o desmatamento ia impedir de quando o rio secasse ter água suficiente para os peixes que é outro lado que nos precisamos ver ,porque o rio ta assoreado os afluentes também e se não houver mais chuva de onde é que vem a água,sendo que o lençol freático é tremendo mas por estar assoreado a água esta por baixo e não vem acima pois o nível de assoreamento esta acima do nível da água .Do outro lado a própria barragem que são as hidrelétricas quando chega essa época , igual nos passamos dois anos sem água , a nossa sustentabilidade é a hidrelétrica barragem se não fosse ela nada conseguia funcionar aqui, porque as barragens soltaram água pouca mais soltaram, e forma sustentando um volume de água para que os peixes pudessem continuar seguindo a natureza, mesmo sofrendo os impactos ambientais mais por outro lado forma protegidos pela barragem.

São coisas diferentes que nós temos que observar também que de um outro lado às barragens foi uma grande proteção para a natureza na fase em que estamos vivendo não que elas não tenham alterado 80% da natureza da vegetação, porque onde se forma uma barragem, tudo no local acaba só se vê céu e água.

A natureza ali muda, devemos entender também, que as grandes indústrias, o pólo industrial, os esgotos que existem dentro das cidades, as cidades ribeirinhas que estão alterando o rio, as empresas de reflorestamento sem cuidado nenhum, usa agrotóxico, joga os vasilhames de qualquer jeito, e, além disso, aqueles viveiros de mudas de eucaliptos nas cabeceiras das veredas, eles batem veneno, aí vem à chuva e leva para os córregos que vem matando tudo até chegar ao rio, tudo isso são cuidados que eram necessários para a natureza. E nos colocamos culpa somente nas barragens. Então nós não podemos apontar um indicador, vamos supor: tem uma CEMIG aí, não vamos crucificá-la, porque de um lado se ela é irresponsável do outro é responsável, porque se a vereda não se manterem devido ao assoreamento de água, ela tem um reservatório de água que está mantendo também pra nós. Devemos entender, é porque o ser humano vê alguém no erro, não consegue enxergar ele também nos acertos, só vê o errado.

MISTÉRIOS DO RIO

A natureza ela é completa de um tudo, se observar bem. Se fizermos uma pergunta pra alguém assim: olha o diabo Lúcifer veio de onde? Quem o fez? Eu diria foi Deus. Sei que as pessoas ficariam horrorizadas, como que Deus possa ter feito alguém tão ruim assim. Foi feito só que pela desobediência ele foi lançado para o abismo, mais foi criado. A respeito do Caboclo d'água, muito amigo já presenciou esta cena acontecendo. Um dia aconteceu uma cena comigo, que esta cena foi à única que eu vi, e que até hoje eu ando procurando respostas. Mais eu acredito que o poder de Deus ele pode fazer tudo, às vezes podemos olhar uma formiga e podemos dizer que aquilo é uma outra coisa isso pode ser imaginação mais pode também pode não ser.

Um dia numa noite de lua cheia, lá na cabeça da criminosa uma cachoeira grande que tem lá cima eu pesando mais um amigo, quando eu soltei a rede toda esticada para o outro lado aí nos seguimos descendo o rio no barco e a rede ia para o outro lado do rio, de repente eu vi aquele negócio redondo como uma cabaça uma bóia. Mais eu vi uma coisa esticada sobre aquela bóia e eu não sabia o que era aquilo. Eu disse: engraçado o que é aquilo ali? Ele disse: moço é a bóia. Eu disse: não! Não pode ser! E aquilo abaixava, subia assim perto de nós, o sol tinha acabado de entrar, isso era por volta de 06h30min da noite.

E quando eu comecei a colher a rede ela em vez de estar do mesmo lado que eu soltei, a rede tinha passado para o outro lado, o lado que nós estávamos, ela

inverteu a posição. Quando chegamos ao meio da rede, que estava aproximadamente uns 70 metros, eu vi um nó na rede, e ela não tinha sido lançada ao rio com aquele nó, a minha prática é indiscutível a isso. Quando eu vi aquele nó aquela bóia tinha desaparecido, e eu fiquei procurando onde estava à bóia já vinha do outro lado, só que não era a bóia era um garrafão de cinco litros, ela já vinha arrastando nas galhadas da margem do nosso lado que já tinha invertido. Aí eu não consegui desatar o nó da rede, levei para uma pedra e nós fomos tentar desatar esse nó e cortou a corda da rede e cortou certinha a corda do chumbo, que existe a corda da bóia e a corda do chumbo. Aí foi onde eu pensei existe sim.

A natureza existe sim ela completa de um tudo, às vezes o homem não vê conta história é lenda não é, deixa de ser. Mais eu digo uma coisa diante da natureza e a sabedoria e a genealogia de Deus ninguém duvide nada, tudo existe e tudo foi criado por ele. Eu creio que o que aconteceu comigo no lance da rede, eu afirmo pra você que não era natural de tantos anos de criança pescando. Isso tem faixa de 18 anos atrás e eu nunca mais vi nada. Alguns amigos meus dizem: que antigamente os caboclos d'água pegavam as canoas deles e colocavam no seco. Mais de uns anos pra cá depois da barragem, ninguém falou que viu mais nada disso e nem nada parecido. Existe alguma coisa um mistério que antes viam, e esse povo não era louco, era um povo de uma grande sabedoria da vida, um povo pescador nato que tinham no sangue do barranco do rio, eles pescavam todos os dias. Então tem um mistério aí.

A LUA E AS ÁGUAS - Agora sobre a influencia da lua, que você me perguntou. As pessoas às vezes não entendem o quanto a lua é importante e mexe com toda a natureza e não é só com a natureza das águas não, é com a natureza humana também.

A natureza humana é como a natureza das águas. Ela está totalmente voltada para as fazes da lua, quando ela está nova, crescente, cheia, minguante tudo isso são fases que muda a natureza humana como muda a natureza das águas como muda também na própria natureza das aves das plantas, a lua muda tudo e tudo isso tem uma história.

Quando a lua sai de meia noite em diante ela chama, lua minguante, o peixe começa a andar, o peixe não deita muito. Quando a lua mudou de fase há uns dois dias para lua nova o peixe desaparece, as pessoas podem observar. Na prática resulta certinho, mais quando a lua está crescente o peixe é procurado em região mais profunda até entrar na lua cheia, aí depois da cheia ele vai mudando. E tem também os petrechos que vão mudando de acordo com estas fazes. Igual a água, quando a água está limpa é um tipo de pesca quando a água está suja é outro. O tipo de pesca de água limpa é a pesca de fisga, que é aquela de arpão e amarra o lampião na proa do barco e sai com o motor ligado procurando onde está o peixe. É uma pescaria ótima, excelente, e a pescaria de tarrafa de lance aonde você vai enxergando os curimatãs o rebanho joga e pega. Mais tem a pescaria de rodada que ele é boa para o dourado, estende o sarapó no anzol põe a bóia com um metro e meio da bóia pra isca, e joga e ele vai descendo e o peixe o dourado boca ali e você pega ele. E a outra que é a "João Bobo" que é pra pegar piranha, que amarra nestas garrafas plásticas pet e solta com a isca e vai soltando e você vai pegando as piranhas. São vários modelos de pescaria. Agora o bom mesmo é quando uma equipe ela tem dúvidas sobre pescaria, ela formalizar um passeio que seja um passeio bilateral com pesca, para entender com uma pessoa que saiba conduzir aquilo, não estou dizendo que seja eu, tem muitos pescadores bons, e eu talvez não saiba nada em relação a muitos.

A VIDA DO PRESENTE – O HOJE

Eu não tenho mais o tempo de ir para o rio pescar como eu fazia o tempo inteiro antigamente. Então hoje eu tenho que conciliar as coisas, quando eu estava fazendo o trabalho que lhe falei de conselheiro na igreja, eu não tinha tempo nem durante o dia e nem à noite. Aí chegava os fins de semanas o vice-presidente da colônia que sempre pescou comigo, nós éramos parceiros. Ele em Montes Claros estudando um curso, aí ele vinha no final de semana e nós aproveitávamos a noite uma ou duas noites e íamos. Isso é o que eu chamo de respaldo de Deus em nossas vidas, porque às vezes uma noite só nós conseguíamos por uma semana ou duas de pesca. Então Deus abençoava mais nós trabalhávamos o dobro. Então pra conciliar as duas coisas: o trabalho na igreja e a pesca têm sido muito difíceis, a sobrevivência tem sido disso aí, a minha esposa que sempre pescou comigo, meu primeiro barco aqui em Minas Gerais foi ela quem me ajudou a ganhar nós passávamos 15 a 20 dias pescando no remo com chuva com sol, não tinha privilégio nenhum, mosquitos, um sofrimento acampados sem vir em casa.

Hoje graças a Deus ela hoje está trabalhando tem um contrato, que tem nos ajudado muito, porque a minha vida agora não está mais pra pesca, nem pro trabalho da igreja e sim voltada pra colônia porque é muita coisa pra fazer e muito mais pra fazer ainda do que aquilo que eu estou fazendo. Você pode olhar o estatuto de uma colônia que ela não tem salário, nós estamos lutando pra conseguir, mais não temos. E o que fazemos é por amor, porque aquilo que verdadeiramente é bom pra mim e está sendo bom para os outros tem que ser divulgado, tem que ser ampliado, deve ser discutido, deve ser ensinado. Eu pretendo quando conseguir instalar a colônia na sede dela própria, que é o que eu desejo fazer. Eu também quero tirar um tempo pra mim, pra minha família, pros meus amigos, pra andar isso é importante e eu posso lhe afirmar que eu não tenho lazer. O que eu mais sofro só pra você ver a natureza humana é pelo fato que esse trabalho que eu desenvolvia na igreja eu não desenvolvo somente lá, eu faço em casa, na colônia aonde me solicitam que eu vá eu estou lá, porque é um trabalho de conselheiro são assuntos familiares, financeiros, afetivos de todos os aspectos e Deus me concedeu esse ministério e eu não quero perder. E isso tem um preço, o preço de obediência a Deus. E essa minha vida voltada para Deus eu tento fazer isso também na colônia sempre que começo uma assembléia, nos oramos e pedimos a proteção e a benção de Deus para as nossas vidas o nosso trabalho e respeitando as diversas religiões que ali existem, sendo a maioria espírita. Mais eu sempre digo que sobre os olhos de Deus somos todos iguais e não existem melhores e nem piores.

A COLÔNIA E VIDA DOS PESCADORES COM SEUS DETALHES.

O pescador ainda hoje é livre para vender o peixe onde encontrar o melhor preço no local que quiser. A colônia esta trabalhando no espaço para requerer uma câmara fria e um fabricante de gelo para abastecer esse pescador onde for pescar. Precisamos também de projetos para que possam levar ao pescador o gelo, buscar o peixe, atender a família que fica na cidade, esse é o meu propósito, é o remédio, e algo que a colônia necessite.

O maior benefício a colônia tem levado ao pescador, e porque hoje eles tem o seguro desemprego, que eles pegam um atestado que é concedido que é um código da colônia no ministério do trabalho em Brasília e em Belo Horizonte. Eles preenchem esse atestado, e recebem o seguro desemprego na piracema. Se algum dos pescadores adoecerem o medico da um encaminhamento, nós damos o atestado, preenchemos o formulário, enviamos ao INSS, ele usufrui do INSS se ele tiver a idade normal de aposentadoria que é 50 anos para a mulher e 55 para o

homem, que prevalece entre 55 e 60 anos ele tem o mesmo atestado e formulário da colônia e junto ao INSS ele aposenta.

Esses benefícios são de direito deles, não é necessário pagar por um atestado, pois já cada paga um já paga uma taxa anual que é era de R\$50 reais que por causa da Federação foi obrigado a passar para R\$85 reais, e com isso descobri que o nosso dinheiro é para nos mesmos.

Junto ao Banco do Nordeste, Banco do Brasil nos estamos com vários financiamentos de investimentos, só com o Banco do Brasil fizemos cinquenta e dois PRONAF, para investimento motor de barco, material de pesca, linha anzol caixa de gelo, freezer, com tudo isso os pescadores estão contemplados.

A colônia vai ao banco negocia junto a ele, vai a EMATER faz a petição, faz o projeto, leva ao Banco e ele autoriza. A loja que ganhou a licitação pediu os motores entregamos tudo na presença do Banco, tudo transparente. O pagamento é feito junto a essa organização, tudo documentado são essas coisas que tem trago para nós benefícios, dentre essas têm outras que estamos requerendo junto aos órgãos competentes para trazer a melhoria de vida para os pescadores e as pescadoras, que nos já estamos com quase 30% de mulheres institucionalizadas na pesca e elas tem sido bem vindas.

MULHERES PESCADORAS

Aqui em Minas Gerais não tem muito tempo que as mulheres estão pescando, mais na Bahia onde eu morava, as mulheres entravam duas dentro dos barcos e era a vela e a remo, não era motor não. E elas sumiam e chegavam só no outro dia. Pegavam mais peixes do que os homens. Isso hoje está sendo ampliado no estado de Minas Gerais que muita gente começou achar estranho. Começaram a denunciar, aquela coisa toda. Nós temos que observar uma coisa o direito de sobrevivência é pra todos nós, e eu encontrei muitas barreiras e dificuldades quando eu fiz colocações sobre as mulheres até pra pessoas de entidades assim como eu e dizer a respeito da mulher: Você não é filho de mulher porque eu sou. E a mulher merece honra. A mulher foi concedida por Deus, ele não criou o homem sozinho. A mulher tem que ser reconhecida e ter seus privilégios porque ela sofre mesmo pelo parto de ganhar os seus filhos, sofre o dia a dia de casa, o marido chega com o peixe ela tem que cuidar, umas vendem, outras tratam, ela tem o mesmo direito que o próprio pescador tem de ter sua carteira. Muitas vezes a mulher é reconhecida pelo marido só da porta da cozinha pra trás como eu convivi com muitas pessoas dessa forma. Eu não sei o que seria de mim se não fosse minha esposa, que é secretária da colônia e carrega nas costas a colônia junto comigo.

O projeto PPA eu quero voltar nele um pouquinho que esqueci de falar se ele fosse formalizado só por homens não teria chegado o consenso que nós chegamos. Mais foram as mulheres com o jeito de ser delas o jeito caseiro que formalizaram aqueles homens machões, que só eles poderiam falar, elas fizeram a estrutura básica e depois disseram: Agora vocês escolhem. E aí não tivemos opções e tivemos que escolher.

As mulheres elas são corajosas elas vão sozinhas ou já estão sozinhas no local de pesca, às vezes o marido pescador, ele sai pra fazer alguma coisa como cuidar de uma rede, ou fazer até um bico. Ela é uma mulher que vai pegar a isca pra hora que o marido chegar eles fazerem juntos os anzóis. Ela vai cuidar da janta, cuidar dos filhos, da horta, do barco, da rede, às vezes está tecendo uma rede, fazendo uma tarrafa. Então a mulher ela está em todos os processos. O homem as vezes escolhe uma coisa pra fazer e a mulher, se você observar os detalhes ela está em tudo. O homem tem aquele padrão de dizer assim: Eu trago e coloco tudo na

porta você coloca pra dentro. E o que acontece dentro é tudo. Então essas mulheres elas saem pra pescar, elas pescam no local, cuidam do peixe, armam o anzol.

Agora na questão de região, nós temos na região do Paracatu mulheres, Cahoeira da Manteiga várias mulheres na pesca, o Sambaíba mulheres também na pesca. Ilha Grande, Fazenda da limeira, Ilha Rasa, Calmom, essa região toda eu tenho mulheres na pesca e mulheres que pescam e você olha e diz: Não acredito. Elas fazem o que muitos homens não fazem na pescaria, é uma pesca louca. E são mulheres pra tudo. Se fosse pra dar notas pras mulheres eu aumentaria as notas das mulheres e diminuiria a dos homens. (risadas)

A mulher é a leoa que fala mais alto e fala no tempo certo, sou filho de mulher tenho mulher, amo mulher e cuido de muitas mulheres, tenho o maior cuidado, o maior carinho, o maior respeito por mulheres que são vocês.

LOCALIDADES ONDE EXISTEM PESCADORES EM BURITIZEIRO

Tenho vários pescadores na margem do Rio do Sono, do São Francisco até São Romão, Três Marias, Paredão de Minas, Sambaíba, Cachoeira da Prata, Paraopeba, Barra do Guaicuí, Cachoeira da Manteiga, Remanso do Fogo, Santa Fé, tenho pescadores de varias localidades, então é muito difícil conseguir reunir todos.

ANEXO E - OFICINA GT PESCA EM PIRAPORA 2005

Coordenadora: Desde o ano passado a gente está desenvolvendo um projeto aqui chamado “Peixes Pessoas e Água” algumas eu sei que participaram já em atividades do projeto. Que é um projeto que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento da pesca artesanal do rio São Francisco da pesca profissional e ajudar tanto o desenvolvimento comunitário as famílias terem alternativas de renda tal, como também ajudar na conservação dos recursos do peixe aí do rio. Só que a gente está enfrentando uma série de problemas, começamos o ano passado com o projeto e não tínhamos ainda a mortandades de peixes, a mortandade começou esse ano, e o projeto começou a investir em pesquisas. Teve uma reunião em Três Marias foram representantes de todas as colônias do São Francisco pra lá. Nós ouvimos um monte de explicações, dizendo que as coisas não estão ainda concluídas. A empresa fez várias defesas de que ela não pode ser considerada a grande culpada mais já tem dados que a VM de Três Marias contaminou a água e sedimento da região próxima a barragem. Aí está tendo um processo que a ANA - Agência Nacional de Água feita em cima da empresa tem da promotoria pública de Minas Gerais com o termo de ajustes de conduta, mais as investigações permanecem, agora vai começar uma de saúde humana, as pesquisas indicam que algumas famílias vão ser pesquisadas que moram em frente à empresa pra ver se já existe contaminação de zinco ou iodo, contaminação de metais pesados nas pessoas também. Então enfim estamos conseguindo cercar a empresa e trabalhar outros problemas também não só a questão da mortandade de peixes. A gente fez várias reuniões nas seis comunidades que trabalhamos que é Três Marias, Beira Rio que é de São Gonçalo do Abaeté, aqui em Pirapora, Buritizeiro, Barra do Guaiçuí lá por Várzea da Palma e em Ibiaí. Fizemos reuniões pra discutir desenvolvimento comunitário desenvolver projetos que pudessem estar apoiando principalmente o comercio do pescado da região. O pessoal lá da Barra do Guaiçuí foi o primeiro dos projetos em desenvolvimento comunitário que já conseguiram estabelecer uma feira do peixe lá. Todo domingo. Ou tá só na propaganda ainda?

Pescador: Nós fomos designados uma turma de nove pessoas para a organização da feira, porém desses nove só dois trabalharam. Os outros correram do pau. Eu falei que não ia deixar a peteca cair corri atrás e Graças a Deus a nossa feira está em pleno funcionamento. De seis horas da manhã até meio dia está funcionando.

Coordenadora: Então todo domingo acontece essa feira lá na Barra, Buritizeiro também fez essa opção desse projeto, o pessoal de Ibiaí fez a opção por um projeto de peixe também, com a questão da seca fizeram a curvina seca. E o pessoal aqui de Pirapora tinha discutido de revitalizar o bairro Nossa Senhora Aparecida. Enfim estamos trabalhando com uma série de atividades. E uma delas que ainda não falei mais que a gente tem feito várias atividades é uma que chama Gestão Participativa da Pesca. Os problemas que a gente vê aqui a comunidade sempre reclama é que as portarias são decididas lá em Belo Horizonte não consultam os coloniados, com a polícia existe desentendimentos, interpretação da lei, aí fica o pessoal que interpreta a lei de um jeito e a policia de outro jeito. Lá em Três Marias também é de um jeito, enfim então há um conflito aí pela forma como a fiscalização age. Em cima desses problemas fomos desenvolvendo varias atividades, de primeiro o senso comunitário, onde conversamos com o pessoal da

Barra também. Onde identificamos como que as comunidades se organizam? Quais são os tipos de festas que tem? Quais são os principais problemas de educação, saúde? Fomos listando os principais problemas, depois fizemos o SENSÓ Domiciliar. Muitas famílias tiveram as casas visitadas por estudantes, perguntando: Quanto que rende a pesca? Como que é a casa é troca ou não é? O que é que está mais saindo? Pra fazer um perfil dos pescadores da região. Depois a gente fez uma oficina de organização das colônias que foi formado um grupo de 30 líderes, todos os líderes que já eram líderes e mais outros pra estar apoiando a organização da colônia, muita gente que está aqui desse ladinho participaram da oficina que foi em Três Marias. Depois nós fizemos o Fórum Regional da Pesca em Três Marias que foi delegado de todas as colônias pra lá. Decidiram muita coisa mais pouca coisa saiu do papel, o que a gente conseguiu de lá pra cá foi à unificação do IBAMA E IEF, que elas não são um documento só, mais falam a mesma linguagem do mesmo período. Conseguimos lá pra Três Marias uma discussão que estava tendo sobre o cabo de limite lá da CEMIG. Enfim ficou muita coisa pra ser resolvida ainda e nós ficamos apertando IBAMA E IEF, muita dificuldade em discutir com o Estado essa coisa da Gestão Participativa porque pega muito do lado deles. É assim pras colônias eles já tem a vontade de decidir junto e o Estado não tem muita vontade de decidir junto porque dá trabalho, porque tem que visitar as colônias tem que discutir com as colônias a legislação. Então o que nós conseguimos mais foi trabalhar com as colônias: aí depois duas oficinas de repórteres comunitários, onde tem pessoal da comunidade aqui em Pirapora, Buritizeiro, Barra e Ibiaí que faz reportagens que mandam reportagens que mandam pros rádios, rádios escolares com o que está acontecendo na pesca, sobre a mortandade de peixes, ou então faz a divulgação de festas. Fizemos uma outra oficina de liderança que foi a de interlocução que essa coisa que é: como ir falar com os representantes do estado IBAMA, IEF, entender qual a função de cada um desses órgãos e saber como se proceder quando for até eles. Levar as coisas tudo por escrito, com protocolos. Pra depois eles não questionaram: vocês não vieram aqui. E vocês terem como se defender, viemos sim tá aqui tudo protocolado vocês até assinaram. Enfim varias dicas que a gente foi trabalhando pras colônias poderem se representar melhor. Infelizmente esse projeto esse financiamento que a gente tem com a Gestão Participativa vai acabar no fim desse ano. Mais tem muita coisa pra se fazer ainda. E a gente andou fazendo avaliação do projeto e o pessoal muitos de vocês tem reclamado que as capacitações beneficiaram só uma parte das pessoas, que o grupo que foi capacitado não conseguiu repassar o conhecimento para o resto da colônia. Então precisa ainda ter um incentivo pra estas pessoas que já aprenderam pra elas começarem a passar isso para o resto do pessoal e também ter outros cursos para incorporar outras pessoas que ainda não fizeram. Bom eu estou fazendo a divulgação hoje da ultima oficina que vai ser essa oficina que a gente tá chamando de Grupo de Trabalho da Pesca. Então a gente está fazendo uma negociação à universidade mais o pessoal lá da Amazônia que trabalha há muito tempo com esta questão participativa. Lá o IBAMA implementa isso, foi lá que isso começou lá na Amazônia. Uma coisa que a gente quer fazer neste grupo de trabalho é estar discutindo com todo mundo, com todos os representantes que decidem sobre a pesca, como que essa gestão participativa poderia de fato acontecer em Minas Gerais. O que vocês entendem por gestão participativa?

Pescador: tipo assim, decidir o que está certo o que está errado todos juntos.

Coordenadora: Exatamente é decidir juntos isso é participar tomar as decisões juntas. Então nosso objetivo é começar essa questão participativa no rio

São Francisco mesmo se o IBAMA E O IEF toparem e começar a desenvolver isso vai ser uma coisa para todas as bacias não vai ser somente para as colônias não. Mais o começo vai ser aqui, a gente vai estar ensinando o resto do Estado se isso der certo claro, para que assim seja agora a questão dessa gestão da pesca. Durante o Grupo de Trabalho a gente vai estar discutindo o que é a gestão participativa? Pra convencer o Estado que é uma boa, vai vir dois caras que já fazem isso pelo IBAMA, um de Brasília, outro Mato Grosso, que lá é uma casca grossa o Mato Grosso tem extrativismo de madeira ilegal tem vários pepinos e lá eles conseguem colocar a comunidade pra ajudar e pra decidir juntos como que tem que ser o manejo da floresta, do rio e além disso vai estar todos esses órgãos todas as colônias e como a gente vai trabalhar. Vamos discutir como seria esta gestão participativa depois como esse grupo de trabalho funcionaria, quantos seriam os representantes, quantas vezes por ano eles se encontrariam, quanto de dinheiro a gente precisaria para estar disponibilizando essas reuniões arcando com gastos com o pessoal de fora que estaria vindo pra cá. Discutir essas coisas técnicas, como que o GTPESCA poderia realmente funcionar. Seria o encontro periódico uma a duas vezes por mês os representantes das colônias mais o pessoal do Estado para estar discutindo os problemas relacionados à pesca. Questões como a Barra, por exemplo, de não ter onde aportar porque não tem porto, como discutir com os fazendeiros essas questões dos acampamentos, os fazendeiros vão lá botam a arma na cara dos pescadores os mandam irem embora. Toda essa coisa que vocês discutem aí na beira do rio, vão discutir junto com o IEF e o IBAMA, para estarmos fazendo então um acordo e decidir que tantos meses estarão usando tal tarrafa, tal malha, para gente anotar os dados de produção pra ver se a gente pode diminuir o tamanho da malha esse tipo de debate. Só que pra isso acontecer a gente precisa estar se reunindo. O grupo de trabalho vai ser pra discutir como a gente vai se reunir? quantas vezes? Enfim criar esta estrutura para a partir do ano que vem a gente começar a trabalhar e talvez sair portarias mais detalhadas, não é só mais piracema e durante tanto tempo tal malha vai ser liberada pra ver o tanto que vai render aí a pesca. Vamos tentar fazer uma avaliação do estoque pra ver o quanto cada pescador está produzindo, produzir umas fichas para que os pescadores possam, preencher que fossem fáceis para eles. E tem muitas questões que não sabemos ainda sobre a pesca, nós temos várias impressões, o Estado tem as impressões dele, mais a gente ainda não conseguiu juntar todas estas informações, e falar olham a pesca do São Francisco ela produz tanto por ano, cada pescador pesca tanto, o peixe está saindo mais é aqui, então a gente pode começar a trabalhar com a pesca desse jeito para melhorar a produção de peixes para garantir o sustento das famílias dos pescadores.

Pescador: Nós pescadores somos proibidos de passar perto de uma fazenda. O que você falou é que nós temos que procurar nossos direitos. Nós não temos um porto certo para nossa embarcação. O IBAMA quando pega o nosso barco ele é quebrado, a nossa tarrafa é queimada, então nós temos que reivindicar os nossos direitos. Apreender tudo bem. Mais se eu tiver legalizado eu posso pagar minha multa ir lá e pegar o meu material. Outra coisa que poderíamos lutar aí por direito nosso, a margem do rio, se cada pescador aqui tivesse as condições de ter um pedaço de terra pra plantar e usufruir daquela terra ali, seria muito melhor cada um usufruiria da sua margem, cada um iria tratar do seu interesse, o pedaço que nós ficamos acampados.

Pescador: Antes dele falar isso aí cada um desses pescadores já fazem isso cada beira de rio já tem seu pé de caju, seu pé de manga.

Pescador: Sobre a questão desse material que é preso, por exemplo, barco é preso, tarrafa queima estraga todo nosso material. Queria ver uma possibilidade junto ao IBAMA ao IEF, se tem como a gente arrematar esse material que é preso pra não queimar, não estragar porque se não o material da gente vai ser todo destruído.

Coordenadora: Vocês estão falando sobre uma coisa que eu já ouvir mil vezes que é essa questão do material apreendido, e é uma das coisas que o GTPESCA deveria já estar tratando, eu já ouvi da policia militar eu vou te explicar o que eu ouvi, que hoje pela legislação que é essa parte de sansão quem fica é com a polícia militar pelas penalidades e tal. Nós vamos levar a legislação no grupo de trabalho da pesca pra gente está olhando se o que os órgãos estão falando é verdade ou não.

Pescadora: as formas também como eles nos tratam, eles não nos dão bom dia, boa tarde vai falando com a gente no cabo do revolver. Ali em frente ao São Sebastião o hospital, eles pararam jogaram o carro em cima da bicicleta da gente fez a gente abrir o saco de peixe, jogou o nosso peixe todo lá no asfalto tirou os peixes e deixou os maiores. Quando foi a tarde eles estavam vendendo os peixes lá no posto Eucalipto e eles falaram pra gente que iriam dar para o asilo. E foram os mesmos que tomaram os peixes da gente. Então a gente tem os direitos que são, como que eles podem tomar o peixe da gente e vender o peixe da gente se eles já ganham pelo trabalho deles. Eu achei uma falta de respeito à gente vindo da roça no sol quente jogar o nosso peixe no asfalto.

Coordenadora: O GTPESCA não vai conseguir discutir todos esses problemas no dia 25, o mais importante e estarmos nos organizando pra nos encontrarmos periodicamente pra está falando sobre essas coisas. Porque pensa é difícil mudar nossa cabeça, nós vamos ficando cada vez mais adultos nós vamos ficando mais teimosos, a mesma coisa é a cabeça de todo mundo então nós vamos ter que ir convivendo junto desenvolvendo um trabalho juntos pra ir ganhando confiança pra ir construindo essa gestão participativa.

Pescador: a portaria ela é feita pra todo o estado? Porque lá em Paracatu se você colocar o anzol lá eles cortam? Ano passado foi liberado o anzol lá e eles cortaram tudo quanto foi anzol.

Coordenadora: Mais é que a policia entendeu de um jeito diferente porque eles colocaram linha anzol, e aí pra uns todos os linhas e anzóis valiam, anzol de galho, pinda e tal pra outros só ninhada só na mão aí deu uma confusão, porque um falava que era de um jeito outro falava que era de outro. A gente podia ler como é que está na portaria. Eu queria conversar um pouco com vocês sobre o papel da colônia, e o que o Presidente vai estar apresentando lá no dia do GTPESCA no dia 23. O que é o papel da colônia pra vocês? Podia começar assim quando que a colônia de Pirapora foi fundada? Em 1968 é a primeira colônia em Minas. E qual que é o papel da colônia? Ser parceira dos pescadores e vice-versa colônia com pescadores e pescadores com colônias. O que mais vocês acham que é o papel da colônia?

ANEXO F - OFICINA GT PESCA – BURITIZEIRO 2005

Coordenadora: Eu queria que vocês tentassem relembrar um pouquinho nas oficinas de 2004 pra cá. Porque também até a metade do projeto a colônia de Buritizeiro não existia ainda, era uma associação de pescadores de Pirapora que estavam representados também pela colônia de Pirapora. Ao longo do tempo a associação passou a ser colônia aqui em Buritizeiro da mesma forma que foi acontecendo lá em Ibiaí e o grupo foi aumentando aos pouquinhos. É bom mesmo que vá aumentando porque a idéia nossa durante estivermos aqui queremos escrever outra proposta para oferecer mais oficinas porque esse projeto de gestão participativa da pesca é o projeto que a gente de um projeto menor dentro do Projeto Peixes Pessoas e Água ele vai acabar e praticamente ele acaba agora. Então a gente queria fazer uma outra proposta pra você se a gente consegue mais recursos pra gente aumentar mais ainda a responsabilidade do IEF do IBAMA, da Secretaria do Estado do Meio Ambiente do estado de Minas Gerais do Ministério Meio Ambiente para estarem financiando as atividades para estarem se comprometendo mais com essa questão de capacitação das colônias da pesca e isso favorece o rio favorece as comunidades e favorece o estado também. Então começamos o ano passado primeiro com um SENSO comunitário lá na colônia de Pirapora pra levantar as características da região e depois fizemos uma oficina de capacitação de lideranças que foram representantes das seis comunidades aqui da região. Pescadores sendo capacitados para liderança. Aí a gente fez o fórum regional da pesca depois duas oficinas de repórteres comunitários uma o ano passado e outra esse ano. Fizemos duas avaliações sobre o projeto, fizemos também esse ano outra oficina de capacitação de lideranças que foi de interlocução, preparamos as lideranças para estar falando ou com o ministério do trabalho, com o IBAMA, com o estado para reivindicar algum direito, qual a importância de se ter um documento para depois não ouvir aquela ladainha de que não recebemos nada e tal. Organizar melhor as colônias pra estar sabendo melhor se representar e melhor se informar para garantir seus direitos e deveres. De atividades de capacitação foi mais ou menos isso que aconteceu fizemos algumas visitas ao longo do tempo algumas reuniõezinhas menores, as grandes oficinas foram em torno de oito. A gestão participativa que é essa oficina que iremos fazer agora em novembro é nada mais nada menos que decidir juntos com o IBAMA E IEF, SEAP, todos os órgãos que são responsáveis pela pesca como que deve ser a legislação do São Francisco? Como que deve ser as portarias e as discussões relativas? E como deveria ser a fiscalização. Porque aí comunidades de acordo com a legislação ela cumpre melhor ela mesma se interessa em fiscalizar, ela flui melhor, ela obedece melhor e aí diminui os conflitos de policiamento com os pescadores diminui agressividade essa violência que existe nesses conflitos porque a policia acha que pescador é bandido e trata assim muito ofensivamente, muito violentamente. Ajuda melhorar essa discussão entre IEF e IBAMA que vivem brigando pra decidir quem cuida da pesca no São Francisco e ajuda a gente nós pescadores a discutir com todos os órgãos sobre a percepção do que é preciso fazer para melhorar a pesca e garantir que o peixe consiga produzir continue aí no rio para as futuras gerações também.

Pescador: Tem um problema muito sério que são as lagoas que estão secando principalmente as lagoas marginais. Tem uma lei agora que o IBAMA não deixa mais tirar o peixe dessas lagoas. Então isso é um problema muito sério eles

preferem que os peixes morram lá para os pássaros comer. Várias lagoas secando aí e a gente não pode salvar os peixes, isso é um absurdo.

Coordenadora: essa é uma das discussões do GTPESCA, mais vocês entendem o que é gestão participativa, o que é gerir participativamente os recursos pesqueiros. O senhor pode explicar com as suas palavras o que é gestão participativa.

Pescador: eu entendo de tudo que nós aprendemos e eu já passei para todos, é aquilo que aconteceu nas colônias e nós nunca tivemos o privilegio de receber este presente. Em nossa opinião gestão participativa é que todos tenham os mesmos interesses coletivos em relação a pesca, ao rio, aos pescadores, como cuidar do rio pra que ele continue a nós dar o nosso pão de cada dia, o nosso peixe.

**ANEXO G - GTPESCA - GRUPO DE TRABALHO DA PESCA NA
BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO EM MINAS GERAIS
PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DISCUTIDA EM PLENÁRIA
PARA VOTAÇÃO FINAL FEVEREIRO 2006**

R E G I M E N T O

Capítulo I

**DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E
PRAZO DE DURAÇÃO**

Art. 1º - O Grupo de Trabalho da Pesca Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais, também denominado GTPesca, é um Grupo de Trabalho multi-institucional, sem fins econômicos, de caráter técnico, social, que atua nas questões sócio-econômica, política, ambiental, com ênfase na pesca profissional artesanal, com prazo de duração indeterminado e número de membros ilimitado.

Art. 2º – As Assembléias Gerais do GTPESCA serão realizadas prioritariamente num dos municípios na sua área de atuação.

Art. 3º - Constituem-se objetivos do Grupo:

I - Apreciar, opinar e elaborar propostas que representem os interesses dos membros;

II - Contribuir para a gestão participativa dos recursos pesqueiros;

III - Contribuir para a articulação das instituições atuantes na região;

IV - Contribuir para a proteção dos recursos naturais, com foco na sustentabilidade dos recursos pesqueiros;

V - Propor critérios e estratégias para subsidiar a formulação de políticas públicas de interesse dos pescadores profissionais artesanais;

Art. 4º - Para a consecução dos seus objetivos o GTPESCA:

I – Apoiará as Colônias de Pescadores do São Francisco em Minas Gerais, a FEPESCA e outras organizações na busca de interesses comuns;

II – Estimulará a ação dos Repórteres Comunitários e outros grupos comunitários;

III – Promoverá esforços para realização de monitoramento e controle ambiental;

IV - Realizará eventos para divulgação de informações e discussão pública de propostas de interesse local e regional;

V – Promoverá a emissão de parecer técnico nas questões ambientais de interesse do GTPESCA;

VI – Buscará contribuir na resolução de conflitos no uso dos recursos naturais que tenham interferência na atividade pesqueira;

VII - Implementará um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do GTPESCA, semestralmente;

Capítulo II DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O GTPESCA será composto por instituições governamentais e não governamentais com trabalhos na sua área de atuação na forma do presente regimento.

Art. 6º: São membros fundadores, sem qualquer privilégio em relação aos demais, ressalvado o artigo 7º: 131

I – Colônia de Pescadores Z-1;

II – Colônia de Pescadores Z-5;

III – Colônia de Pescadores Z-11;

IV – Colônia de Pescadores Z-20;

V – Colônia de Pescadores Z-21;

VI – Federação dos Pescadores do Estado de Minas Gerais – FEPESCA;

VII – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

VIII – Secretaria do Patrimônio da União – SPU;

IX – Instituto Estadual de Florestas – IEF;

X – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar;

XI – World Fisheries Trust – WFT

XII – Polícia Militar de Minas Gerais PMMG - Ambiental

XIII - Unimontes

Art. 7º - A inclusão de uma Instituição que não seja membro fundador no GTPESCA se dará da seguinte forma:

I – A instituição proponente encaminha à Coordenação do GTPESCA pedido formal de integrar o GTPESCA ou manifesta seu interesse após ser convidada por uma instituição membro;

II – A Coordenação encaminha à instituição proponente ou interessada uma cópia do Regimento e do Termo de Qualificação (Anexo 01);

III – A Assembléia Geral analisa a solicitação e vota, conforme o Regimento, sendo a aprovação obtida por maioria simples;

IV - A Coordenação encaminha à Instituição proponente ou interessada comunicação formal contendo sua deliberação V - No caso de aprovação acompanhará o documento do item anterior o Termo de Adesão (Anexo 02);

VI – A Instituição aprovada encaminha à Coordenação do GTPESCA o Termo de Adesão preenchida e assinada juntamente com ofício indicando seus representantes titular(es) e suplente(s);

VII – A Instituição aprovada passará a ser membro na Assembléia Geral subsequente ao recebimento do Termo de Adesão pela Coordenação em que se fizer presente seu(s) representante(s).

Parágrafo único – Será condicionante para tornar-se membro do GTPESCA que a Instituição tenha sede, representação ou desenvolva ações na área de atuação do GTPESCA.

Art. 8º - Somente poderá ser desligada do GTPESCA a Instituição que:

I – Manifeste formalmente à Coordenação esta intenção;

II – Seja dissolvida;

III – Desqualifique publicamente o GTPESCA;

IV – Tenha sido indicada, por um membro do GTPESCA para ser desligado mediante solicitação formal dirigida à Coordenação do GTPesca.

V – Tenha registro de ausência de seus representantes em três Assembléias Gerais consecutivas sem justificativa e que, mesmo depois de comunicada formalmente pela Coordenação, não se faça representar nem apresente justificativa no período até a segunda Assembléia Geral subsequente.

Parágrafo único – Com exceção do previsto nos incisos I e II deste artigo, a destituição de membro somente ocorrerá após decisão por maioria simples em Assembléia Geral, cujo assunto conste na pauta encaminhada previamente a todos os membros.

Art. 9º - Cada membro indicará representantes titulares e suplentes de forma que efetuada a soma de todos os representantes obtenha-se no mínimo 50% mais um de representantes de entidades representativas de pescadores profissionais artesanais.

Parágrafo primeiro – As instituições que não representam os pescadores profissionais artesanais somente indicarão um representante titular e um suplente.

Parágrafo segundo – As instituições representantes dos pescadores profissionais artesanais indicarão tantos representantes titulares e suplentes quanto for necessário para assegurar o previsto no caput deste artigo.

Art. 10 - A função de membro no GTPESCA não será remunerada.

Capítulo III DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art. 11 - O GTPESCA será composto pelas seguintes estruturas:

I - Assembléia Geral;

II – Coordenação;

III – Câmaras técnicas.

Art. 12 - A Assembléia Geral, reunião dos representantes das instituições membro, é a única instância deliberativa do GTPESCA.

Art. 13 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses ou extraordinariamente a qualquer tempo, desde que convocada por 1/5 das instituições membro.

I – A convocação da Assembléia Geral será realizada com antecedência mínima de quinze dias, devendo ser acompanhada obrigatoriamente da pauta, data, local e horário de primeira chamada.

II – O quorum para realização da Assembléia Geral será de 2/3 dos representantes das instituições membros em primeira chamada e 1/3 dos representantes das instituições membros em segunda chamada trinta minutos após a primeira.

III – As decisões da Assembléia Geral serão por maioria simples dos representantes das instituições membros, através de voto secreto, salvo se a assembléia dispuser ao contrário.

Parágrafo primeiro – O representante suplente sempre terá direito à voz, porém o voto somente nas reuniões cujo titular se ausente.

Parágrafo segundo – As reuniões da Assembléia Geral serão públicas, podendo ser franqueada a palavra a qualquer presente desde que previamente autorizado.

Parágrafo segundo - As reuniões da Assembléia Geral serão públicas sendo franqueada a palavra a qualquer presente.

Parágrafo segundo – Qualquer instituição não membro ou pessoa não representante de instituição membro somente participará se convidada pela Coordenação, sendo garantido direito à voz.

Art. 14 - A Coordenação ficará assim composta:

- I – Coordenador (a);
- II – Secretário (a);
- III - Assistente geral.

Art. 15 - A Coordenação será eleita em assembléia especificamente convocada para este fim, através de voto secreto, podendo votar e ser votado qualquer representante das Instituições membro, cujo mandato é de um ano, com direito a uma única recondução.

Art. 16 – A votação será realizada nominalmente para cada uma das funções perante candidatura.

Parágrafo Único – O regulamento específico será elaborado por comissão eleitoral instituída em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 17 - Compete ao Coordenador:

- I - convocar e presidir as assembléias/reuniões;
- II - assinar documentos;
- III - coordenar a execução das atividades.

Art. 18 - Compete ao Secretário:

- I - elaborar e encaminhar documentos;
- II - redigir atas;
- III - organizar, arquivar e manter sob sua guarda os documentos.

Art. 19 - Compete ao Assistente Geral:

- I - fazer planejamento orçamentário das ações do Grupo;
- II - apoiar nos trabalhos da coordenação.

Capítulo IV

DAS RECEITAS, DESPESAS E PATRIMÔNIO

Art. 19 – A participação dos representantes das instituições membro serão custeadas preferencialmente pelas respectivas instituições membro.

Art. 20 - A elaboração de propostas para apoio financeiro ao GTPESCA serão condicionadas à prévia aprovação da Assembléia Geral.

Art. 21 - O patrimônio adquirido por uma das Instituições membro em nome do GTPESCA deverá ter seu uso prioritário às atividades do Grupo, permitindo cessão de uso conforme disposição estatutária.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - Deverá o presente regimento acompanhar a legislação vigente pertinente, sendo o mesmo alterado quando indispensável em virtude de lei.

Art. 23 - As dúvidas e controvérsias na interpretação deste regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Assembléia Geral.

Art. 24 - O GTPESCA dissolver-se-á quando aprovado por 2/3 das instituições membro, em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 25 - Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Pirapora, 25 de novembro de 2005.

**GTPESCA - GRUPO DE TRABALHO DA PESCA DO VALE
DO RIO SÃO FRANCISCO**

(ANEXO 01)
TERMO DE QUALIFICAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Endereço:

Data de fundação: ____/____/____ Ato Constitutivo: _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual nº. _____

Representante Legal:

ÁREA DE ATUAÇÃO

Técnica:

Geográfica:

EQUIPE TÉCNICA POR ÁREA

RESPONDA

- A Instituição participa ou participou de projetos com recebimento de recursos nacionais ou internacionais. Sim ou Não? Quais?
- Por que sua instituição deseja fazer parte do GTPesca?
- Tem disponibilidade de técnicos para acompanhar as atividades do Grupo?

SUAS OBSERVAÇÕES

ANEXO H – REPORTAGEM JORNAL HOJE EM DIA MAIO DE 2006

Pescadores entram com ação contra poluição do São Francisco

PIRAPORA - Os pescadores que atuam no Rio São Francisco, no Norte de Minas, vão impetrar ação de indenização por danos materiais e morais contra a Companhia Mineira de Metais, do Grupo Votorantim, localizada na cidade de Três Marias. Eles acusam a empresa de ser a responsável pela mortandade de peixes no rio desde outubro de 2004. A indenização pedida é de R\$ 10 mil para cada um dos 1200 pescadores de Pirapora, Buritizeiro e Ibiaí.

Segundo o advogado Charles David Mendes Duarte, desde outubro de 2004 começou a ocorrer mortandade de peixes no rio São Francisco e a situação se agravou

no ano passado, quando várias famílias de pescadores profissionais perderam a fonte de sobrevivência e passaram a ter dificuldades. O advogado alega que levantamentos de órgãos públicos apontaram como causa das mortes a presença de metais pesados no rio vindos da Companhia Mineira de Metais. “Os pescadores sofreram uma redução de 80% da pesca e precisam ser recompensados com as perdas que tiveram”, ressalta Charles David.

A assessoria do Votorantim Metais Três Marias esclareceu que está tentando identificar as causas do problema, além de fazer, junto com a

Secretaria de Meio Ambiente de Três Marias, monitoramento de todo o Rio São Francisco onde estão ocorrendo as mortes de espécies. Em seu comunicado, a empresa afirmou que os controles existentes demonstram normalidade em suas operações, garantindo que não existe qualquer alteração que possa indicar as atividades da empresa como causa da morte dos peixes.

ANEXO I - REPORTAGEM JORNAL CORRENTE – LOCAL

Pirapora-MG, 1º de abril de 2005

CORRENTE

Mortandade de peixes no São Francisco foi provocada pela poluição, afirma relatório de técnicos do CETEC.

Funcionários do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora - informaram, por telefone, em 25 de janeiro último, ao Dr. Agostinho Clóvis da Silva, responsável pela área de ecotoxicologia - peixes - do Setor de Recursos da Água - SAA do CETEC - Fundação Centro Técnico de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a ocorrência de uma grande mortandade de peixes no rio São Francisco, que se iniciou no dia 22/1/05. Foram encaminhados ao CETEC 12 exemplares de peixes, alguns coletados já mortos, e outros capturados vivos durante a inspeção no local da mortandade. De acordo com o relatório que o CETEC encaminhou ao SAAE/pirapora, foram feitas amostragens de água em quatro pontos: ponto 1, no rio São

Francisco próximo à barragem de Três Marias; ponto 2, no rio Abaeté, afluente do São Francisco; ponto 3, no córrego Formoso; ponto 4, no rio São Francisco, próximo a Pirapora. Essas amostras foram coletadas no dia 22-1-05 por técnicos do SAAE/Pirapora, para análise de agrotóxicos. As análises foram realizadas pela Bioagambiante Ltda.

O ESTADO DOS PEIXES

Os peixes coletados no rio São Francisco, em Pirapora, examinados pelos técnicos do CETEC, apresentavam alguns “ossos intermusculares saindo e os órgãos internos em adiantado estado de decomposição”. “O exemplar 7 apresentava o baço destruído, enquanto que nos demais exemplares este órgão apresentava cor escura, áreas hemorrágicas e

necrosadas, com acúmulo de gordura”. “(...) Os estômagos de todos os exemplares estavam íntegros, severamente inflamados e moderadamente hemorrágicos. Os fígados estavam vermelho pálido e apresentavam algumas áreas necrosadas, com o acúmulo de gordura e pontos hemorrágicos. As vesículas biliares dos exemplares 2 e 8 estavam destruídas, enquanto que no exemplar 4, este órgão apresentava a bile escura e hemorrágica. Nos demais exemplares, ele estava cheio de bile e esta de cor verde escuro a verde claro. Os rins de todos os exemplares apresentavam-se pálidos, manchados e hemorrágicos. As bexigas natatórias estavam normais e vazias. Os exemplares 2, 4 e 7, que eram fêmeas, apresentavam ovários maduros e com áreas hemorrágicas, enquanto que os

exemplares 1, 3, 6 e 8, machos, apresentavam os testículos maduros e com áreas hemorrágicas. No exemplar 5, fêmea, os ovários estavam esgotados. Não foi possível identificar o sexo dos exemplares 9 e 10, porque seus órgãos estavam em adiantado estado de decomposição”.

A conclusão do relatório do CETEC aponta para um alto grau de poluição dos rios Abaeté e São Francisco, o que causou a morte dos peixes. “Analisando as características da água coletada”, - informa o relatório -, “constata-se que os parâmetros analisados estão de acordo com os padrões para a classe 2, estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM N^o 010/86.”

“Segundo o relatório ‘Qualidade das águas superficiais do Estado de Minas Gerais em 2000’, publicado pela FEAM/IGAM (2001), foram identificados no rio Abaeté altos teores de sólidos em suspensão e de turbidez, no período chuvoso, e de cobre e zinco nas proximidades de sua foz no rio São Francisco. O médio

São Francisco, região onde ocorreu a mortandade; apresenta o IQA médio ($50 < IQA < 70$) com elevada variação sazonal, onde a qualidade é boa no período seco e ruim no período chuvoso. Este fato está principalmente associado à presença de materiais em suspensão e fecais. O rio São Francisco, a jusante do reservatório de Três Marias, região do ponto de amostragem 1, apresenta altas concentrações de zinco. A toxicidade do zinco, assim como a do cobre e de seus compostos, depende das condições físico-químicas da água. O cobre em concentrações crônicas altera o epitélio branquial provocando abundante produção de muco. A lesão do zinco mais visível é a destruição do tecido branquial.”

Falando sobre a ação dos diversos pesticidas sobre os peixes em geral, o relatório informa que “é tóxica”. “Segundo Pierce et al. (1996), a letalidade destes compostos depende do organismo, do tempo de exposição, da temperatura da

água e de outros parâmetros físico-químicos da água. Eles agem antes de tudo no sistema nervoso provocando paralisia. Entretanto, no aparelho branquial, que é o primeiro órgão do peixe a entrar em contato com estes compostos, ocorre edema, escurecimento, hemorragia e produção de excesso de muco. Os olhos geralmente ficam opacos e o ventre inchado. Todas estas alterações foram constatadas nos exemplares examinados”.

“Assim” - conclui o relatório - “considerando as variações das condições físico-químicas das águas do rio São Francisco e seus afluentes na região em que ocorreu a mortandade no período chuvoso, e das alterações anatomo-fisiológicas dos órgãos dos exemplares necropsiados, esta mortandade provavelmente foi consequência da ação sinérgica de compostos: orgânicos e inorgânicos que poluem o rio” (JCC).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)